



TULHA

PET ARQUITETURA E URBANISMO

TULHA

PET ARQUITETURA E URBANISMO

EQUIPE EDITORIAL

Breno P. Pilot
José Camilo Carlos Júnior
Milena Kammer
Paola Hoehne Cândido
Rodrigo R. Roda

edição 3
outubro/2016

PET ARQUITETURA E URBANISMO
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

EDITORIAL

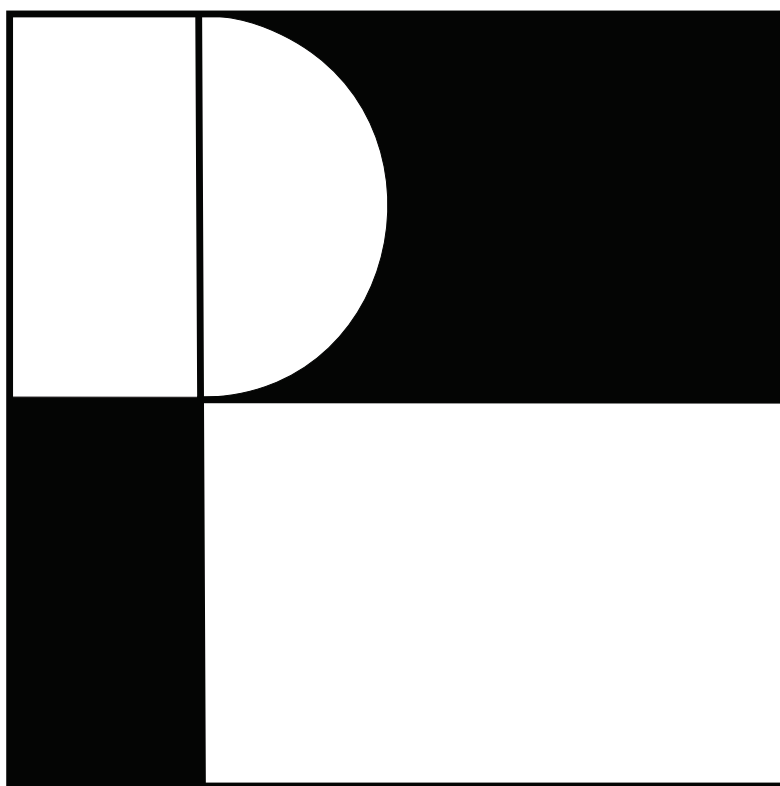
A Revista TULHA não morreu. Passou por um breve recesso, mas está de volta e de cara nova, com uma equipe editorial renovada e mais próxima dos alunos e professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC- Campinas.

As seções da TULHA continuam, mas com algumas novidades também. Há ensaios textuais, ensaios gráficos, agenda, experiências de intercâmbios. Os participantes poderão mostrar (em anonimato ou não) seus dotes artísticos e seus conhecimentos. Com a intenção de renovar e diversificar constantemente o conteúdo da Revista, não há restrições de temas e formatos - textos acadêmicos, poemas, contos, ilustrações, fotografias e croquis -.

Nessa edição apresentamos, como mais uma novidade, o novo logotipo do PET Arquitetura e Urbanismo. Além disso, contamos com a participação de professores da FAU-PUCC, mostrando diferentes perspectivas sobre o ensino no Brasil, e sobre a situação atual do país; trabalho acadêmicos, TFGs, contos e fotografias.

Finalmente, esta é mais uma homenagem a Antônio da Costa Santos, o Toninho, ex-professor, ex-prefeito, indivíduo político-social. A Casa Grande e a Tulha, alguns de seus ambientes de pensamento e trabalho. Esta Revista, cuja terceira edição marca os 15 anos do assassinato de Toninho, uma memória que remete aos grandes feitos de um homem para a cidade de Campinas, para o mundo.

Equipe Editorial



ARQUITETURA E URBANISMO

o novo logotipo do PET

O novo logotipo foi escolhido em concurso fechado entre os membros do PET a partir de discussões sobre a necessidade de renovação no grupo, com a intenção de torná-lo mais visível dentro da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

Durante o concurso, contamos com a orientação e avaliação dos professores Antonio Fabiano, Cláudia Ribeiro, Fábio Boretti e Renata Baesso, além do tutor Luiz Augusto. Agradecemos a todos pela contribuição.

"O novo logotipo do PET tem como ponto de partida a sobreposição de letras da sigla, a fim de instigar o observador a reconhecê-la nas diversas disposições possíveis dentro de apenas um quadrado. A partir desta construção geométrica, foi proposto o preenchimento que contribui na leitura e na criação de uma identidade visual de fácil associação ao grupo PET."

Adriano Bueno e Paola Hoehne, membros do PET desde 2015.

SUMÁRIO



10

O crescimento
político

12

ENSAIOS
TEÓRICOS

A procura de quilombos: Territórios ne- gros no Vale do Paraíba do Sul	14
O plano de melhoramentos urbanos de Campinas e o processo de desapropria- ção de imóveis no centro urbano (1938 e 1960)	20
Estudo de cenários de infraestrutura a partir do urbanismo ecológico	26
Hierarquias urbanas - Razões e conse- quências dos desmembramentos territo- riais de Jundiaí nos séculos XVIII e XIX	36

42

ENSAIOS
TEXTUAIS

e agora? onde estamos, para onde vamos? só não podemos esquecer de onde viemos... ..	45
Porque é urgente discutirmos a questão do ensino no Brasil	57
Hoje eu me atrevo	62
Abotoaduras de camisa	68
Fevereiro Sombrio	70
Poema	80

82

TRABALHOS
FINAIS DE
GRADUAÇÃO

brás, belém e pari	84
A costura da diversidade	86
Projeto Fundão	88
Programa de urbanização integrada dois sobre tres	90
Operação distrito industrial Triângulo histórico da Sé	92

94

ENSAIOS
GRÁFICOS

114

EXPERIÊNCIAS

Sevilla, suas tentações e tradições	116
Irlanda	119
Zaragoza, Espanha	122
Bosch + FAU PUC Campinas'	124

128

AGENDA



o crescimento político

Ricardo Badaró

Os 253 dias de Toninho como prefeito de Campinas foram, para todos nós, fator de crescimento. Crescimento principalmente político. Política entendida como "ética da polis", como ele gostava de lembrar. Da cidade que, acreditava, poderia ser melhor e mais justa, se compartilhada por todos. Um sonho acalentado pelas convicções cristãs do homem, pelos ideais de justiça social do político e pela esperança do arquiteto e do urbanista.

Mas sonhos, quantos de nós os temos. A coragem de persegui-los e de realizá-los é que diferenciava Toninho.

Logo no início de sua vida profissional, quando o conheci, passei a admirá-lo pela maneira como aliava sempre, com irrepará-

vel coerência, seus conhecimentos e suas crenças. Arregaçando as mangas da camisa, foi trabalhar com a população da periferia, urbanizando favelas.

Assim, ajudava a organizar o espaço urbano, caótico e desprovido, mas também evidenciava e construía a cidadania.

Desdobramento natural, sua ação encontrou apoio e ressonância no PT e estendeu-se para toda a cidade. Os estudos se aprofundaram. A cidade de Campinas como objeto. História, cultura, economia, sociedade, política e urbanismo como temas.

Conhecimento e paixão devidamente entrelaçados, Toninho chamou para si uma responsabilidade que seus amigos, companheiros e os campineiros de cora-

ção sabíamos ser de todos nós.

Tornou-se, como prefeito, um líder capaz de aglutinar esforços de somar contribuições. Sua verdadeira autoridade emanava da sinceridade e da força com que abraçava seus ideais.

Entusiasmava a todos quando falava de seus ideais. Acreditava ser possível reverter a tendência de degradação, de Campinas em particular, vitimadas por ações pautadas pela falta de compromisso social, pela concentração dos benefícios e pela exclusão.

A recuperação das depauperadas finanças municipais era sua meta inicial, condição para a plena realização dos demais objetivos. Considerava o Orçamento participativo o instrumento adequado não só para alcançar a justa e transparente dis-



Publicado no jornal Folha de São Paulo - Campinas 16/09/2001 em homenagem ao prefeito Toninho, assassinado no dia 10/09/2001.

tribuição dos recursos municipais, mas também para possibilitar e estimular a participação democrática, o exercício da democracia.

Queria ansiosamente a reabilitação urbana do centro da cidade. Reverter a tendência manifesta de degradação, orientar estrategicamente os investimentos públicos, atualizar a legislação, acreditando, a partir disso, na sua capacidade de auto-regeneração.

A negociação para a posse dos antigos pátios ferroviários foi uma grande vitória. A escola profissionalizante a ser implantada em antigo armazém da Fepasa, com recursos que obteve do governo federal, será marco inicial da revitalização dessa área, prioridade já sinalizada com o significativo conserto pela Acid (associação Comercial e

Industrial de Campinas).

A restauração do Palácio dos azulejos e a requalificação do entorno é outro projeto estratégico que mereceu todo o seu empenho, tanto que instalou lá uma extensão do seu gabinete, palco, desde então, de muitos encontros e solenidades expressivas.

Para a periferia residencial, apostava no programa de implantação dos "polos de cidadania". Locais de concentração de equipamentos e de serviços públicos de atenção à educação, à saúde, à promoção social, à cultura e aos esportes. Associados a um terminal de transpotes e a demais áreas de comércio e serviços, irão se constituir em novas centralidades, a conferir identidade aos bairros e a possibilitar o encontro, o convívio, e

favorecer a participação da população na gestão do seu espaço. Externava frequentemente sua grande preocupação com o destino da população que será desalojada para possibilitar a ampliação do Aeroporto Viracopos.

Mesmo reconhecendo o significado desse investimento para a inserção da cidade e do país na economia mundial, afirmava que só o apoiaria se a população recebesse da Infraero tratamento digno e condições de moradia superiores às atuais. O "Projeto Viracopos" nada mais é que o veículo para explicitação destas condições e para aferição de custos.

Ricardo Badaró é arquiteto e urbanista, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas e ex-diretor de Planejamento Urbano da Prefeitura de Campinas.





ENSAIOS TEÓRICOS

À PROCURA DE QUILOMBOS: TERRITÓRIOS NEGROS NO VALE DO PARAÍBA DO SUL

A escravidão do negro no Brasil tem início no século XVI com o sistema de lavouras em grandes propriedades monocultoras formando a colônia agrícola para abastecer o comércio da Coroa Portuguesa. Este sistema necessitava de mão de obra e a África se tornou o criadouro e fonte de escravos. O negro foi então introduzido como componente étnico no território brasileiro, deixando suas marcas indeléveis na cultura brasileira. Este sistema somente começou a ser erradicado quando, com a pressão britânica, o tráfico foi oficialmente extinto em 1850, processo que culminou com a abolição da escravatura no Brasil em 1888. Durante todo o período ocorreram focos de resistência que resultaram em quilombos. Após a abolição da escravatura, como estes locais mantinham uma agricultura de subsistência, se tornaram pequenos centros de abastecimento das cidades. A pesquisa tem por objetivo investigar a toponímia hidrográfica e de sítios, configurações urbanas, visando identificar possíveis territórios negros nas zonas rurais e investigando a hipótese de terem sido centros de abastecimento de viveres e de produtos agrícolas das cidades.

Fernanda Lopes Malerba
 Prof^a Dr^a Jane Victal
 Cultura Urbanística
 na Tradição Clássica

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, durante o período escravocrata, os negros eram instalados nas senzalas, locais que permitiam vista ao senhor. Construídas de pau a pique ou taipa, eram construções simples, alongadas, sem mobiliário, com cubículos destinados a casais e divisões que compartimentavam dormitórios voltados para um pátio. Algumas dessas construções possuíam porões ou calabouços, onde os rebeldes eram encaminhados, tendo apenas pequenas janelas para respiradouro. Em função dos castigos gerados pelo descumprimento de ordens e rebeliões, na frente da senzala haviam instrumentos de tortura como tronco com algemas.

Além da senzala junto ao campo, nas áreas urbanas a rua também era considerada espaço dos negros devido a circulação dos escravos domésticos enquanto realizaram os serviços de levar dejetos para despejá-los aos rios, buscar água ou trazer e levar produtos como roupas, em atendimento às ordens dos senhores. Ao anoitecer, os negros eram contidos e vigiados, só poderiam sair para dar início à mais uma jornada de trabalho e, caso saíssem sem permissão e fossem pegos, eram torturados. Nas noites de sábado e domingo os escravos possuíam uma certa liberdade, podendo usar o tempo para cantar, batucar ou ir a tabernas quando recebiam roupas limpas, porém havia a possibilidade

de serem convocados a realizarem trabalhos leves.

Durante a escravidão ocorriam vários protestos, mas nem todas as revoltas procuravam terminar a escravidão ou causar a liberdade dos escravos. Muitas vezes procuravam "reformular" a escravidão, buscando eliminar os excessos da violência, diminuir os limites da opressão e/ou reivindicar determinados benefícios. As rebeliões passaram a ser frequentes a partir do aumento da população escrava proveniente do tráfico negreiro, aumentando o número de escravos africanos de um mesmo grupo étnico, tornando a pressão branca incapaz de alterar a mentalidade escrava. Com isto, não se submetendo aos valores dos senhores, os escravos adotavam novos comportamentos e instituições a partir da cultura africana. Das diversas formas de protestar, a fuga e posteriormente a formação de quilombos era a mais comum. No século XIX, as revoltas aumentaram em número resultando em fugas de grupos e criação de muitos quilombos. O surgimento de quilombos acarretava à diminuição do trabalho dos cativos e os estimulavam a fugir. Preocupando os fazendeiros por perderem mais escravos, uma vez que os quilombos eram vistos como oposição à ordem escravista visto que atraíam as fugas, os quilombolas invadiam as fazendas e engenhos para resgatar mais escravos. Foram

feitos registros da migração de pequenos grupos buscando abrigos para sobreviver ao sistema escravocrata. Os maiores grupos tinham mais sucesso ao construir moradias e desenvolverem sistemas agrícolas que tinham como objetivo ocultar-se.

2. VALE DO PARAÍBA

Segundo Frederico Carlos Hoehne, a serra da Mantiqueira, serra do Mar e Vale do Paraíba eram cobertos inicialmente por vegetação silvestre composta de florestas majestosas ainda presentes em algumas áreas inacessíveis e campos naturais (SOBRINHO, 1968). Nesta paisagem os nativos já trabalhavam com o solo antes da chegada do europeu, porém em pequena escala, não comprometendo o solo de forma permanente.

Devido à exploração da região do Vale do Paraíba e às atividades econômicas ali eram desenvolvidas, a bacia do Paraíba era atravessada por expedições, com percurso realizado a partir dos rios dos nativos que margeavam o rio. Um dos expedidores, Amador Bueno da Veiga, propôs um "novo caminho" via Mambucaba, que permitiria a circulação de pessoas, gados e cavalos com mercadorias, posteriormente transformando-se em uma rota de escoamento de grande parte da safra cafeeira de Lorena e municípios vizinhos. Porém, também havia outros pontos de travessia ou passagem obrigatória das tropas, como a Garganta do Embaú, Entre-Rios, o porto de Cachoeira e o sertão de Guaipacaré (SOBRINHO, 1968).

Com a presença do europeu (português ou descendente) no sertão do Vale do Paraíba, as primeiras vilas e aldeias começaram a ganhar forma nas principais regiões de ocupação paulista como por exemplo: Jacareí, Taubaté (núcleo bandeirante que tinha mais destaque), Guaratinguetá (ligação com a rota de Parati), litoral fluminense (com o Vale do Paraíba). O povoamento dessas vilas se deu pela mestiçagem entre indígenas e portugueses até que, com a cultura da cana de açúcar surgiu a necessidade de incorporar o africano para a realização da força braçal (escravidão), aumentando a complexidade e as possibilidades de lucro na vida agrícola. Os negros foram submetidos à escravidão, trabalhando nas funções domésticas, fazendas de café e na construção de estradas como a de Taubaté-São Luís do Paraitinga-Ubatuba (SOBRINHO, 1968).

3. A QUESTÃO DO QUILOMBO

No Brasil, o termo quilombo é encontrado pela primeira vez em documentos do século XVIII (FREITAS, 1977). De acordo com Flávio dos Santos Gomes (1995), as comunidades de refugiados eram

conhecidas inicialmente por mocambos, passando a serem chamadas de quilombos posteriormente. Tais palavras tinham origem africana e eram usadas para mencionar acampamentos improvisados.

Em 1740, conforme o Conselho Ultramarino era designado por "quilombo: toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões nele" (ALMEIDA, 2012, pág. 06). Já as câmeras coloniais no século XVII ou ao longo do século XIX, definiam quilombos como sendo composto por "dois ou mais fugidos" ou quando se tinham ranchos e pilões e, portanto, alguma estrutura econômica mesmo sendo provisória. Uma tipologia econômica surgiu quando Décio Freitas classificou os quilombos em setes tipos: sendo o principal tipo o agrícola que existem em várias regiões; extrativistas encontrados na região amazônica, mercantis que realizavam trocas até com indígenas, mineradores na região MG, MT e GO, pastores no sul do Brasil, de serviço nas cidades (quilombos suburbanos) e predadores aos quilombos que sobreviviam de saques (GOMES, 1995).

Segundo Gomes, no século XX os quilombos foram definidos em duas categorias pela historiografia, sendo a primeira uma visão cultural (reconhecida fortemente de 1930 a 1950) que diz que estes eram apenas formas de resistência cultural onde os escravos se refugiavam a fim de manter sua cultura intacta, evitando a opressão causada pelo sistema e restringindo-se apenas aos africanos e seus descendentes. A segunda definição é no âmbito materialista (reconhecida fortemente de 1960 e 1970), em que os quilombos são vistos como forma de resistir à escravidão a partir da opressão e maus tratos. Estas duas perspectivas do conceito de quilombo acabaram gerando uma visão marginalizada dessas comunidades, isolando sua formação a partir outras questões e resumindo-se apenas em sua cultura ou luta contra a escravidão (GOMES, 1995). A maioria dos quilombos e mocambos eram criados por escravos fugitivos, chamados Negros da Guiné, considerados inimigos da colonização pelas autoridades coloniais. Entretanto, nem sempre a fuga gerava um quilombo existindo situações propícias para escapadas como, por exemplo, as geradas por motins. Outro fator que aumentou o número das fugas e quantidade de quilombos foram os conflitos coloniais ocorrendo de norte a sul do país além de conflitos fronteiriços havendo muitos quilombos originados de insurreições (GOMES, 2015).

Apesar da predominância de africanos e seus descendentes, os quilombos não eram formados apenas por estes, podendo ter soldados desertores, aventureiros, vendedores, índios ou pessoas perseguidas pela justiça. Nessas comunidades, a produção era administrada por meio de estruturas de parentesco e o poder exercido por homens e

mulheres (REIS, Dezembro/Fevereiro 1995/1996).

Os quilombos tinham crescimento populacional proveniente da adesão de novos fugitivos e da reprodução interna, com gerações nascidas dentro dos quilombos. Os maiores grupos tinham mais sucesso na construção de moradias e desenvolvimento de um sistema agrícola. Tinham como objetivo ocul-tarem-se dos capitães de mato, figura criada pelos senhores das fazendas com a responsabilidade de capturar os escravos fugitivos e levá-los de volta aos seus senhores. A migração era constante, porém, os escravos fugidos se beneficiavam da geografia e topografia para constituírem refúgio transformando planaltos, montanhas, pântanos, cavernas, serras, florestas e rios em pontos estratégicos de fuga.

Os quilombos mais antigos e populosos já contavam com uma estrutura estável, tendo uma agricultura de subsistência e excedentes que eram negociados com vendedores locais, sendo reconhecidos, muitas vezes, como roceiros ou trabalhando ocasionalmente para fazendeiros locais em troca de proteção, mantimentos e dinheiro e assim mantendo contato com escravos cativos. Estes quilombos que se formavam a partir de atividades agrícolas posteriormente geraram vilas de camponeses e mais tarde foram absorvidos pelo processo de urbanização formando os quilombos suburbanos. Estes eram mencionados como "casa de quilombo" e reconhecidos a partir da sua cultura de batuques, com constantes ajuntamentos de fugitivos e calundus.

Havia também pequenos grupos de quilombolas que não tinham acampamentos fixos e mantinham-se economicamente a partir de roubos de viajantes e invasão de fazendas, trocando o que adquiriam nesses furtos com taberneiros que informavam os movimentos das expedições punitivas em troca de armas, munições e aguardente. Além disso, causavam conflitos com os cativos nas senzalas, que tinham medo de que este pequeno grupo sequestrasse as mulheres ou a plantação de suas roças.

A fuga de negros nas cidades era mais fácil de ser encoberta devido à presença comum de crioulos e aos vários trabalhos realizados em solo urbano, sendo difícil identificar os fugitivos. Já nas áreas rurais, estes vivam de forma improvisada, buscando sempre novas alianças na região e andando sozinhos ou acompanhados.

3.1. Economia

Para que os quilombos fossem mantidos era necessário o desenvolvimento de uma base econômica e um sistema de subsistência, podendo variar de acordo com os fatores geográficos locais, mas sempre dispondo da interação com as diversas economias das proximidades, sejam tabernas, lavradores, garimpeiros, pescadores, quitandeiras, realizando parcerias com escravos ou libertos. Essa interação resultava

em trocas comerciais, em que os quilombolas dispunham de várias atividades: agrícola (milho, feijão, algodão, arroz, legumes, frutas, etc. Sendo produto típico a farinha de mandioca), extração de lenha e produção de carvão (como na região do Alto Vale do Paraíba), fabricação de cerâmica e cachimbo, extrativismo, mineração e utensílios da cultura material nas comunidades quilombolas. Como complemento, praticavam saques de fazendas e povoados (GOMES, 2015).

A economia dos quilombos funcionava por meio de acordos de produção e comercialização, tendo acampamentos provisórios afastados dos quilombos para o comércio e estabelecimento de relações com os taberneiros, outros escravos e roceiros, enquanto os quilombos eram mantidos como territórios invisíveis. Essa conexão econômica gerava denúncias sobre a existência dos quilombos, porém dificilmente eram encontrados devido à localização dissimulada desses assentamentos e o cuidado que os quilombolas tinham para preservá-los como território apartado das estruturas coercitivas do poder hegemônico instituído.

4. HIPÓTESE SOBRE A LOCALIZAÇÃO DE QUILOMBOS

A hipótese de localização de quilombos no Vale do Paraíba é de que se encontravam concentrados em duas áreas: primeiro nas proximidades das cidades de Taubaté, Pindamonhangaba e Caçapava e segundo nas proximidades das cidades Bananal, São José do Barreiro e Areias. A base para essas hipóteses, em primeiro lugar, consiste pela qualidade do terreno onde essas cidades localizam-se. Essas áreas localizam-se entre duas serras e encontram-se próximas à hidrografia, possuindo um solo fértil que possibilitava a implantação de fazendas e produção agrícola. Devido à proximidade com as serras da Mantiqueira e do Mar, os quilombos seriam facilmente camuflados e protegidos, dificultando o acesso devido à mata fechada e ao terreno íngreme, além da vantagem da proximidade das fazendas de café e cidades, favorecendo as trocas comerciais e abastecimento de víveres nestas localidades.

A proximidade com a hidrografia permitiria o abastecimento hídrico ao quilombo e a produção agrícola, possibilitando ao quilombo uma agricultura de subsistência e produção de excedentes para negociação e venda nas cidades. A hidrografia também poderia significar migração, assim como os antigos caminhos existentes na região do Vale do Paraíba que interligavam cidades e portos. Posteriormente, com a construção da ferrovia que ligava São Paulo ao Rio de Janeiro, os quilombos nas cidades próximas à ferrovia poderiam estar relacionados com o abastecimento de víveres. Entretanto, com a implantação desta, os antigos caminhos perderam a importância na circulação como, por exemplo, a estrada que ligava

Taubaté, São Luís do Paraitinga e Ubatuba, podendo ter passado a ser utilizada por quilombolas. Estes pequenos caminhos davam acesso às cidades com menor dinamismo urbano e, possivelmente, passaram também a interligar quilombos, criando uma rede de contato entre eles. Pela distância da ferrovia, cidades como Paraibuna, Natividade da Serra, São Luís do Paraitinga, Redenção da Serra, Jambeiro e Lagoinha podem ter sido abastecidas por produção agrícola de pequenos quilombos localizados nessa região.

Outra questão levada em consideração para a hipótese da localização de quilombos foi o número de escravos registrados por cidades, assim como a localização das fazendas de grandes cafeicultores e os pertences destas fazendas, a configuração urbana religiosa das cidades e os maiores produtores de café na região. Nestas análises pôde-se constatar que as cidades de Bananal, Areias, São José do Barreiro, Taubaté, Pindamonhangaba e Caçapava possuíam um número alto de escravos registrados em 1884, além da configuração urbana religiosa com a presença de Largo do Rosário e, em algumas, da Igreja do Rosário, assim como eram próximas de recursos hídricos e estradas. Com a abolição da escravatura, enquanto parte destes escravos permaneceram nas áreas urbanas ocupando pequenos serviços, outra parte considerável pode ter sido incorporada aos quilombos rurais dedicando-se à agricultura e conseqüentemente ao abastecimento de víveres e produtos aos centros urbanos.

A hipótese sobre esses dois quilombos não exclui a possibilidade da existência de mais quilombos, aliás, acredita-se que estes dois quilombos próximos a Taubaté e Bananal seriam os maiores da região do Vale do Paraíba Paulista e que possuíam uma trama que interligaria mais quilombos da região. Essa questão da malha de caminhos entre os quilombos gera a possibilidade de que os quilombos existentes nas cidades desfavorecidas pela implantação da ferrovia tenham se juntado aos quilombos maiores.

Tabela 1. Número de Escravos Registrados e Morfologia Urbana Religiosa das Cidades do Vale do Paraíba Paulista.

Cidade	Nº. Escravos (1884)	Morfologia Urbana Religiosa
Bananal (+ Arapeí)	6.928	Igreja Matriz, Largo do Rosário
Taubaté	4.537	Igreja Matriz, Largo do Rosário
Pindamonhangaba	3.705	Igreja Matriz, Igreja e Largo do Rosário
S. José do Barreiro	2.634	Igreja Matriz, Largo do Rosário
Lorena (+ Piquete, Canas, Cachoeira Paulista)	2.370	Igreja Matriz, Igreja e Largo do Rosário
Caçapava	2.200	Igreja Matriz, Largo do Rosário
Areias	2.083	Igreja Matriz, Igreja e Largo do Rosário
S. Luís do Paraitinga	1.642	Igreja Matriz, Igreja e Largo do Rosário
Silveiras	1.636	Igreja Matriz, Largo do Rosário
Cunha	1.575	Igreja Matriz, Largo do Rosário
S. José dos Campos (+ Igaratá, Monteiro Lobato)	1.558	Igreja Matriz, Largo do Rosário
Jacareí	1.458	Igreja Matriz, Igreja e Largo do Rosário
Queluz	1.095	Igreja Matriz, Igreja e Largo do Rosário
Cruzeiro	1.088	Igreja Matriz, Largo do Rosário
Paraibuna	951	Igreja Matriz, Igreja e Largo do Rosário
Santa Branca	768	Igreja Matriz, Igreja e Largo do Rosário
S. Bento do Sapucaí (+ Campos do Jordão, S. Ant. do Pinhal)	647	Igreja Matriz, Largo do Rosário
Ubatuba	638	Igreja Matriz, Largo do Rosário
Redenção da Serra	412	-
São Sebastião	373	-
Natividade da Serra	282	Igreja Matriz
Jambeiro	282	Igreja Matriz, Largo do Rosário
Guaratinguetá	97	Igreja Matriz, Largo do Rosário

Também há a hipótese de que, no Vale do Paraíba Paulista, na virada do século XIX para o XX, existissem três aglomerados urbanos associados à vetores de expansão distintos. Primeiro, tendo como principal núcleo urbano a Cidade de Taubaté, se expandindo a partir do eixo de ligação com São Paulo e litoral norte do estado. O segundo, tendo a cidade de Lorena por núcleo de irradiação, se desenvolveria em direção a Minas Gerais pela Garganta do Embaú e em direção ao litoral passando por Cunha. Finalmente, o aglomerado nucleado por Bananal, cuja expansão se vincularia ao eixo de ligação com a cidade do Rio de Janeiro. Esses três aglomerados urbanos também estão interligados entre por meio da ferrovia.

5. A QUESTÃO DO QUILOMBO E DO ABASTECIMENTO DAS CIDADES

A presença dos quilombolas nas atividades econômicas, muitas vezes era semelhante às atividades dos cativos como, por exemplo, as roças de subsistência. Participavam de feiras e mercados locais durante os finais de semana, considerados "dias livres" dos cativos, onde montavam quitandas para vender seus produtos agrícolas, estabelecendo relações mercanti-

que vendiam produtos provenientes dos arredores e quitadeiras, constituindo um mercado informal e, portanto, trazendo conflitos com as autoridades locais, até que posturas políticas aprovaram a presença das quitandas, além da fiscalização dos alimentos para garantir qualidade aos consumidores.

Nas cidades provincianas de São Paulo existia a "Rua das Casinhas", onde pequenas casas conjugadas abrigavam o comércio e abasteciam a população de insumos agrícolas. Essas casinhas possuíam apenas uma repartição, eram baixas e com telhados pontiagudos, possuíam bancos de tábuas, ganchos de ferros, pesos e balanças. Nelas, os agricultores exibiam os produtos cultivados em suas lavouras para, assim, comercializá-los. Foram construídas no período de 1770-1773 como propriedade municipal. Após a construção do mercado da 25 de março, em 1867, passaram a ser "alugadas" por taberneiros, açougueiros e quitandeiros, sendo demolidas em 1874.

A partir do caso de São Paulo pode-se levantar a hipótese de que situação semelhante ocorria em outras cidades do interior paulista, como, por exemplo, as da região do Vale do Paraíba. Portanto, além das feiras e mercados locais, pode-se supor que os quilombolas abasteciam as cidades com sua produção agrícola e de víveres. Além da atividade econômica, a hipótese ganha força devido à localização da "Rua das Casinhas" que, em São Paulo, localiza-se próximo à Igreja do Rosário, cruzando a Rua do Rosário, gerando uma trama de coincidências: morfologia urbana religiosa negra e atividade econômica a partir de produtos agrícolas, possivelmente produzidos nos quilombos.

Núcleo	Cidades Aglomeradas
Taubaté	Guaratinguetá, Campos do Jordão, São Bento do Sapucaí, Santo Antônio do Pinhal, Pindamonhangaba, Tremembé, Caçapava, Monteiro Lobato, São José dos Campos, Igaratá, Guararema, Lagoinha, São Luís do Paraitinga, Ubatuba, Natividade da Serra, Redenção da Serra,
	Jambeiro, Santa Branca, Paraibuna, Caraguatatuba e São Sebastião
Lorena	Cahoeira Paulista, Canas, Piquete, Silveiras e Cruzeiro
Bananal	Arapeí, São José do Barreiro, Areias, Queluz e Lavrinhas

listas e, ao mesmo tempo, acobertando visualmente sua presença devido à permissão dos escravos a realizar esta prática. Desde dentro das fazendas, os escravos buscavam autonomia por meio do cultivo de roças, lutando por isto e modificando as relações de trabalho.

Segundo Carolina Celestiano Giordano, São Paulo era abastecida a partir de mercados formal e informal, que geravam um dinamismo no seu entorno. No final do século XVIII haviam "casinhas"

Agradecimentos

Agradeço primeiramente à minha orientadora, e professora da graduação, Jane Victal pela oportunidade de realizar a pesquisa, pelas reuniões que permitiram meu crescimento como futura arquiteta, pesquisadora e pessoa, pelo apoio e incentivo nas horas mais difíceis e por toda a ajuda e contribuição durante a pesquisa. Ao CNPq pela aprovação do tema para a pesquisa. Aos meus pais e amigos pelo apoio e incentivo em relação à iniciação científica, às novas amizades que fiz através da iniciação científica e ao apoio e ajuda destes novos amigos durante o período da pesquisa. E por último ao meu padrinho historiador Marcos Antonio Lopes Veiga pelas conversas sobre o tema da pesquisa, suporte, indicações de livros e conversas produtivas e agradáveis sobre a história do negro no Brasil e economia do café.

Referências Bibliográficas

FERNANDES, N., Coelho, O. G. P. História e Geografia do Vale do Paraíba. Vassouras: Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras. 2013

GIORDANO, C. C. Ações Sanitárias na Imperial Cidade de São Paulo: Mercados e Matadouros. 218f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2006.

GOMES, F. S. Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – séc. XIX. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

GOMES, F. S. Mocambos e Quilombos: Uma história do Campeonato Negro no Brasil. Editora Claro Enigma. 2015
RICHARD, P. Momsen, Jr. Routes Over The Serra do Mar. Sem data.
Sobrinho, A. M. A Civilização do Café (1820 – 1920). Editora Brasiliense. 2ª Edição, 1968.

O PLANO DE MELHORAMENTOS URBANOS DE CAMPINAS E O PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS NO CENTRO URBANO (1938 e 1960)

O objetivo da pesquisa foi analisar o processo de desapropriação de imóveis no centro urbano de Campinas entre 1938, quando a legislação do Plano de Melhoramentos Urbanos foi aprovada, e a década de 1960, processo este que permitiu a verticalização no antigo centro histórico. O processo de especulação fundiária no centro histórico de Campinas entre as décadas de 1940 e 1960 foi viabilizado pelas desapropriações que foram previstas no Plano de Melhoramentos Urbanos de 1934. Neste período, a atuação de agentes sociais locais envolvidos na construção civil, em nome do "progresso" e da liberação do solo da área central, acarretou na demolição do patrimônio arquitetônico eclético construído durante o período cafeeiro. Compreender este processo complexo de transformação da cidade foi uma meta deste estudo. As metodologias adotadas são: a da história social e da cartografia histórica. A primeira permitiu, através da análise de um conjunto de relações sociais, uma abordagem mais ampla do estudo de caso; e a segunda, permitiu a espacialização da ocupação urbana do centro histórico de Campinas.

Larissa Escandoleiro de Oliveira

Prof^a Dr^a Ivone Salgado
História das Cidades: Ocupação territorial e Ideários Urbanos

1. INTRODUÇÃO

Com o crescimento industrial na cidade de Campinas, principalmente a partir da década de 20, surge também um aumento significativo na expansão urbana, devido ao crescimento populacional (novas habitações) e utilização do automóvel (remodelações no sistema viário). A partir deste cenário, as autoridades municipais começaram a pensar na possibilidade da contratação de um plano urbanístico. Envolvidos pelo sentimento de bairrismo e orgulho pela cidade, os intelectuais da elite dominante da época, que já conheciam a importância do significado de se ter um plano de urbanismo, fortaleceu ainda mais a vontade dos campineiros de tomar Campinas uma grande e moderna cidade. Esse anseio implicou também a necessidade de eliminar as características do século passado que impedia a aparência da tão sonhada grande cidade. [1] Em 1929 o engenheiro Anhaia Mello, convidado pelo município, entregou um relatório com suas principais propostas para um plano de urbanismo que incluía a criação de um Master Plan para Campinas. Este engenheiro da Escola Politécnica de São Paulo também sugeriu que fosse criada uma Comissão de Urbanismo. [2] Segundo Ricardo Badaró, Anhaia Mello não manteve sequências de suas pesquisas, e acrescenta que provavelmente a continuação foi prejudicada devido à revolução de 1930.[1] A criação do Plano de Urbanismo foi retomada outra

vez em 1933, com a palestra do engenheiro Carlos W. Stevenson, que acentuou novamente a importância da criação de um Plano de Urbanismo para a cidade.[2] Stevenson cria um esboço de um plano geral de avenidas para a cidade, semelhante ao apresentado por Prestes Maia posteriormente. Na opinião de Ricardo Badaró, Stevenson e Maia poderiam ter tido contatos anteriores e sua palestra poderia ter sido o principal marco para, em 1934, Prestes Maia ser contratado pelo município para estudar um plano de urbanismo para Campinas.[1]

2. PROPOSTAS PARA O PLANO DE MELHORAMENTOS URBANOS

No início da concepção do Plano de Melhoramentos, Prestes Maia previa que sua abrangência deveria incluir necessidades do município e região. Porém, em 1936, na primeira exposição das propostas, se apresenta o alcance do plano somente no âmbito da cidade. Com relação ao âmbito viário, Prestes Maia propõe vias radiais e perimetrais que contornariam os limites da cidade. Sugere também vias concêntricas que contornariam o Centro histórico e fariam ligações com as radiais e perimetrais. Em relação ao centro histórico, Prestes Maia propõe o alargamento das ruas e criação de novos edifícios públicos, justificando assim as demolições que seriam ne-

cessárias para a realização destes objetivos como um avanço para tornar Campinas uma cidade moderna. [1] Contudo, nem todas as propostas detalhadas por Prestes Maia foram colocadas no Texto Final do Relatório do Plano de Melhoramentos Urbanos que foi aprovado no Ato nº118, de 23 de abril de 1938. Ao analisar a situação do sistema viário central de Campinas, Prestes Maia argumenta que as ruas de circulação central são estreitas, mas são longas e não possuem grandes fluxos de veículos. [3] Ele justifica as mudanças que possam ser feitas na área central não devido a algum problema efetivo com a tipologia das ruas centrais, e sim para melhora do conforto e da estética visual do centro. A proposta feita por Prestes Maia para solucionar o problema das ruas muito estreitas e de circulação incômoda, seria de alargamento de ruas que se tornariam as artérias principais da cidade remodelada. Sendo que duas seriam avenidas centrais, perpendiculares entre si, além de duas avenidas de ligação e com uma perimetral interna contornando toda a região central. [1] Foram escolhidas, para serem as duas artérias centrais as avenidas Campos Sales e Francisco Glicério. As duas avenidas se encontrariam no Largo do Rosário, considerado como o centro cívico da cidade. Porém sugere-se também a ampliação do largo até a outra praça, se estendendo até a Rua José Paulino, com a demolição da Igreja do Rosário. A perimetral interna foi proposta pelas seguintes ruas: Benjamin Constant, Irmã Serafina, Cônego Cipião e José Paulino. Além de outras propostas de alargamentos complementares em outras ruas do centro de Campinas. Foi enfatizado também no plano a importância de se destacar os novos edifícios públicos que seriam construídos na área central, para que pudessem ser grandiosos e localizados se possível em "pontos focais, eixos, praças e pontos dominantes". [3] Prestes Maia propõe para a o centro de Campinas a construção dos seguintes edifícios, considerados por ele de grande importância para o processo de modernização do centro de Campinas: Paço Muni-

cipal; Fórum e repartições estaduais; Correios e Telégrafos; Hotel; Centro de Comunicações (Biblioteca Pública; Sala de Conferências; Museu; etc...) [1]

3. PRIMEIRA FASE DE IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE MELHORAMENTOS URBANOS

Como dito anteriormente, o Ato nº 118 aprovou o Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas em 1938, porém de acordo com Ricardo Badaró, o marco do início da implantação do Plano foi em 1936, quando o Largo da Catedral foi remodelado e alargado um trecho da Rua Francisco Glicério. [1] Depois de 1938, com o Plano de Melhoramentos Urbanos aprovado, os alargamentos necessários nas avenidas centrais foram sendo realizados lentamente nos primeiros anos, pois foi usada a tática prevista no Ato nº118, de que somente seriam desapropriados os imóveis nas ruas previstas de alargamento quando houvesse interesse do proprietário na criação de novas construções ou reformas, sendo assim as novas construções e reformas aprovadas teriam que respeitar o novo recuo da rua ou avenida da qual o terreno estaria situado. A estratégia permitiu também que somente quando 2/3 da quadra estivesse com o novo recuo a prefeitura poderia desocupar o restante da quadra. [1] Segundo Antônio da Costa Santos, foi encontrado nos relatórios municipais de 1939, 1940 e 1941 o prosseguimento das atividades estabelecidas no plano, tal como as desapropriações para os alargamentos, principalmente das ruas Campos Sales, General Osório, Francisco Glicério, Conceição, Benjamin Constant, Irmãos Bierrembach, Orosimbo Maia, José Paulino e Padre Vieira. [4] As desapropriações mais significativas entre 1938 e 1939 foram: todo quarteirão da Rua José Paulino, Av. Campos Sales, Rua Regente Feijó e Rua General Osório para a construção do Fórum e o início do alargamento da Rua Conceição, entre as ruas Barão de Jaguará e Francisco Glicério. [4]

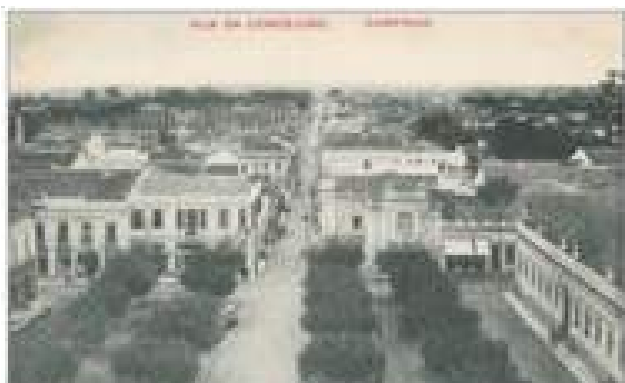


Figura 1. Rua Conceição antes do alargamento. Fonte: Acervo Museu da Imagem e do Som de Campinas.



Figura 2. Rua Conceição depois do alargamento, trecho da Av. Francisco Glicério até a Rua Barão de Jaguará. Fonte: Acervo Museu da Imagem e do Som de Campinas.

Na primeira fase de implantação do plano de melhoramentos urbanos, o ano de 1942 foi o que apresentou maior número de desapropriações (37), seguido dos anos de 1941 e 1943 (23). Em contraponto, os anos de 1944 e 1945 apresentaram o menor número de desapropriações. (Ver gráfico 1)

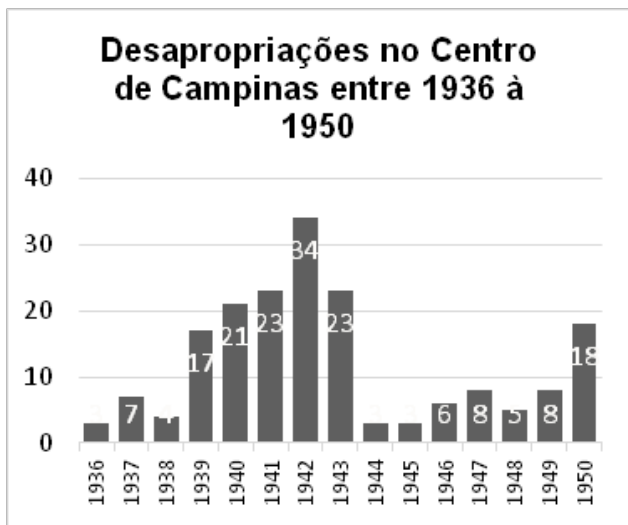


Gráfico 1. Desapropriações no Centro de Campinas entre 1936 a 1950, caracterizado pela primeira fase de Implantação do Plano de Melhoramentos Urbanos. Fonte: Dados foram retirados da "Tabela Anual de Desapropriações para efetivar as medidas previstas no Plano de Melhoramentos Urbanos" dos anos citados.

3.1. Novos edifícios

O processo de verticalização do centro de Campinas começou juntamente com o período dos alargamentos das vias centrais. Antes da aprovação do plano de melhoramentos, apenas o edifício Santana, o primeiro edifício vertical da cidade – localizado na Rua Barão de Jaguara esquina da Rua Cesar Bierrenbach – com 7 pavimentos, se destacava dos demais edifícios do centro, sendo a maioria dos edifícios compostos por casarões e sobrados com no máximo 3 pavimentos. Porém, com o início das obras do plano de melhoramentos, se intensifica a construção de edifícios verticais substituindo os antigos casarões que foram sendo demolidos para o alargamento das ruas. O plano de melhoramentos urbanos não determinou diretrizes para a altura dos novos edifícios construídos, com exceção do largo do Rosário que foi delimitado a altura dos novos edifícios à 6 pavimentos (sem incluir o térreo), toda a área central seguia os limites determinados pelo código de obras de 1934 que "limitava o número máximo de pavimentos das edificações em função da largura das ruas e fixava, para as principais ruas da área central, o mínimo de 2 pavimentos". Não se permitia a construção de edifícios com alturas maiores que três vezes a largura da rua e devido as ruas necessárias de alargamento no centro da cidade, se possibilitaria grandes alturas para os edifícios construídos nestas ruas. [1] Mesmo não tendo uma legislação que regulamentasse as alturas dos edifícios, os agentes da prefeitura responsáveis pela

execução das obras realizadas na cidade tentavam restringir para no máximo 6 pavimentos (sem incluir o térreo) os novos edifícios construídos na região central. Durante o período da guerra, entre 1943 à 1945, as obras dos novos edifícios diminuíram, devido ao aumento de preço dos materiais de construção. Contudo ao ser retomada as construções, o ritmo das obras aumentaram consideravelmente pois a cidade apresentou grande demanda de adensamento vertical de ocupação no centro, fazendo com que a especulação imobiliária se tornasse beneficiada da legislação vigente e conseguisse permissão para a construção de edifícios de habitação coletiva e de serviços demasiadamente maiores do que a restrição sugerida pelos agentes municipais anteriormente. [1] Finalizando a década de 40, a cidade de Campinas já se apresentava com uma nova aparência, onde se podia localizar os trechos já alargados das principais ruas do centro, como também a diferença na paisagem, antes tomada por casarões e sobrados das décadas anteriores, sendo substituída pelos edifícios verticais nas principais esquinas e ruas da cidade.

3.2. Revisão do Plano de Melhoramentos em 1951

Em 28 de dezembro de 1951 foi promulgada a Lei nº 620, que aprovou a revisão do Ato nº 118 de 23 de abril de 1938, que dispõe sobre o Plano de Melhoramentos Urbanos. A principal modificação feita por essa lei na área central foi a troca das ruas que iriam compor a perimetral interna, onde essas ruas também se prolongariam para servir de conexão para as radiais. A perimetral interna ficou composta pelas Avenidas Moraes Sales, Senador Saraiva, Irmã Serafina, Anchieta e Rua Benjamin Constant. Outra proposta aprovada pela Revisão do plano de melhoramentos para a área central foi a de construir um viaduto que faria ligação entre as avenidas Moraes Sales, João Jorge e Senador Saraiva, passando por cima da linha férrea da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Essa proposta permitiu posteriormente as desapropriações para a construção do viaduto Cury.



Figura 3. Recorte feito no Mapa de Campinas em AUTOCAD de 2005 destacando (em vermelho) a nova perimetral interna e (em amarelo) o Viaduto Miguel Vicente Cury, ambos foram propostos na Revisão do Plano de Melhoramentos de Campinas. Fonte: Planta em AUTOCAD da Prefeitura Municipal de Campinas de 2005.

No Artigo 5º, a lei especifica como seriam incluídas no orçamento as obras necessárias para a execução das desapropriações na área central, o orçamento municipal deveria deixar 5% das verbas municipais para as obras. Já no Artigo 9º, se promulga um zoneamento provisório, enquanto não se conclui um estudo aprofundado do zoneamento da cidade. Nas zonas C1 e C2 (área central), de acordo com o artigo nº 11 da Lei nº 640, as novas construções deveriam ter, com relação à altura, no mínimo 22m e 6 pavimentos, incluindo o térreo. Quando o edifício ultrapassasse a altura mínima teria que respeitar um recuo de 2,50m nas laterais e 4m na fachada. Porém, tanto as alturas quanto esses recuos exigidos para as novas construções, não conseguiram resistir ao mercado imobiliário, que estava se fortificando cada vez mais na zona central com intensa ocupação vertical. Em consequência destes avanços do mercado imobiliário no processo de verticalização do centro, na década de 50 começou a surgir novos edifícios verticais, com alturas de 10, 12 e 15 pavimentos. Como a cidade ainda não possuía a Comissão de Planejamento Urbano, a imprensa mais crítica fazia o papel de pedir que se limitasse a altura dos edifícios. Porém, também havia os que defendiam as grandes alturas dos edifícios, considerando um avanço para a cidade o desaparecimento dos antigos casarões do século XIX para dar lugar aos grandes edifícios modernos. Uma das mudanças mais importantes também incentivadas pela Lei de Revisão do Plano de Melhoramentos

Urbanos está presente no artigo 6º, onde se permite que o processo de desapropriação para os melhoramentos das vias sejam mais rápidos, a partir da promoção de desapropriações em série pelo governo municipal utilizando o valor estipulado no orçamento para este fim. Porém, Badaró afirma que esse artifício não foi utilizado pela administração municipal entre 1952 à 1955 devido à falta de recursos. Conseguiu-se somente realizar poucas desapropriações na Av. Francisco Glicério, e outras ruas somente eram desapropriadas quando havia construção de novos edifícios. [1] 4. SEGUNDA FASE DE IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE MELHORAMENTOS URBANOS As obras na área central tomaram um novo ritmo a partir da gestão do prefeito Ruy Hellmelster Novaes (entre 1956 e 1959), que provido de recursos federais, pôs rigorosamente em prática a estratégia já aprovada pela Lei nº 620, que daria ao município o poder de desapropriar quadras inteiras das ruas do centro de Campinas para serem alargadas, conforme o Plano de Melhoramentos solicitava. Entre as demolições em massa ocorridas neste ano, podemos destacar a desapropriação de duas grandes e importantes construções históricas de Campinas: A Igreja do Rosário, declarada de utilidade pública pela Lei nº 1457 de 25 de abril de 1956 e o torreão do Palácio da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, desapropriado pelo Decreto nº926 de 8 de setembro de 1956.



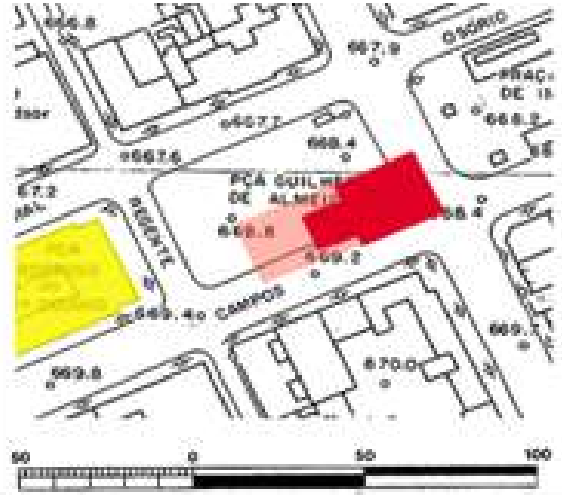
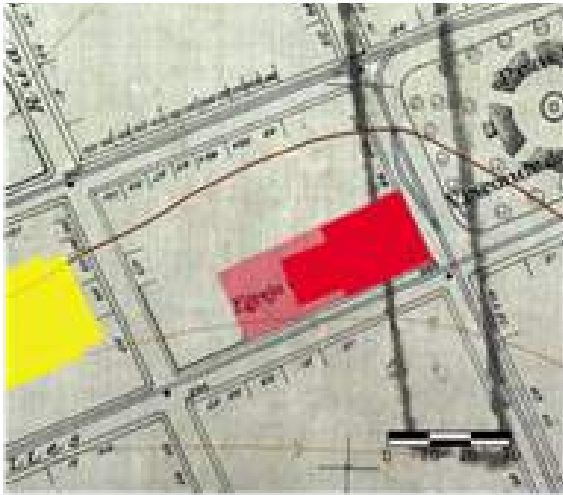
Figura 4. Praça Visconde de Indaiatuba e Igreja do Rosário. Fonte: <https://campinas-nostalgica.wordpress>.

Figura 5. Palácio da Mogiana dec de 30 com as duas torres. Fonte: <http://www.campinasdeantigamente.com.br/2015/02/palacio-da-mogiana.html>.

A sociedade campineira, em meio a esses acontecimentos, era manipulada pela imprensa local, que fazia crescer o conformismo pelas demolições sendo executadas, criando até certo desprezo pelos antigos casarões, apreciando em contrapartida as grandes alturas dos novos edifícios construídos sobre os novos alinhamentos das ruas da área central.

Para Ricardo Badaró, a construção do viaduto Miguel Vicente Cury em 1962 foi o que encerrou a implan-

tação do plano de melhoramentos urbanos, pois as obras no centro já estavam praticamente todas concluídas, faltando apenas algumas complementações, que somente seriam feitas posteriormente, devido ao período de recessão econômica que o país sofreu de 1962 à 1967.



Figuras 6 e 7. Quadra delimitada pelas ruas/avenidas: Avenida Francisco Gicério, Avenida Campos Sales, Rua Regente Feijó e Rua General Osório definindo a delimitação da Igreja do Rosário (vermelho opaco), do lote (vermelho translúcido) e do motivador da demolição da Igreja do Rosário, o Fórum (amarelo). Fonte figura 6: Planta Cadastral de Campinas de Macedo Vieira de 1929. Departamento do Patrimônio Histórico de Campinas, Secretaria de Cultura, Prefeitura Municipal de Campinas. Escala 1:1000. Fonte figura 7: Planta de Campinas de 1982, Centro de Apoio Didático, CEATEC, PUC Campinas.

O período composto pela segunda fase de implantação do plano foi caracterizado pela aceleração das obras de implantação do plano de melhoramentos urbanos e por ter sido o período onde ocorreu o maior número de demolições e desapropriações de imóveis.

5. CONCLUSÃO

Campinas a partir da década de 20 intensifica seu desenvolvimento a partir da instalação de indús-

trias por todo seu perímetro urbano, tornando-se uma cidade industrial, sendo assim, sua expansão e crescimento era inevitável. Preocupados com esse aumento populacional, os intelectuais e agentes municipais da época procuravam possibilitar um plano de urbanismo que ordenasse e direcionasse todo o crescimento territorial, como também que transformasse a cidade de Campinas em um exemplo de cidade modernizada. Fortalecidos muitas vezes, pelo ideário de ser preciso remover características que configuravam a cidade nos séculos passados para atingir tal objetivo. Para realização do Plano de Urbanismo o município contratou o engenheiro Prestes Maia em 1934, mesmo ano em que se aprova o Código de Construções da cidade. Porém, em 1936, quando foi apresentada a primeira proposta de Prestes Maia, se delimita o alcance do plano e este passa a ser denominado de Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas. Após 4 anos de estudos e elaboração, o Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas foi aprovado pelo Ato nº 118 no dia 23 de abril de 1938. Durante todo o período de implantação do plano de melhoramentos urbanos, para ser executado as obras de alargamentos e aberturas das ruas e avenidas, foram desapropriados inúmeros imóveis na região central. Dentre eles muitos edifícios públicos, casarões e sobrados dos séculos XIX de arquitetura neoclássica e eclética foram demolidos. O ano com a maior quantidade de imóveis declarados de utilidade pública foi o de 1962, com 166 edifícios desapropriados, seguido pelo ano de 1960, com 140 imóveis.

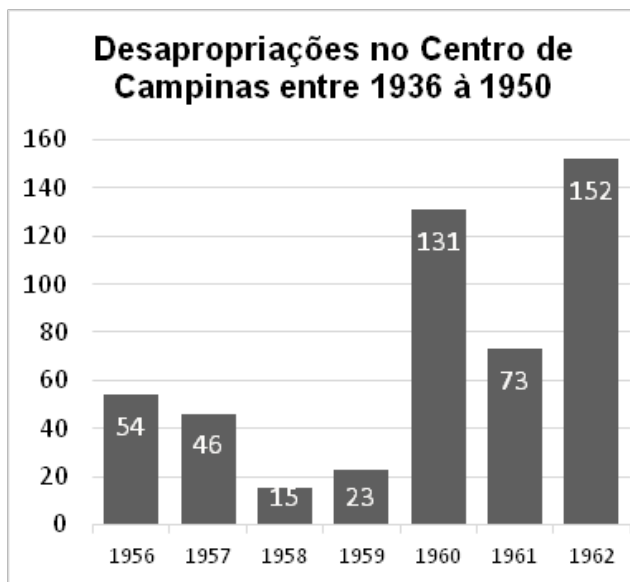


Gráfico 2. Desapropriações no Centro de Campinas entre 1956 a 1962, caracterizado pela Segunda fase de implantação do Plano de Melhoramentos. Fonte: "Tabela Anual de Desapropriações para efetivar o Plano de Melhoramentos Urbanos".

trias por todo seu perímetro urbano, tornando-se uma cidade industrial, sendo assim, sua expansão e crescimento era inevitável. Preocupados com esse

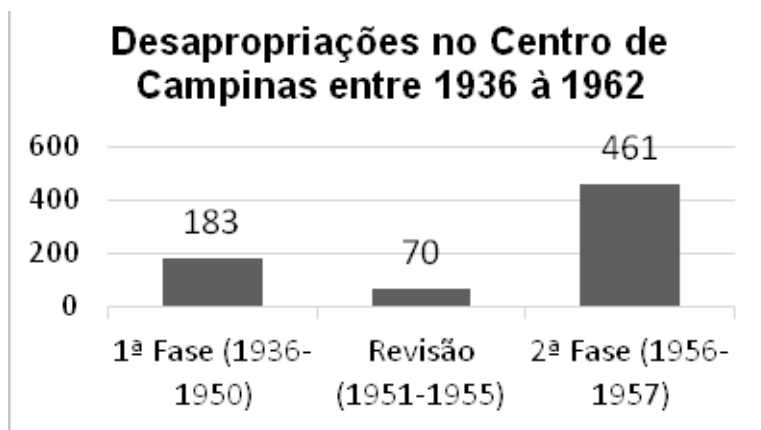


Gráfico 3. Desapropriações no Centro de Campinas por Períodos. Fonte: "Tabela Anual de Desapropriações para efetivar o Plano de Melhoramentos Urbanos".

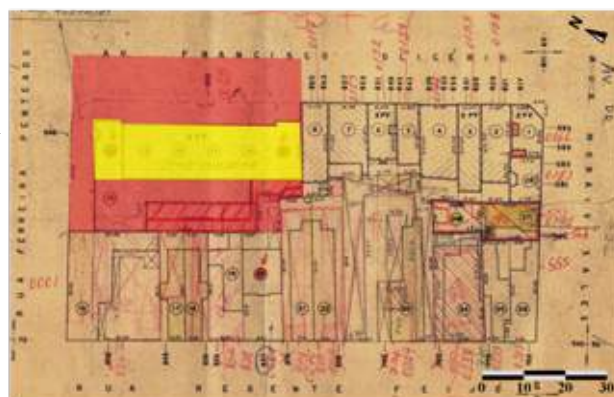
As avenidas Campos Sales e Francisco Glicério, foram as principais ruas da proposta de remodelação do centro histórico da cidade, como também foram as ruas que mais se transformaram devido as obras de alargamentos das mesmas. Juntamente com as desapropriações e demolições ocorridas durante a execução do plano de melhoramentos, se iniciou o processo de verticalização da área

central. Os antigos casarões e sobrados começaram a dar lugar aos arranha-céus modernos que seguiam os novos recuos das avenidas alargadas. Foi o caso do sobrado do Dr. Guilherme Alves da Silva, que durante décadas foi sede da Escola Complementar e foi demolido em 1941 para as obras de Alargamento da Av. Francisco Glicério, e posteriormente no mesmo local foi construído o edifício Cury (antigo Hotel Terminus)



Figuras 8 e 9. Figura 8. Demolição da Igreja do Rosário em 1956. Fonte: Fotografia V8, Centro de Memória da UNICAMP. Figura 9. Vista Aérea da quadra delimitada pelas ruas/avenidas: Avenida Francisco Glicério, Avenida Campos Sales, Rua Ferreira Penteadó e Rua General Osório atualmente. Em destaque a delimitação da Igreja do Rosário (vermelho opaco), do lote (vermelho translúcido) e do Fórum (amarelo). Fonte: Google Earth, 16 de agosto de 2012.

Figura 10. Quadra delimitada pelas ruas/avenidas: Avenida Francisco Glicério, Avenida Dr. Moraes Sales, Rua Regente Feijó e Rua Ferreira Penteadó com numeração do emplantamento de 1929. Em destaque os lotes dos casarões demolidos (vermelho translúcido) e o Edifício dos Correios e Telégrafos (amarelo). Fonte: Cadastro da Secretaria Municipal de Planejamento da Prefeitura Municipal de Campinas, 2014.



Portanto, como resultado final desta pesquisa, foi possível compreender o processo das desapropriações ocorridas para executar as obras de alargamento e abertura de vias durante a implantação do Plano de Melhoramentos Urbanos da Cidade de Campinas, elaborado pelo engenheiro Prestes Maia. Além de compreender os processos necessários para as desapropriações, também se pode relacionar o começo das reformas do plano de melhoramentos com o início da verticalização em Campinas. Por fim, foram estabelecidas análises que permitiram quantificar os imóveis desapropriados e localizar edifícios demolidos de grande importância histórica neste período.

REFERÊNCIAS

- [1] BADARÓ, R. (1996), Campinas: o despontar da modernidade, CMU/UNICAMP, Campinas, SP.
- [2] KROGH, D. da S. S. (2014), O Plano de Melhoramentos Urbanos e a construção da cidade burguesa em Campinas (1934-1962), Projeto de doutoramento, PUC Campinas, Campinas, SP.
- [3] MAIA, P. (1938), Relatório do Plano de Melhoramentos Urbanos - Ato nº118, Prefeitura Municipal de Campinas, Campinas, SP.
- [4] SANTOS, A. da C. (2002), Campinas, das origens ao futuro: compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732-1992), Editora da UNICAMP, Campinas, SP.

ESTUDOS DE CENÁRIOS DE INFRAESTRUTURA A PARTIR DO URBANISMO ECOLÓGICO

A pesquisa trata da elaboração de cenários, pautados em práticas do urbanismo ecológico, para ocupações em áreas de risco como formas de encarar as fragilidades das áreas e propor soluções que fogem ao urbanismo convencional, mas que promova princípios flexíveis adaptados à singularidade de cada lugar e traga novas possibilidades de infraestrutura necessária e emancipatória para um planejamento de gestão urbana na problemática social das cidades brasileiras. É tido como estudo de caso a cidade de Campinas, na região onde se concentram os bolsões de pobreza, com recorte na microbacia Novo Maracanã, inserida na bacia hidrográfica do rio Piçarrão.

Stefanie Ap. Rubia Santos

Laura Machado de Mello Bueno
Políticas Territoriais e a Água
no Meio Urbano

1. INTRODUÇÃO

O enfrentamento do problema das crises sociais e ambientais nas cidades dos países "em desenvolvimento" e das sociedades capitalistas, depende da implementação de uma cidadania completa, com um estado bem organizado e com capacidade de intervenção e realização de investimentos, para uma completa urbanização das cidades que atenda a um urbanismo sustentável [1]. O urbanismo sustentável é "aquele com um bom sistema de transporte público e com a possibilidade de deslocamento a pé, integrado com edificações e infraestrutura de alto desempenho, articulando a compacidade (densidade) e a biofilia (acesso humano a natureza)." [2]. A incorporação nos novos empreendimentos dessa problemática urbana remete ao planejamento e gestão, com uma abordagem da questão ambiental para áreas urbanas no Brasil, visto que poucas vezes os elementos do meio ambiente são incorporados de maneira geral nas soluções urbanísticas [2].

É importante conhecer a gestão e o planejamento no ambiente urbano – agentes envolvidos e suas institucionalidades, através dos arquivos e legislações existentes, pois segundo Carlos Matus, "Negar o planejamento é negar a possibilidade de escolher o futuro, é aceitá-lo seja ele qual for" [3].

A urbanização vem promovendo impactos significativos, devido ao aterramento de áreas baixas, crescente impermeabilização do solo, concentração das águas pluviais e utilização principal da rede

hidrográfica como escoadouro das águas pluviais e servidas, através de retificação, canalização e aterramento de córregos, ribeirões e nascentes. No caso de assentamentos precários soma-se o impacto ambiental à criação de situação de risco de vida e perdas materiais a população já em vulnerabilidade social [1].

Frente a essa problemática, foi realizado o estudo de um recorte espacial no município de Campinas, com incidência de assentamentos precários e irregulares. Foram estudadas informações sócio espaciais para elaboração de cenários, que caracterizem a área no passado, na atualidade e no futuro, partindo da vertente de um futuro desejado e um tendencial do ponto de vista da bacia hidrográfica, considerando-se o desenho urbano mais adaptativo para constituição do direito à cidade justa e sustentável.

A proposta de integrar a teoria social crítica com práticas do urbanismo ecológico, como forma de colaborar no aprimoramento das políticas públicas e das práticas sociais, apoia-se no reconhecimento de que a questão ambiental no meio urbano é central [4]

2. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

A metodologia consistiu na análise integrada da situação atual do local e futura, procurando-se compreender a dinâmica do contexto regional e intra-urbano

Há assentamentos precários e irregulares dentro do loteamento Jardim Novo Maracanã, denominados Núcleo Residencial Jardim Novo Maracanã, segundo o Plano Municipal de Habitação de 2011, implantados em duas praças previstas no loteamento. Essas ocupações já estão presentes em fotografias aéreas da Prefeitura de 1994. Apresentam diversas carências e riscos, especialmente por se situarem a córregos cujas águas estão contaminadas por esgotos, apesar dos loteamentos serem servidos de rede coletora de esgotos ligada a coletor-tronco para a ETE Capivari, construída em 2009.

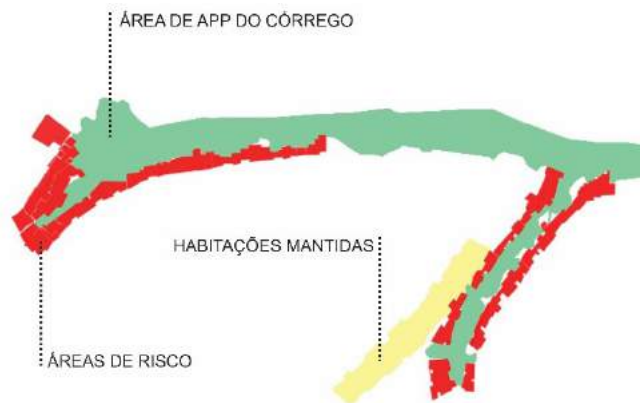


Elaborado: Laura Bueno, Simone Souza e Stefanie Rubia, 2016.

A predominância de assentamentos de moradores de baixa renda tem sido alimentada com empreendimentos de conjuntos habitacionais de interesse social construídos desde 1970 pela COHAB Campinas, tais como loteamentos do Residencial Cosmos feitos até 2010 e loteamentos do Residencial Novo Mundo, entregues em 2008 com 110 unidades habitacionais, em periferias com pouca oferta de emprego, condições precárias de infraestrutura, oferta insatisfatória de equipamentos e serviços urbanos e restrições de mobilidade. Em bairros próximos há empreendimentos recentes do Programa Minha Casa Minha Vida.

Atualmente o cenário da bacia destaca-se por ser uma região com moradores de baixa renda e lugar de urbanização desprovido de equipamentos públicos que possam atender a demanda do bairro. É contemplada com espaços livres sem função social, que não permitem em grande parte atividades recreativas, além de ter dentro do seu perímetro duas escolas voltadas para o ensino fundamental e médio e uma escola para o ensino infantil. Suas proximidades abrangem escolas, que atendem a população local e do distrito do Campo Grande, e duas naves-mãe. As bordas da bacia também possuem um equipamento voltado para a saúde, o pronto socorro do Campo Grande, e algumas regiões com comércio e serviço concentradas na avenida John Boyd Dunlop. Destaca-se também a proximidade com o terminal central do Campo Grande e a Subprefeitura do distrito.

Figura 2 - Diagnóstico da favela Novo Maracanã
Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.



Caso o desenvolvimento continue sendo incentivar o setor privado a ocupar os lotes e glebas vazias da região, tende a aumentar a precarização dos serviços públicos e seus espaços verdes, como praças e parques. Há também a tendência em regularizar as áreas de assentamentos precários em suas zonas de risco, por se tratarem de áreas em zonas passíveis de regularização pela prefeitura apesar das condições de ocupação, e nova produções de conjuntos habitacionais sem qualidade arquitetônica agravando ainda mais a quantidade de população de baixa renda sem uma mistura de faixas e acesso a cidade, promovendo a desigualdade e segregação socioespacial.

4. PLANEJAMENTO E LEGISLAÇÃO MUNICIPAL: AGENTES NO CENÁRIO TENDENCIAL

Atualmente o plano diretor da cidade passa por um processo de revisão, bem como a LUOS. Novos eixos estratégicos são previstos para a cidade e a bacia hidrográfica em estudo. A propostas contemplam alterações significativas, como o perímetro urbano, estabelecido pela Lei 8.161/94, que passa a ter um aumento na porção noroeste da bacia. Em uma análise crítica o planejamento territorial brasileiro enfrenta cotidianamente o desafio de gerir territórios que convertem suas terras rurais em urbanas, dando margem para o crescimento horizontal das cidades o que acarreta em novas formas de urbanização e ordenamen-

to do território [6]. Devido ao alto grau de loteamentos vazios no interior das microbacias o aumento do perímetro urbano na região intensifica o espraiamento e a predominância de uma urbanização dispersa. No Plano Diretor atual são propostas ZEIS de regularização (loteamentos e favelas) e ZEIS de indução (vazios onde se priorizaria habitação popular), concentradas na área de estudo.

A proposta de novo zoneamento prevê para a área de estudo o uso de Zona Mista (ZM1), pretendendo promover o uso de bairros com misturas de uso residencial, não-residencial e mistos, permitindo usos de profissionais autônomos ou de caráter microempreendedores, com tipologias apenas horizontais de no máximo três pavimentos desde que não ultrapasse dez metros de altura. Promove também reconhecimento de Zonas de Centralidades (ZC2 e ZC4) destinados a eixo de comércio, uso misto, serviços e centros dos bairros, dando lugar a tipologias horizontais e verticais de no máximo vinte metros de altura, segundo a Zonas de Centralidades 2. A Zona de Centralidades 4, além de manter os objetivos da ZC2, reforça os principais centros da cidade e seus nós de centralidade com influência na estrutura urbana, permitindo tipologias verticais sem limite de altura e promove a habitação multifamiliar vertical. Promove também a regularização das áreas de ocupação (ZEIS 1) e incentiva a criação de novas zeis na bacia com a proposta de zonas especiais de interesse social de indução (ZEIS 2).

A consultoria que elaborou a proposta de nova LUOS também elaborou subsídios para o novo PD, que embasariam a nova lei. Passa-se a ter dez MZ com novas denominações. A macrozona intitulada urbana, com enfoque como setor de transformação inclui o Campo Grande e Ouro Verde. A proposta tem como objetivos "fomentar novas centralidades que ampliem a oferta de comércio, serviços, equipamentos públicos e empregos. Qualificar a urbanização, ampliar a oferta de transporte coletivo" [7].

Aliado a possível aprovação da nova concepção da LUOS, com liberação de mistura de usos e de ampliação da altura dos prédios trará como primeira consequência o aumento do preço das terras, devido às possibilidades futuras de ganhos pela possibilidade de aumento da área construída. Entretanto, o resultado prático dependerá de processos históricos – décadas – relacionados ao aquecimento ou não do mercado imobiliário e aplicação de instrumentos urbanísticos e fiscais para reduzir a retenção de terrenos vazios. A proximidade da microbacia ao Aeroporto de Viracopos pode ser um fator de animação do mercado e ocupação do local.

A população em geral possui preocupações com espaços que ofereçam equipamentos públicos e sejam dotados de infraestrutura de qualidade para frequentarem. Há total carência de praças, áreas verdes ecológicas de interesse municipal. Nota-se uma

carência de espaços públicos nas áreas afastadas da região central, o que leva a um deslocamento populacional em busca de lazer e qualidade ambiental. Assim o objetivo de requalificar a área deve se voltar para a priorização dos vazios urbanos em implantar equipamentos sociais e melhorias de infraestrutura urbana e social da região, devendo ser o foco principal da ação municipal im-plantar parques, praças e áreas de lazer e esporte, e não incentivar o adensamento da população de baixa renda nessa região que já passa por uma grande concentração de conjuntos habitacionais populares sem qualidade urbana.

5. DESENVOLVIMENTO DE CENÁRIOS FUTUROS

Os terrenos que não estão sendo mais usados na área da bacia podem vir a ser áreas produtivas, onde residências, locais de trabalhos e espaços de lazer se mesclariam, incorporando uma maior conexão entre várias partes de um território além de propor uma estética que voltaria a valorizar a vida nos bairros com condições voltadas para o urbanismo ecológico, promovendo uma apropriação do território mais coesa com a realidade ambiental urbana em um direito a cidade saudável e sustentável.

Para recuperação de uma área de habitação precária em APP, "a primeira ação é levar infraestrutura: obras essenciais como abastecimento de água, esgotamento e tratamento sanitário de efluentes, drenagem de águas pluviais, contenção de erosão, estabilização de taludes, fornecimento de energia elétrica, prevenção e controle da poluição das águas e re-vegetação, além de áreas para uso de esporte, lazer bem estar" [8]. Parte-se da postura de que as intervenções em áreas ambientalmente sensíveis e de interesse social devem buscar a redução de danos socioambientais nas áreas ocupadas. Ao mesmo tempo, a pesquisa encontrou na concepção de espaços com compreensíveis através de "Uma linguagem de pa-drões"[9].

Em termos práticos, projetar utilizando a linguagem de padrões permite utilizar-se das ligações estruturais escalares que o padrão proporciona em relação aos outros padrões, dentro dessas grandes áreas (cidade, edificação e construção) de modo que ele ajude a configurar o desenho urbano desejável. O desenho urbano ao qual deseja se chegar possui uma complexidade que deve ser estudada para se obter um resultado satisfatório. Assim, são promovidos princípios flexíveis, adaptados as circunstâncias e condições da bacia com cuidado especial para o desenho sensível a água[10].

6. PRESSUPOSTOS PARA UM CENÁRIO DESEJÁVEL

As Diretrizes para as intervenções foram baseadas nos diversos autores citados e no estudo de programas e projetos (fig.3).

De modo geral a intervenção na bacia de estudo pretende aplicar instrumentos urbanos que promovam uma urbanização completa da área e com qualidade para os seus moradores. Tendo como partida as intervenções existentes e futuras, tais como propostas realizadas pelo plano diretor, como o traçado do BRT que está proposto dentro da bacia. Com expectativas de macro intervenções, há a proposta de um cenário que gere centralidade com o traçado de transporte sugerido, podendo beneficiar a região com a integração de modais de transportes limpos, como ponto de bicicletários articulados ao BRT, para alimentar a via de transporte que irá atender a região metropolitana de Campinas e trazer em contrapartida a proximidade do pedestre nas ciclovias e ciclofaixas da região. In-

tervenções que geram centralidades tendem a trazer benefícios locais, como uso de comércios e serviços.

Com a consolidação da favela em APP, propõem-se projeto de remoção das casas em situações de risco, as famílias são realocadas para a área da bacia com melhor infraestrutura e mante-se a proximidade das habitações com a sua área de origem. São propostas novas habitações (fig.4), para abrigar os moradores que já ocupavam a área e trazer nova população para o cenário desejado. Com a remoção de 139 unidades residenciais localizadas em área ambientalmente sensível e de risco, propondo a realocação para 216 novas unidades, que tem como objetivo atender a população removida e abrigar novos moradores.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

Figura 3 – Diretrizes para o cenário proposto.

Sua função é garantir a moradia social com tipologias flexíveis que permitem unidades para uma pessoa, duas, e até unidades com oito pessoas, para famílias maiores. As diversidade tipologica permite que um casal, um idoso ou um jovem solteiro ocupem o mesmo espaço, dando preferencia para habitação de

idosos e pessoas com mobilidade restrita no térreo ou primeiro pavimento. Há também o mecanismo de manutenção das habitações, como o aluguel social, dando margem para sublocação de idosos ou casais sem filhos, que possam vir a se mudar futuramente sem necessariamente precisarem vender o aparta-

mento. Ou caso de famílias que precisam de uma moradia temporária em caso de despejo do local onde habitavam por se tratar de área de risco. O auxílio visa garantir direito à moradia, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº.742/93), além de contribuir para a manutenção do edifício.

Como proposta de unidade, propõe-se a abertura de vias para uma conexão entre bairros e como meio de acesso direto a principal via expressa da região, com cuidados voltados para a água, optando por construções como pontes quando necessário para a transposição do córrego, e não o seu aterramento, como geralmente acontece em casos de abertura de ruas.

Os espaços públicos muitas vezes encontram-se subutilizados e degradados no cenário atual, deseja-se consolidar espaços públicos agradáveis que possam ser usados e estimular a população a frequentar e cuidar de espaços coletivos. Por isso a implantação de parques, para gerar espaços recreativos, e possibilitar a utilização das áreas da bacia. Entende-se por espaços de qualidade os que proporcionam interações coletivas, espaços mais justos e agradáveis que combatem os enclaves fortificados [11].

Para enfatizar o uso de atividades recreativas e amenizar a carência na região por equipamentos que

ofereçam atividades culturais, é previsto a criação de um CEU. O CEU representa a ação de trazer para a periferia espaços de cultura e ensino, funcionando como um centro cultural integrado com esportes e educação.

Quanto aos cuidados voltados para o urbanismo ecológico o detalhamento do desenho urbano sensível à água inclui a construção de elementos para dificultar que os resíduos presentes nas ruas e calçadas (poluição difusa) cheguem nos corpos hídricos durante as chuvas, através de sua interceptação no sistema de condução das águas pluviais.

O mesmo detalhamento deve ser desenvolvido para os dispositivos para os usuários disporem os resíduos sólidos - recicláveis, reutilizáveis e orgânicos/molhados. Além do sistema de caçambas para coleta mecanizada, já implantado em diversos bairros de Campinas, é preciso no futuro efetivar as formas de coletar e comercializar os recicláveis e reutilizáveis.

A implantação adequada dos edifícios - equipamentos públicos e residenciais - explora o acesso solar para a produção de energia e para aquecimento da água, reduzindo a dependência dos usuários dos sistemas de energia. A iluminação pública também poderá se beneficiar do LED, de células fotovoltaicas e sensíveis à

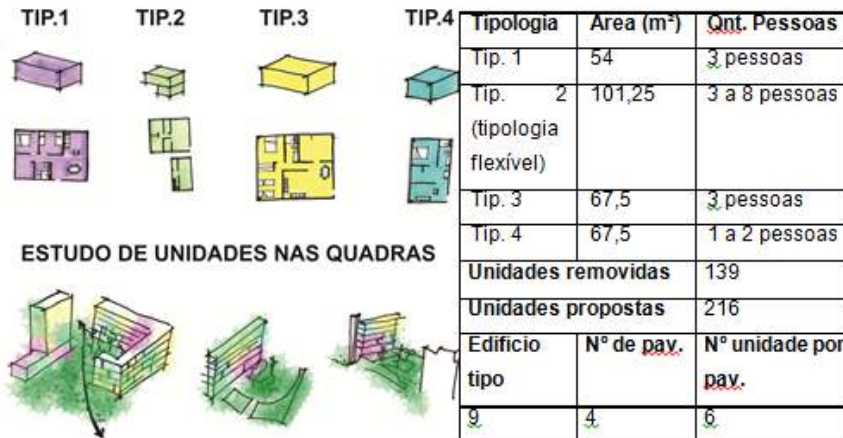


Figura 4 – Tipologias para HIS
Fonte: Elaborado pelos autores.

luz, de forma a melhorar eficiência, reduzir custos e manutenção[10].

A revitalização do corpo hídrico, tendo como base obras de infraestrutura que possam vir a recompor as áreas de inundação natural do curso d'água e sua vegetação ciliar (fig.5). Há também a preocupação de desenvolver junto ao córrego a proposta de um parque linear, que abrigue atividades de lazer e possa vir a ser um caminho agradável para o pedestre, visto que o parque linear mantém proximidade com as habitações e é um importante ponto de ligação para outras atividades da bacia, além de se tratar de uma área para a preservação da vegetação nativa, sendo

restrito em alguns trechos a circulação de pedestre, por ser destinado a recortes para vazão do córrego em épocas de cheia. O desenho de parques em áreas de APP vem sendo desenvolvido com a intenção de criar uma apropriação das pessoas em áreas públicas, o que evita a depredação de espaços urbanos por não promover lugares ociosos e sem identidade.

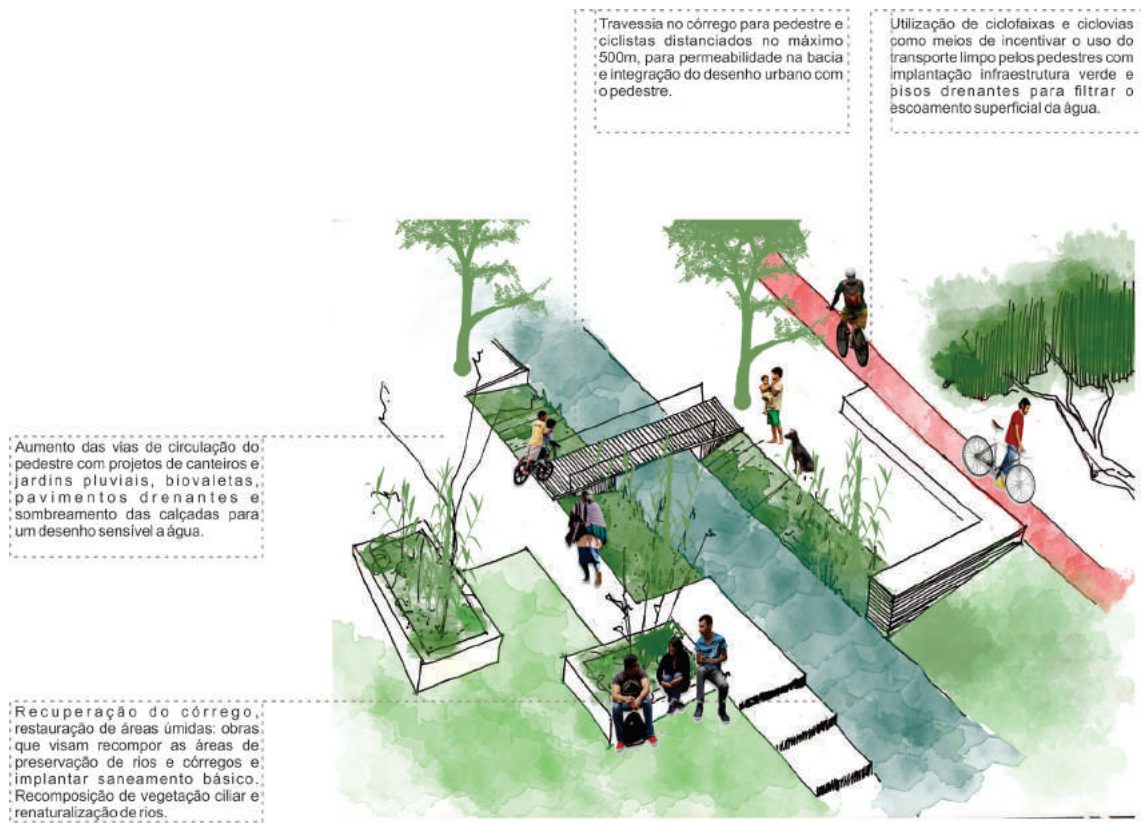


Figura 5 – Cenário 1: Recuperação de córrego e APP. Fonte: Elaborado pelos autores

Descrevemos então soluções e algumas opções morfológicas para objetivos de melhorar a perspectiva de qualidade de vida e ambiental de maneira a atender as comunidades e trazer a possibilidade de pertencimento a Campinas e à metrópole, para a população, não somente para o capital produtivo que usa as estruturas regionais e a mão de obra.

7. CONCLUSÕES OU CONCLUSÃO PARCIAIS, REFLEXÕES SOBRE OS RESULTADOS

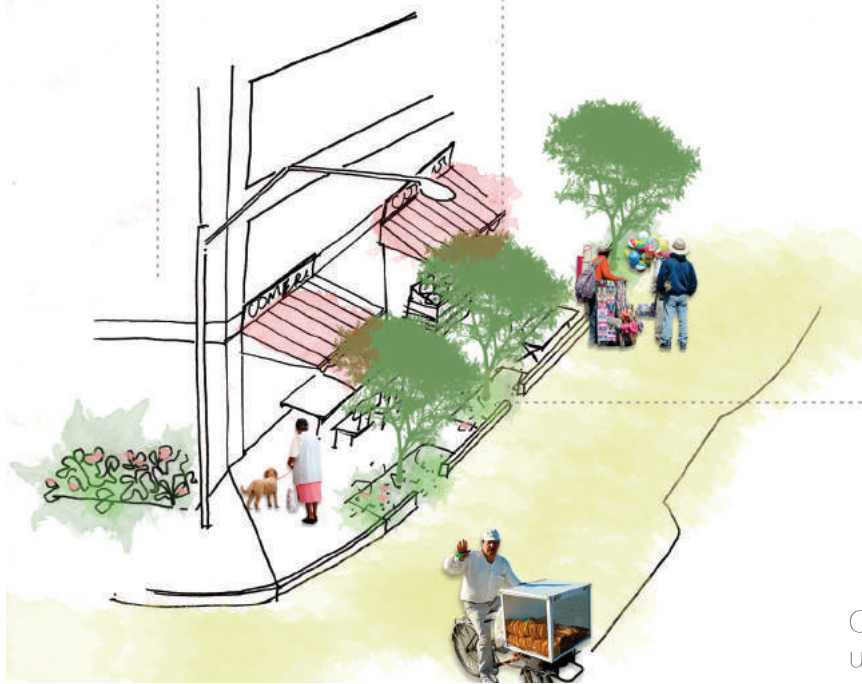
A proposta de uma localidade metropolitana precisa integrar-se no cenário regional. O crescimento das cidades exige um planejamento estratégico de forma que ajude na construção de espaços urbanos qualificados e inclusivos. Faz parte de o plano diretor assegurar intervenções estratégicas imediatas e a longo prazo, a fim de direcionar a execução de planos e projetos para atender os objetivos estabelecidos. Abrindo processos participativos e democráticos para a construção de sociedades mais justas, pois a concentração de decisões na esfera pública tende a gerar um ambiente autoritário, que nega a qualidade de vida. Por séculos de estudos processos participativos vem sendo estudados como forma de implantar um urbanismo mais justo, a população anseia por participação democrática, por liberdade individual e respeito as minorias, representados por conquistas democráticas, "a democracia é por isto uma condição da qualidade de vida" [12].

É preciso superar a ideia de construções das cidades voltadas para um mundo em que os direitos da sociedade privada e a taxa de lucro superam todas as outras noções de direito, onde a qualidade de vida urbana torna-se uma mercadoria [13]. Tem-se que superar o processo de urbanização para o capital financeiro, que usa como instrumentos a desapropriação de terras dos menos favorecidos para desenvolver espaços para os mais ricos, espaços privatizados, fechados e monitorados. Mecanismos utilizados para separar os mais ricos dos mais pobres, onde se consolida a relação centro-periferia afirmada pelas diferenças de desigualdade social, que conformam e restringem a vida das pessoas a determinados tipos possíveis de encontros no espaço público.

A cidade é lugar de luta de classes[13], um passo para unificação dessas lutas é adotar o direito a cidade. Possibilita a criação de um amplo movimento social para fazer valer a sua vontade, para que os menos favorecidos possam lutar pela tomada do controle e direitos que por muito tempo sempre lhes foi negado, e instituir novas formas de urbanização e regularizações fundiárias. Assim a revolução tem de ser urbana, no sentido mais amplo do termo.

Empreendimento para habitações, com diversos tipos de faixa de rendas, a uma distância que possa ser percorrida para a utilização do transporte público e incentivo de habitações com uso misto, para promover o comércio local.

Alargamento de calçadas priorizando o uso do pedestre na rua, com pavimentos drenantes, infraestrutura verde como canteiros pluviais para filtração de água e arborização linear para possibilitar maior sombreamento.

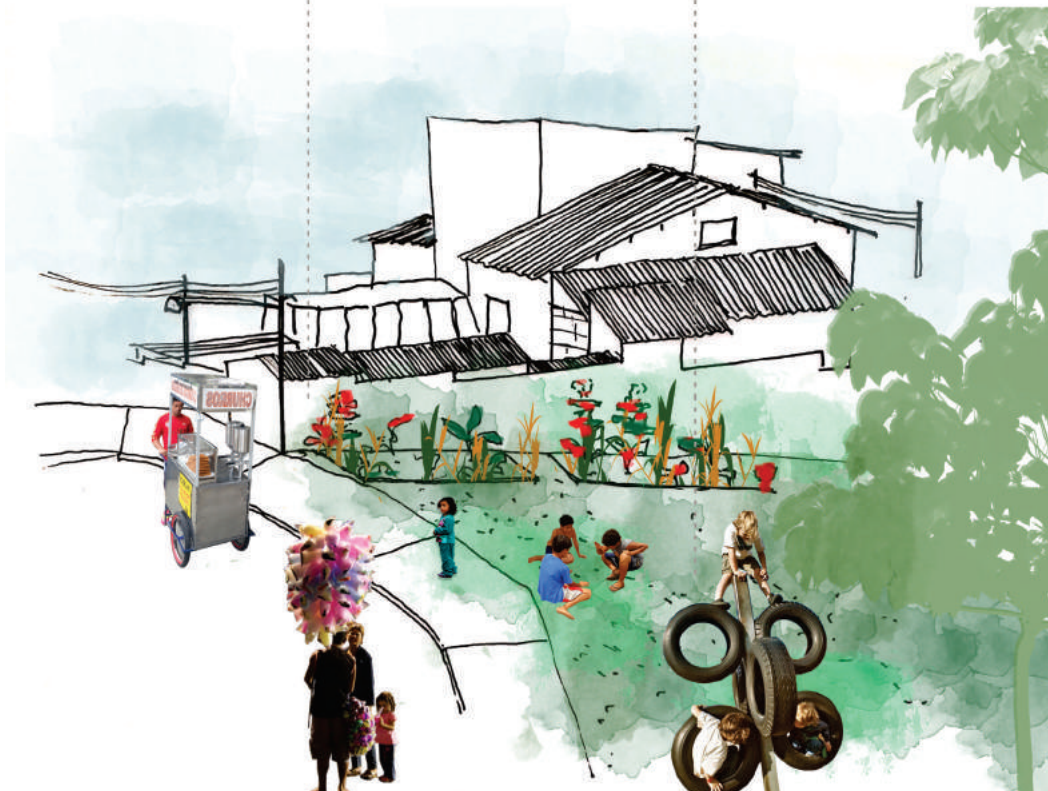


Adoção de dispositivos para conter a poluição difusa, ou para impedir que a poluição difusa chegue nos córregos.

Cenário 2: Edificações com uso misto.

Horta urbana e agricultura em lugares públicos, locais de moradia e jardins dos equipamentos públicos, para propósitos comunitários.

Requalificação de praças existentes com propostas de espaços verdes para brincar conectados com espaços públicos de esporte e lazer que configuram a unidade do bairro e atraem os moradores para uso social.



Cenário 3: Requalificação de áreas verdes.

Proposta de parques públicos associados com áreas verdes, de lazer e esporte com equipamentos do tipo CEU, teatro e cinema para recreação.



Cenário 4: Parque público.

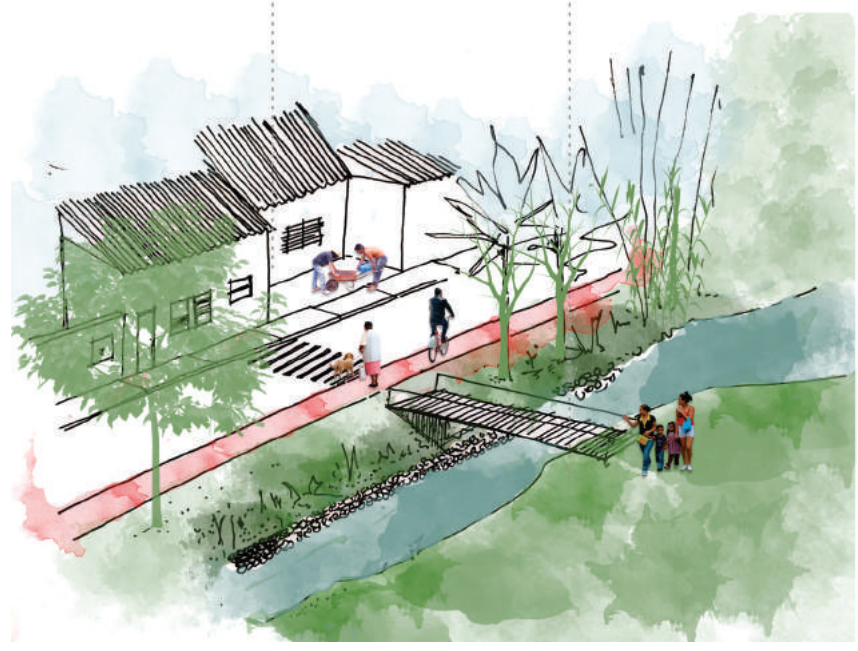
Incentivo de áreas voltadas a agricultura urbana e produções auto-suficientes de alimentos dentro da cidade, o que aproxima o produtor do consumidor e incentiva a economia local.



Cenário 5: Agricultura urbana.

Habitacões, com espaço da casa/lote separados do espaço coletivo/público por em desenho claro, voltadas para as águas com melhor qualidade de vida para os moradores e afirmação do desenho sensível às águas no meio urbano.

Opção por uso de solo verde para maior permeabilização da água em espaços públicos e sua filtração para a chegada em córregos com maior qualidade ambiental.



Cenário 6: Habitacões no parque linear com passarelas.

Agradecimentos

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Laura Bueno, pela dedicação à pesquisa e empenho em expandir nossos conhecimentos, à Simone Bandeira Souza por sua dedicação, apoio técnico e auxílios prestados, ao grupo de alunos envolvidos na pesquisa que viabilizaram os resultados obtidos e a troca de conhecimento. Ao CNPq pela concessão da bolsa e à PUC-Campinas, pela viabilização da pesquisa.

Referências

- [1] BUENO, L. M. M. Reflexões sobre o futuro da sustentabilidade urbana a partir de um enfoque socioambiental. Cadernos Metrópole (PUCSP), v. 19, p. 99-121, 2008.
- [2] ANDRADE, Liza. Conexão dos padrões espaciais dos ecossistemas urbanos: A construção de um método com enfoque transdisciplinar para o processo de desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e no nível da paisagem. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília. Brasília, 2014.
- [3] SOUZA, Marcelo Lopes. Mudar a cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil. 2010.
- [4] MARICATO, Ermínia. Nunca fomos tão participativos. Debate Aberto. Disponível em <http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/seguranca-publica/artigos/artigo_ermينيا.pdf>.
- [5] ROLNIK, Raquel. O programa minha casa minha vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: Aspectos socioespaciais e segregação. São Paulo, v. 17, n. 33, pp. 127-154, maio 2015.
- [6] SANTORO, Paula Freire; COBRA, Patrícia Lemos e BONDUKI, Nabil. Cidades que crescem horizontalmente: o ordenamento territorial justo da mu-dança de uso rural para urbano. Caderno Metrópoles, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 417 – 440, jul/dez 2010.
- [7] FUPAM. Cadernos de Subsídios para a Revisão do Plano Diretor. Campinas, 2015.
- [8] BUENO, Laura M. M. e ALMEIDA, Estela. R. Estudos de adaptação: dilemas da regularização de bairros com favelas com Áreas Ambientalmente Sensíveis. IN: Cadernos PROARQ, nº.24, pp. 80-98, julho 2015.
- [9] ALEXANDER, Christopher et all. Uma linguagem de padrões: A Pattern Language. Porto Alegre, Editora Bookman, 2013.
- [10] MOSTAFAM, Mohsen e DOHERTY, Gareth. Eco-logical Urbanism. Barcelona - Espanha, Editora Gustavo Gilli 2014.
- [11] CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: A nova segregação urbana. IN: Novos Estudos, nº.47, pp. 155-176, março 1997.
- [12] BUARQUE, Cristovam. Qualidade de vida: A modernização da Utopia. IN: Lua Nova: Revista de cultura e política, nº31, 1993.
- [13] HARVEY, DAVID. O direito à cidade. IN: Revista Piauí, nº82, julho 2013.

HIERARQUIAS URBANAS - RAZÕES E CONSEQUÊNCIA DOS DESMEMBRAMENTOS TERRITORIAIS DE JUNDIAÍ NOS SÉCULOS XVIII E XIX

O presente artigo visa contribuir para o debate sobre a história da urbanização no período colonial e do primeiro Império, a partir do estudo de caso de Jundiá-São Paulo, entre 1655 - quando esta povoação é elevada a vila, se desmembrando da vila de Santana do Parnaíba, e 1857 - ano do desmembramento da vila de Nossa Senhora do Belém, atual Itatiba. A pesquisa tem como objetivo espacializar, na escala do território, a rede de núcleos urbanos formados a partir de bairros rurais da vila de Jundiá, da construção de capelas, da elevação de freguesias e seus desmembramentos, dando origem a outras vilas. Apresenta-se também a análise da constituição do termo da vila de Jundiá, demonstrando as relações entre o "Bairro da Vila" - núcleo urbano propriamente dito, onde se localizava a igreja matriz e o edifício da Câmara, sede do poder civil - e os bairros rurais, ou espaço periurbano. A pesquisa desenvolveu-se a partir de documentação primária que faz parte do acervo do Arquivo do Estado de São Paulo - Maços de População e Cartografia Histórica - de ofícios sobre os atos de instalação das capelas e das freguesias e da documentação das câmaras nos atos de ereção das vilas. A partir da análise desses documentos a pesquisa visa elucidar a formação histórica de parte do território paulista no período em questão.

Rodrigo de Azevedo

Profa.Dra.RenataBaessoPereira
História das Cidades: Ocupação territorial e Ideários Urbanos

1. INTRODUÇÃO

Os estudos consagrados da historiografia sobre a urbanização brasileira, sobretudo as obras de REIS (2000, 2001, 2013, 2014) e MARX (1991), demonstram, em termos gerais, os procedimentos envolvidos na ocupação do território nos períodos colonial e imperial. Contudo, as pesquisas na área ainda podem avançar, a partir de estudos de caso que, apoiados na historiografia consagrada, podem apontar especificidades e elucidar as relações entre o urbano e o rural nos séculos XVIII e XIX na Capitania e depois Província de São Paulo. O presente artigo apresenta, portanto, uma contribuição para o debate sobre a História da Urbanização no período colonial, e do primeiro Império, a partir do estudo de caso de Jundiá - São Paulo, entre 1655, quando esta povoação é elevada a vila e desmembrada do território de Santana do Parnaíba, e 1857, ano do desmembramento da vila de Itatiba.

2. ANÁLISE DOS DESMEMBRAMENTOS DE JUNDIAÍ

Para compressão dos processos de desmembramento territorial de Jundiá nos séculos XVIII e XIX através das fontes primárias de pesquisa, tais como os documentos históricos, a cartografia da época e os maços de população, foi necessário entender os fatos anteriores e posteriores à essas emancipações. Jundiá tem origem em 1665 de um desmembramento da cidade de Santana do Parnaíba, que também é fruto de uma divisão territorial de São Paulo em 1625. Já depois da emancipação em 1665, a cidade passa por três desmembramentos em seu território até o final do século XIX: Mogi-Mirim (1769), Campinas (1797) e Itatiba (1857). E outros quatro no século XX, com a fundação dos municípios de Vinhedo em 1948; Itupeva, Campo Limpo Paulista e Várzea Paulista, em 1964.

A maioria das cidades que se separaram de Jundiá também passaram por desmembramentos posteriores, dando origem a outras cidades. No total, esse processo teve sete graus de desmembramento e 87 municípios formados a partir do território original de Jundiá, nos atuais limites de São Paulo. Através de um levantamento de dados no livro "Municípios e

Distritos do Estado de São Paulo" (1995) houve um estudo para compreender as dimensões do termo de Jundiá, assim como o processo de fragmentação do território original da vila do ponto de vista institucional.

Através da base documental do Arquivo Público do Estado de São Paulo – Maços de População foi feita uma análise comparativa entre Jundiá e os três primeiros municípios desmembrados do seu termo original até o final do século XIX: Mogi-Mirim (1769), Campinas (1797) e Itatiba (1857). Para isso foram selecionados recortes temporais estratégicos do ponto de vista do desmembramento territorial, ou seja, períodos de elevação de um povoado à condição de freguesia ou de uma freguesia ao status de vila. Esses recortes respeitam o período de abrangência dos Maços de População (1765-1850) e contribuem para uma análise comparativa de dados econômicos e demográficos entre municípios.

2.1 DESMEMBRAMENTOS DA VILA DE MOGI-MIRIM DA VILA DE JUNDIAÍ EM 1769

Esse recorte temporal é referente ao primeiro desmembramento territorial de Jundiá, em 1769, ano de elevação da então Freg. de São José do Mogi-Mirim ao status de vila. O recorte busca entender as rela-

-ções políticas, sociais e econômicas da época entre freguesia-vila e vila-vila, após o desmembramento. Entretanto, na ausência de documentações primárias referente ao período na série Maços de População – do Arquivo Público, não foi possível realizar estudos que elucidassem o processo institucional de formação da Vila Mogimirim.

Nesse sentido a pesquisa desse período limitou-se a análise territorial de Jundiá e Mogi-Mirim em 1769. Esse primeiro desmembramento representou para Jundiá a perda de uma vasta extensão de terra pois cerca de 90% de seu termo (28021,996 km²) que passa a compor a jurisdição da Vila de Mogimirim. Com essa alteração a então Vila Jundiáhy perde importância em termos territoriais na Capitania de São Paulo. O gráfico abaixo e os mapas produzidos sob a atual divisão político-administrativa, e também sobre o atual limite de São Paulo, ajudam a ilustrar esse processo em Jundiá.

Conforme a legenda do mapa é possível identificar a Freguesia de São José do Mogi-Mirim no termo da vila em todo noroeste do estado, que separa de Jundiá após 1769.



Figura 1: mapa do termo da Vila de Jundiáhy até 1769 sob a atual divisão político-administrativa do estado.

2.2 A ELEVAÇÃO DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DAS CAMPINAS NO TERMO DA VILA DE JUNDIAÍ

O ano de 1774 é referente ao processo de fundação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso no termo da Vila de Jundiáhy. Nesse recorte temporal a pesquisa

busca entender as relações de Campinas com Jundiá, tanto na condição bairro-vila quanto na condição freguesia-vila, após a ereção da capela e sua elevação a Matriz. Fundada um ano antes do fim do governo do Morgado de Mateus, a formação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, em 1774, e a criação da Vila de Mogimirim, em 1769, estavam atreladas a estratégia do governo na conso-

-lidação do território paulista.

Nos Maços de População de 1774 é possível fazer uma análise da estrutura da Vila de Jundiáhy pouco antes da formação da Freguesia. Nessa época ainda não existe a produção dos "mapas gerais", visto que esses só são implantados com a "Ordem Regia de 21 de Outubro de 1797" que estabelecia um levantamento demográfico por segmentos da população (brancos, pretos livres, pretos cativos, pardos livres e pardos cativos). Dessa forma não foi possível o levantamento total da população da vila e do Bairro do Mato Grosso, com as respectivas análises dos segmentos da população. Esse cálculo da população da Vila de Jundiáhy é feito de uma forma muito simples apenas nos Maços de 1776, depois da fundação da Freguesia das Campinas.

Entretanto antes de passar aos maços de 1776, é interessante fazer algumas observações sobre os Maços de 1775, nos documentos o que mais chama a atenção é que não houve nenhum registro nem sobre Bairro do Mato Grosso e nem sobre a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas. O que existe é apenas um texto no final dos Maços de População assinado por Francisco Barreto Leme, então nomeado diretor da Freguesia, do qual não é possível identificar o assunto, mas que consta a palavra "Campinas" e a data de 16 de julho de 1775. Esse texto afirma que mesmo não havendo os registros nos maços de 1775 a Freguesia das Campinas já existia no termo da Vila de Jundiáhy.

Em 1776, os registros dos maços de população finalmente constam a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Campinas, de forma destacada do restante da Vila de Jundiáhy. Embora não houvesse um "mapa geral", os maços de 1776 se apresentam mais elaborados que os anteriores. Ao longo da listagem dos maços de população da Vila de Jundiáhy há a enumeração de todos os habitantes, sendo possível identificar o número total de moradores da vila. Nesse levantamento consta que a população da Vila de Jundiáhy era de 3.243 habitantes, dos quais 2.799 moravam na vila propriamente dita e outros 444 residiam na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas dois anos após sua fundação. O que representa cerca de 14% da população total da vila morando na freguesia.

Fazendo um cálculo com os 2.799 habitantes da Vila de Jundiáhy, excluindo os habitantes da freguesia, e dividindo pelos 10 bairros existentes em 1796 chega-se a uma média de 280 pessoas por bairro. Esse número representa cerca de 9% do total de habitantes da vila, apenas 5% a mais que a Freguesia das Campinas. Em uma análise crítica desses números, a porcentagem de habitantes da freguesia não era muito mais expressiva que os demais bairros da Vila de Jundiáhy, o que pode indicar que o processo de fundação

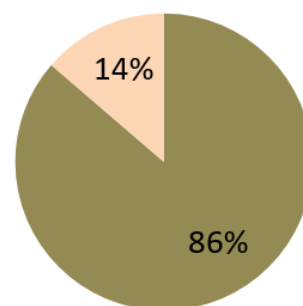
da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Campinas não foi motivado apenas por questões demográficas, mas sim pelo papel estratégico da região nas questões políticas, militares e econômicas.

2.3 O DESMEMBRAMENTO DA VILA DE SÃO CARLOS DA VILA DE JUNDIAÍ EM 1797

O segundo recorte temporal para análise de Jundiá e Campinas é o de 1797, ano de desmembramento da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas e de sua elevação ao estatuto de vila. Em janeiro de 1797, portanto antes do desmembramento da freguesia e sua elevação ao status de vila, os Maços de População de Jundiá apresentam uma subdivisão em três Companhias de Ordenanças, uma da própria vila e outras duas referentes à freguesia. Fazendo um comparativo com os maços de Campinas, após o desmembramento em meados de 1797, é notável a continuidade na organização institucional-militar do território, já que as duas Companhias de Ordenanças que pertenciam à freguesia são transferidas à nova Vila de São Carlos mantendo seus respectivos comandantes; Capitão Antônio Ferras de Campos da primeira companhia e Capitão Felipe Neri Teixeira da segunda companhia.

POPULAÇÃO TOTAL DA VILA DE JUNDIAHY - 1774

■ VILA DE JUNDIAHY ■ FREG. DAS CAMPINAS



Por meio da análise dessa estrutura organizacional dos "bairros" foi excluída a possibilidade de que alguns povoados ligados à Vila de Jundiá tenham passado a compor o termo da nova Vila de São Carlos. Nos Maços de 1797 de Jundiá, constam doze bairros (Villa, Cururu, Itupeva, R. Abaixo, Capivari, Caixueirinha, Atibaya, Jundiáhy Mirim, Capão, Iiturucaya, Rio das Pedras e Japi), já nos maços de Campinas, constam outros seis bairros (Villa, Anhumas, Capivary, Ponte Alta, Atibaia e Dois Córregos). Apensar da semelhança nos nomes, o caso dos bairros de Capivari e Atibaya de Jundiá e dos bairros Capivary e Atibaia de Campinas não são os mesmos locais. A primeira confirmação disso é a própria grafia dos nomes, enquanto nos maços Jundiá o bairro Capivari é escrito com "i" e

Atibaya com "Y" em Campinas é justamente o oposto, o que demonstra justamente uma intenção da época de distinguir dois territórios de nomes semelhantes. A segunda confirmação é o fato de que os Cabos, membros das Companhias de Ordenanças responsáveis pelos bairros, não são os mesmos, consequentemente não há a continuidade institucional-militar esperada se fossem os mesmos bairros. Além mostrar que Capivary e Atibaia não eram originalmente bairros de Jundiá, esses dois exemplos revelam que todos os bairros de Campinas foram criados, isto é, seus territórios foram delimitados após o desmembramento da freguesia da Vila de Jundiá. Entende-se que muito provavelmente o território correspondente a estes bairros já era ocupado pela população e por lavouras mesmo quando Campinas ainda era uma freguesia.

Com base nos "mapas gerais" foram produzidas análises que possibilitam uma comparação entre a Vila de Jundiá e a Freguesia das Campinas. O levantamento mostra o que representava a freguesia em termos populacionais para a Vila de Jundiá na época, apontando questionamentos pertinentes a esses dados. O estudo apresenta que cerca de 43% (2670 habitantes) da população total de Jundiá residia na Freguesia das Campinas, ou seja, uma parcela significativa da população. O alto número de habitantes residentes na Freguesia revela a importância de Campinas para Jundiá pouco antes de sua emancipação, e talvez uma polarização da vila em duas centralidades importantes. Os números também indicam que o processo de emancipação, possivelmente, foi tardio para Campinas, uma vez que essa já representava significativa importância populacional, econômica e territorial na Vila de Jundiá.

Em estudos ainda referente a fundação da Freguesia das Campinas foi realizado nos mapas de 1799, dois anos após o desmembramento. Nesse intervalo de tempo as análises dos mapas são voltadas para a comparação dos dados demográficos e econômicos das duas vilas, através da comparação dos mapas gerais dos anos de 1797 e 1799. Apesar de tratar exclusivamente de dados censitários esses mapas também são possíveis indicadores de crescimento econômico. Em um balanço final calculado nota-se uma diferença do ritmo de crescimento de cada vila, enquanto Jundiá tem uma expansão da população de apenas 3,8% (135 habitantes), Campinas apresenta uma taxa de crescimento muito superior no mesmo período, 17,9% (432 habitantes). A diferença no ritmo de crescimento é resultado dos distintos momentos políticos das vilas, ou seja, enquanto Jundiá lamenta os desmembramentos do seu termo original, Campinas comemora sua autonomia.

Outra análise de 1799 focou-se na comparação de dados econômicos das vilas de Jundiá e São Carlos através do levantamento de dados dos "mapas gerais

de ocupações dos habitantes" de cada uma das vilas. Através desses mapas é possível identificar o perfil de trabalho de cada vila e consequentemente o perfil produtivo, como mostra a tabela a seguir:

MAPA GERAL DE OCUPAÇÕES	VILA SÃO CARLOS	VILA JUNDIAÍ
Corpo Militar	240	224
Empregos Civis	10	12
Clero Secular	3	3
Clero Regular	1	-
Agricultores	200	415
Negociantes	3	21
Artistas	37	29
Jornaleiros	26	66
Escravos	335	415
Escravas	301	269
Vadios e Mendigos	50	79
Vendilhões e Ocupados em Tavernas	10	-

Nessa tabela de ocupações das duas vilas é possível notar o predomínio de três grandes funções de trabalho; o trabalho escravo, de agricultores e do corpo militar. Juntas, essas três ocupações representavam quase de 90% das funções de trabalho em ambas as vilas, o que mostra a importância da produção de agrícola e do corpo militar na defesa do território. Fazendo um comparativo entre os dados das vilas é notável a diferença na proporção de escravos e agricultores; Campinas apresenta cerca de 52% da população em atividade escrava e apenas 17% como agricultores, já Jundiá possui cerca de 45% de pessoas ocupadas em atividade escrava e 27% como agricultores. O fato de haver um contingente proporcionalmente maior de escravos na Vila de São Carlos indica um possível perfil mais escravocrata da vila, voltado à agricultura de exportação através dos engenhos de açúcar. Mesmo com um número ligeiramente maior de escravos em relação à população branca, Jundiá apresenta também uma significativa parcela da população ocupada com o cultivo de arroz, feijão, milho e toucinho tanto para subsistência, quanto para o mercado local.

Esses cenários talvez estejam ligados a todo o processo de desmembramento territorial, no qual Campinas mesmo com autonomia é colocada em um patamar periférico, de centralidade secundária e Jundiá por se tratar de um território consolidado, como uma localidade mais valorizada. O próprio perfil de ocupação é uma reafirmação disso, comparando as duas vilas no número de pessoas ocupadas em "empregos civis", "negociantes" e "jornaleiros", é evidente

que em Jundiáí esse número é maior. Isso demonstra um território urbano mais consolidado, com um perfil de trabalho mais desenvolvido em funções urbanas.

Em termos territoriais, emancipação da Freguesia das Campinas em 1797 foi bem menos significativa que da Freguesia de São José do Mogimirim. Mesmo assim, a proporção territorial desmembrada ainda é alta, com a fundação da Vila São Carlos perde-se 56% do termo de Jundiáí. Nesse período, o território da Vila de São Carlos ainda compreendia as atuais cidades de Americana, Sumaré, Paulínia, Valinhos, Nova Odessa, Hortolândia e parte de Cosmópolis e Holambra. O mapa abaixo mostra os limites da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas no termo da vila de Jundiáí pouco antes da emancipação em 1797:



Figura 2: mapa do termo da Vila de Jundiáhy até 1797 sob a atual divisão político-administrativa do estado.

2.4 A ELEVÇÃO DA FREGUESIA DE N. SRA DO BETHLÉM NO TERMO DA VILA JUNDIAÍ EM 1830:

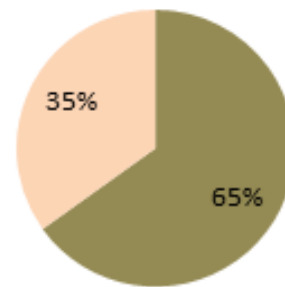
O recorte temporal de 1830 é referente ao processo de fundação da Freguesia de Nossa Senhora Bethlém, atual Itatiba. Em um levantamento dos Maços de População de Jundiáí foi realizado um estudo comparativo entre os Maços de 1830, anterior ao processo de criação da Freguesia, e os maços de 1832, após a fundação. Nos levantamentos de 1830, quando Itatiba ainda era um bairro rural de Jundiáí, a estrutura organizacional das "Companhias de Ordenanças" é mantida de uma forma geral. A única alteração significativa é a extinção da divisão por localidade nos Maços de População, ou seja, o fim da organização por "bairros" nas documentações oficiais. Essa alteração impossibilita compreensão de qual bairro rural pertencia a determinada Companhia de Ordenança, como ocorria nas outras análises.

Já no ano de 1832, além de ser o primeiro registro dos dados demográficos de Itatiba nos maços de Jundiáí, também foi o primeiro ano de documentação depois da transição administrativa das "Companhias de Ordenanças" para o "Juízo Municipal Distrital". O fato de não ocorrer a documentação dos Maços de

População de Jundiáí em 1831 possivelmente está ligado ao período de transição administrativa que acontece nesse mesmo ano. Já o início da documentação exclusiva dos dados populacionais de Itatiba está ligado ao novo status alcançado, que faz a Freguesia do Bethlém ter uma documentação destacada do restante da Vila de Jundiáhy.

Nessa documentação foi possível contabilizar

POPULAÇÃO TOTAL DA VILA DE JUNDIAÍ - 1830 e 1832
 ■ VILA DE JUNDIAHY 1830 ■ FREG. DO BETHLÉM 1832



o número preciso de moradores da freguesia recém-criada, 1.963 habitantes, dos quais 1.539 eram livres e 424 escravos. No entanto, o levantamento total dos habitantes da Vila de Jundiáhy não ocorreu, visto que os maços estavam incompletos em 1832. Dessa forma, em uma tentativa de entender o que era Itatiba nesse período de transição foi feito um estudo comparativo dos dados de 1830, com os de 1832. Embora haja um intervalo de dois anos entre as duas datas, somente através dessa comparação é possível compreender aproximadamente o que era o Bairro do Atibaia (Itatiba) em termos demográficos para Jundiáí.

Esse alto número de habitantes mostra a importância da região de Itatiba no termo da Vila de Jundiáhy, que provavelmente já almejava a muito tempo a elevação a Freguesia com a ereção da Capela de Nossa Senhora do Belém. Uma prova disso é um documento levantado no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo datado de 1828. O documento traz relatos sobre as dificuldades dos moradores do Bairro do Atibaia no deslocamento até a matriz de Jundiáí para registros de nascimentos e casamento.

Já territorialmente a emancipação de Itatiba, em 1857, tem dimensões muito menores que as anteriores, pois Jundiáí perde 35% da área total da vila. Esse número inferior está ligado ao próprio processo de fragmentação de Jundiáí, que já não é a extensa vila do século XVII. Dessa maneira é possível entender que a proporção dos desmembramentos está ligada diretamente com as extensões territoriais, ou seja, quanto menor era o território de Jundiáí menor eram os territórios desmembrados. Segue abaixo o mapa de Jundiáí antes sua terceira emancipação, de Itatiba:



Figura 3: mapa do termo da Vila de Jundiáhy até 1857 sob a atual divisão político-administrativa do estado.

3. ANÁLISE DACARTOGRAFIA HISTÓRICA, A RELAÇÃO DOS BAIRROS RURAIS COM A FORMAÇÃO DE FREGUESIAS E VILAS:

A partir de um recorte no mapa de 1890, "Viação Férrea nas Províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais", levantado na Biblioteca Digital Luso-Brasileira, complementa-se a análise do território original de Jundiáí. Embora a cartografia seja bem posterior os desmembramentos estudados, visto que os levantamentos cartográficos do estado só foram produzidos no ciclo do café, ainda é possível notar algumas informações que datam do período dos desmembramentos. Itatiba, por exemplo, por se tratar da emancipação mais recente de Jundiáí, ainda é nomeada com Bethlém (4), nome da antiga Freguesia. Já em Campinas(3), os bairros apresentados no recorte temporal de 1799 dos Maços ainda constam na cartografia, depois de quase um século, como o caso dos bairros do Boa Vista (B) e Anhumas(C). O mesmo acontece em Jundiáí (1) com o bairro da Rocinha (A), levantado nos maços de população de 1776, que ainda consta no mapa antes da formação da cidade de Vinhedo.



Figura 4: análise de cartografia histórica; relações vilas, freguesias e bairros rurais. Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira.

Referências Bibliográficas

- 1.SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Economia e Planejamento – Municípios e Distritos do Estado de São Paulo. Instituto Geográfico Cartográfico – São Paulo: IGC, 1995..
- 2.Arquivo Público do Estado de São Paulo. "Viver em São Paulo. Recenseando a população". <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/recenseando.php> > Acesso em agosto de 2015.





ENSAIOS TEXTUAIS



e agora? onde estamos, para onde vamos? só não podemos esquecer de onde viemos...

Profa. Dra. Vanessa Gayego Bello Figueiredo

Certamente vivemos uma das mais intensas e piores crises políticas do Brasil. Crise econômica sim, mas já passamos por outras com consequências sociais mais drásticas (até o momento, outubro de 2016). Se observarmos em perspectiva histórica veremos que ambas são cíclicas e estão interligadas. Falaremos desta íntima relação mais tarde, pois não poderíamos deixar de começar este texto lembrando de onde viemos. Assim, torna-se mais fácil compreender o presente, as disputas em jogo e, ao menos, almejamos para onde caminhar.

Nossa origem social colonial, elitista, escravocrata e patrimonialista e a contínua manutenção cultural, socioeconômica e legal (jurídica) desta base, acompanhada por uma rápida urbanização desi-

qual calcada no processo de industrialização tardia da periferia do capitalismo mundial constitui o cerne dos nossos problemas. Problemas estes intensificados por 21 anos de ditadura militar, por decisões políticas que nos inseriram no mercado internacional de dependência de créditos e dívidas e pelas políticas neoliberais que abriram as portas do país sem contrapartidas que inserissem o Brasil como protagonista no tão desejado mercado global. Continuamos a ser mais um grande celeiro controlado pelo centro decisório do mundo (que não nos inclui), porém aumentamos nossas contradições e problemas internos. Um respiro recente de pouco mais de uma década, provocado por políticas sociodesenvolvimentistas, desacelerou este processo e até reverteu parte deste quadro

de desigualdade socioeconômica, com menos expressão territorial, é verdade. A terra continua a ser um grande nó! E agora vivemos um revés. Estamos, nós, o povo brasileiro, perdendo de goleada, quer dizer de golpeada!

Muito complicado tudo isso? Cheio de chavões que não explicam nada? Intentaremos esclarecer um pouco mais este processo. Para compreendermos o que se passa e decidirmos sobre os nossos caminhos é necessário compreender a natureza da própria formação social brasileira, a constituição do nosso Estado-nação e como este vem se inserindo no cenário internacional, bem como algumas características específicas do capitalismo no Brasil, seus estágios de acumulação e do processo da urbanização brasileira, que foi

desenhando nosso território e materializando nossas relações socioeconômicas.

Primeiramente, precisamos lembrar sempre que as cidades brasileiras, e nossa própria sociedade, construíram-se a partir de processos econômicos exógenos. Para compreender este processo complexo, precisamos entender as diferentes conjunturas históricas. É o que recomenda o professor Nes-

tor Goulart (1997) que juntamente com Csaba Deak (1999) e outros autores da história da urbanização e da economia urbana, classificam este processo de ocupação territorial em cinco grandes períodos. O do Brasil Colonial-Imperial; a Pré-Industrialização e Gênese Urbana (1850-1920); a primeira fase da Industrialização (1920-1945); a segunda fase da Industrialização (1945-1980); e a reestruturação

produtiva. Evidentemente, em cada período são observados subperíodos. No entanto, não cabe ao propósito deste texto entrarmos nestas minúcias. Destacaremos rapidamente as principais características socioeconômicas e territoriais destes períodos com o preciso intuito de embasar o debate sobre o momento atual, os problemas atuais e eventuais caminhos a trilhar.



Fonte: elaboração Vanessa G.B. Figueiredo baseado em DEAK, 1999; REIS FILHO, 1997.

No Brasil Colonial-Imperial, a base da economia era a agroexportação, a base da sociedade era o escravo e o território ocupado era basicamente rural. Território este articulado por caminhos de tropeiros e seus pousos (que gerariam cidades) para escoar a produção de açúcar do litoral, de minérios preciosos, durante o ciclo do ouro, da pecuária no interior do Rio São Francisco e no Sul, do café no Sudeste e da borracha no Norte. As normas Filipinas e de defesa iam desenhando a ocupação territorial neste período (REIS FILHO, 1997).

É bom ressaltar que escravo não ganha salário, logo não compra nada. Não compra comida, nem roupa, nem casa. Desta forma não há mercado consumidor interno e nem cidade. Ou seja, não há o sistema capitalista ainda! A isso damos o nome de formas pré-capitalistas de produção. Formas estas que ainda estão presentes no mundo de hoje, inclusive aqui bem pertinho de nós, praticada por alguns grandes empreendedores do agribusiness, herdeiros dos velhos sesmeiros desta época, ou por grandes indústrias de grife, multinacionais que viriam dos gran-

des centros capitalistas a partir dos anos 1950.

Cabe destacar que o movimento (na verdade acordo) que leva o Brasil à Independência de Portugal em 1822 não rompe com a estrutura socioeconômica vigente, implicando em uma continuada "expatriação do excedente" impedindo, por conseguinte, o investimento ou re-investimento na reprodução do capital e nos meios de produção internos. Além disso, como parte do acordão, herdamos a dívida de Portugal com a Inglaterra no valor de 1,3 milhões de libras esterlinas, 30% do valor das exportações da época, segundo dados aferidos por Gonçalves & Pomar (2000). Recursos que financiariam os investimentos dos 40 anos subsequentes nos sistemas de transporte ferroviário no Brasil beneficiando o nosso desenvolvimento. Não dá pra entender porque comemoramos nossa "independência". Foi exatamente aqui que selamos nossa dependência do sistema político-financeiro internacional, vigente até hoje e que leva quase metade do nosso PIB! De quebra inibimos o início da industrialização brasileira, cuja primeira fase já ocorria nos países centrais (Euro-

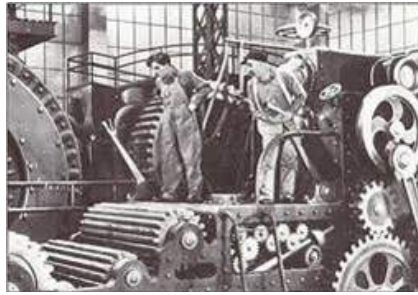
pa e EUA).

Nossa pré-Industrialização e a chamada "Gênese Urbana" seriam inauguradas a partir de uma conjunção de fatores. A supressão do tráfico negreiro leva à paulatina transição ao trabalho livre e assalariado. A Lei de Terras de 1850 transforma as terras devolutas em mercadoria, suprimindo o regime de doações e permitindo apenas a venda (menos para imigrantes e escravos). Esta medida proporcionou o aumento do valor da terra, a expulsão de posseiros que não tinham recursos para comprar e uma maior concentração desta terra nas mãos da elite agrária, sobretudo a do café no Sudeste. Neste contexto, um grande projeto é colocado nos trilhos: café com pão! A economia do café e sua expansão possibilitada pela logística ferroviária propiciou a instalação das primeiras indústrias manufatureiras ligadas ao eixo férreo. Por uma opção política, a principal mão-de-obra, tanto na economia cafeeira quanto no setor industrial, foi de imigrantes europeus. Esta nova classe de trabalhadores precisa de moradia. Começam a surgir as vilas operárias, ora promovidas pelas próprias

indústrias, ora pelo emergente mercado de aluguel de sobrados. A burguesia industrial, e mesmo a agrícola, começa a erguer seus palacetes ecléticos, com jardim frontal e recuos. Todas estas edificações já observavam os padrões do urbanismo sanitista, e o desenho urbano também. Interessante destacar que enquanto o operariado vai pra um lado, em geral no entorno ou além da ferrovia, a burguesia vai para o território oposto. Temos aqui o primeiro movimento de segregação socioespacial e as primeiras diferenças no valor da terra urbanizada. Tudo isso vai conformando as nossas cidades e dando início ao sistema capitalista no Brasil.

Todavia, cabe avisar que o capitalismo também tem fases e tipos. Não existe um só tipo de capitalismo. Trata-se agora do primeiro estágio (o extensivo), baseado num sistema fordista de produção, com produção em massa, linha de montagem automatizada, mão-de-obra não qualificada (expulsa do campo aqui ou do capitalismo central), baixo nível de reprodução da força de trabalho com muita exploração da mão-de-obra (18h/dia, baixos salários, sem benefícios como hora-extra, férias ou assistência médica, castigos corporais, trabalho infantil, etc). Praticamente um trabalho escravo, mas com salários, ainda que muito baixos e cada um se vira pra morar, comer e vestir-se. Brilhantemente, Chaplin denunciou com humor este momento em seus diversos filmes, notadamente *Tempos Modernos*. Csaba Déak (1999, p. 89) sintetizou bem este processo com a afirmação: "o trabalho assalariado – vale dizer, o desenvolvimento do capitalismo –, a industrialização e a urbanização não são apenas inseparáveis ou inter-relacionados: são um só processo".

Ops! E os ex-escravos, todos libertos em 1888? Então, tiveram que se virar. Tiveram que ceder seu trabalho nas lavouras para os imigrantes. Foram para as margens das cidades ainda em formação e



Imagens do filme *Tempos Modernos*. Charles Chaplin, 1933.

nas várzeas, beira de rios e morros onde construíram seus mocambos e quilombos (cuja maioria nem está nas cartografias oficiais de época). Sobreviveram de vender frutas, comidas e sua força de trabalho nos serviços domésticos, na construção civil, no transporte de pessoas e dejetos, entre outros bicos. Reparos que eles ficaram à margem. Marginais à sociedade, à economia, às leis e às cidades. Não por acaso, a maioria da população de favelas no Brasil, que hoje gira em torno de 11,4 milhões de pessoas (6% da população, IBGE, 2010), é afrodescendente e tem os menores índices de renda, longevidade e escolaridade. São as áreas de menor IDH ou maior vulnerabilidade social.

Esta situação do povo negro, assim como a baixa reprodução dos trabalhadores industriais, mesmo os imigrantes (não podemos desconsiderar que eram os pobres do capitalismo central que vieram "fazer a América"), constituem as raízes da exclusão social brasileira. Caracterizam a nossa transição peculiar para um sistema capitalista de periferia, assentando sobre uma sociedade colonial, elitista, escravocrata e patrimonialista. Explicamos, ainda que brevemente, o primeiro "chavão" da introdução deste texto.

O Brasil adentra, de fato,



Jean Baptiste Debret (1768-1848), retratando a escravidão no Brasil. *Cadernos de Viagem*, 1983.

problema da pobreza nas cidades. Houve a reforma do sistema bancário e monetário com controle e fiscalização sobre o mercado financeiro (leis) para evitar fraudes, especulações e diminuir os riscos de operação.

Para quem não sabe isso não é comunismo ou socialismo! É capitalismo mesmo, mas de outro tipo. Sistematizado a partir dos preceitos da socialdemocracia. Onde o desenvolvimento, alavancado pelos investimentos públicos, geram oportunidades a todos e melhoria da qualidade de vida. Um capitalismo voltado ao consumo sim, mas também ao bem estar social, mais distributivo, também conhecido como Welfare State ou Keynesianismo, ampliado no pós-guerra (ESPING-ANDERSEN, 1991). Hoje, a maioria dos países europeus investe entre 25 e 40% do PIB nas áreas sociais (educação, saúde, cultura, segurança, etc) e praticam os maiores percentuais de arrecadação de impostos. Ou seja, o bem estar social tem um custo que é imanente dividido pela sociedade. O resultado é que estes mesmos países são menos desiguais e detêm os melhores índices de desenvolvimento humano: renda, escolaridade, longevidade, segurança, etc. No Brasil, isso também vai começar com Getúlio Vargas. Porém de forma mais modesta, incompleta e não abrangente a todos os grupos sociais. Mas, nossas opções políticas e golpes de estado posteriores viriam a atropelar muitas vezes estas tentativas.

Enquanto isso, no Brasil, as cidades maiores já aperfeiçoavam o sistema de transporte intraurbano com os bondes. O mercado imobiliário investia nos primeiros loteamentos nas áreas centrais e entorno contíguo, sempre acima da demanda, gerando loteamentos que ficariam vazios durante uma ou duas décadas depois. É assim até hoje. O Estado também faz sua parte. Pari passu às reformas sanitaristas, as reformas urbanas em áreas conso-

lidadas com os planos de melhoramentos e embelezamento proporcionavam o alargamento e abertura de viário, praças, parques, teatros, mercados, entre outros equipamentos, sobretudo para a nova burguesia industrial.

A produção de casas para operários continua. A novidade é que pela primeira vez o Estado (sob comando de Getúlio Vargas) começa a investir na provisão de moradias por meio dos IAP – Institutos de Aposentadorias e Pensões e da FCP – Fundação Casa Popular. No entanto, estas iniciativas de financiamento público, no período de 1930 a 1964, mostraram-se extremamente modestas e pontuais computando um total de apenas 171.140 unidades financiadas (BRASIL, 2003).

Vargas intervém também na relação capital-trabalho por meio do reconhecimento de direitos dos trabalhadores, instituindo o salário mínimo, a C.L.T., a lei do Inquilinato, entre outros. Começa a investir em infraestrutura para o desenvolvimento. São desta época a Companhia Siderúrgica Nacional (1941), a Vale do Rio Doce (1943), a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945). Também há investimentos na formação de mão-de-obra especializada para o setor industrial, com o Serviço Nacional da Indústria (Senai), em 1942, e o Serviço Social da Indústria (Sesi), em 1943.

A partir de 1945 a opção rodoviária pavimentaria nosso principal modal de estruturação territorial. A chamada Segunda Fase da Industrialização, calcada na indústria de base, de bens de produção e consumo duráveis (automobilística, eletrônicos, indústria pesada, material elétrico pesado, metalurgia, química-farmacêutica), com suas grandes plantas industriais se assentaria ao longo das rodovias. O rodoviário redesenharia nossas cidades. Viadutos, pontes, minhocões elevados e vias marginais acabariam com parques, praças e seccionariam bairros consolidados. É

o progresso e a modernidade!

Em 1951 Vargas voltaria por voto popular encampando o lema "O Petróleo é Nosso" que culminaria na criação da Petrobrás em 1953 e sua morte no ano seguinte. O Brasil entraria em sua famosa fase "desenvolvimentista", embasada no tripé: Estado nacional, empresariado nacional e empresas internacionais (Maricato, 1994). Se, por um lado, teríamos a expressão máxima da presença do Estado na economia brasileira, por outro, seríamos o reflexo das contradições geradas entre o capitalismo central e o capitalismo dos países periféricos. Isto é, as políticas keynesianas generalizadas no pós-guerra encareceram demasiadamente o preço do trabalhador, tanto na Europa, quanto nos EUA. A oferta de mão-de-obra mais barata e, ao mesmo tempo, mercados consumidores emergentes compuseram um prato feito para as multinacionais que queriam expandir.

Os "cinquenta anos em cinco", lema encampado por Juscelino Kubitschek em seu plano de metas, representaria simbolicamente este período, com a ocupação do nosso miolo territorial por Brasília, grandes investimentos em infraestruturas, com a industrialização e a conseqüente urbanização concentrada no Sul e Sudeste. Esta grande oferta de empregos incentivaria as migrações internas e implicaria no intenso crescimento demográfico e urbano brasileiro, com taxas entre 5 e 6% ao ano nesta região do país. Os investimentos na indústria de base e construção civil, associadas ao aumento do preço da terra também proporcionam a verticalização das áreas centrais, locus principal de uma nova classe média ligada à ampliação do setor terciário. O rodoviário aliado à especulação imobiliária induz a fragmentação e a

1. No Brasil estes investimentos saltaram de 13% do PIB em 2002 para 17% em 2012. Como o PIB cresceu muito neste período, os investimentos nominais dobraram, totalizando R\$ 656 bilhões (PPA – Plano Plurianual, 2012-2015, Governo Federal).

dispersão urbana. Os altos preços da terra urbanizada consorciados ao baixo valor dos salários e à ausência de políticas públicas urbanas e habitacionais conduz ao processo de periferização (habitação em loteamentos clandestinos em áreas distantes) e favelização (autoconstrução majoritariamente em áreas ambientalmente e urbanisticamente não adequadas). Todo este processo de urbanização acontece sem nenhum planejamento urbano. As primeiras leis que viriam a ordenar o uso, a ocupação e o parcelamento do solo e a proteção ambiental datam da década de 1970! Os planos diretores, quando existiam, não passavam de obras de gaveta, como bem apontou Villaça (1999).

Em 1964 se instalam de golpe ditaduras militares em toda América Latina. Repressão e controle da liberdade de expressão, perseguições políticas (exilados, presos, desaparecidos e mortos) e centralização do poder no Executivo nacional são características bastante conhecidas. Dentre as políticas desenvolvidas cabe destacar o SFH/BNH – Sistema Financeiro da Habitação (1964-86) que produziu cerca de 4,4 milhões de unidades em 22 anos (27% da provisão habitacional no Brasil), com 80% dos financiamentos beneficiando famílias com renda acima de 5 salários mínimos e concentração de recursos nas regiões Sul e Sudeste (BRASIL, 2003).

Entre 1969 e 74 o Brasil viveria os maiores índices de crescimento, com PIB girando em torno de 11%, viabilizados pelo conhecido "Milagre Econômico". Mas, como foi possível esse milagre? O grande crescimento econômico do pós-guerra acabou produzindo uma massa enorme de capitais que se reinvestida na produção acabaria por reduzir as taxas de lucro e gerar uma segunda crise de superprodução, como a de 1929. Logo, esse dinheiro, não podendo se transformar em capital fixo, se volatilizou. Isto é, se financeirizou: parte desses

lucros começaram a ser investidos no sistema financeiro internacional. O sistema financeiro tinha que girar essa roda emprestando esse capital a juros baixíssimos para os países pobres ou em desenvolvimento (GONÇALVES & POMAR, 2001). Naquela época não havia lei de responsabilidade fiscal, então os governos foram ampliando suas dívidas para financiar o desenvolvimento.

O fim do "milagre" se dá novamente em razão de crises internacionais. Agora as bruscas altas do petróleo de 1974 e 79. Como na área econômica não há milagres, todo empréstimo volta com juros (que eles sempre dão um jeito de subir mais depois). Então a conta viria a ser paga primeiramente pela parcela social mais pobre que, mesmo durante o crescimento do milagroso "bolo", como afirmava o ministro Delfim Neto, não recebeu nenhum pedaço. A posteriori, o conjunto da sociedade sofreria com



as subseqüentes décadas perdidas de 80 e 90.

Este processo coincide, mais precisamente provoca, o esgotamento da ditadura militar e a exaustão do sistema extensivo de acumulação capitalista no Brasil. O que não significa a passagem ao estágio subseqüente (o intensivo). Entretanto, Schiffer (1999) aponta que há um processo de transição para intensivo que não envolve todo território nacional, mas pode ser notado nos centros urbanos mais industrializados (Sudeste e Sul), com a organização sindical, maior valorização salarial e benefícios sociais. Esta organização da classe trabalhadora por seus direitos faz emergir novas pautas, novas lideranças e partidos políticos, como o Partido dos Trabalhadores, e engorda o caldo da redemocratização juntamente com setores progressistas da cultura, da educação, de intelectuais e de luta pela reforma urbana e agrária.



Imagens do fim de período militar e redemocratização no Brasil.

A redemocratização acontece no mesmo momento em que ocorre a reestruturação do modo de produção industrial, sua reorganização em clusters e no sistema just in time, induzindo a ampliação do setor terciário. Este processo associado ao aumento do valor da mão-de-obra e da terra e às externalidades negativas do intenso processo de urbanização sem planejamento e ausência de políticas sociais nos grandes centros urbanos provoca a desconcentração e a interiorização industrial (deslocamento das indústrias do ABC Paulista e RMSP para as regiões de Campinas, Soroca-

ba e Piracicaba, por exemplo). Por conseguinte, gera o esvaziamento de áreas industriais já consolidadas nos períodos anteriores. Como o Estado estava quebrado, começam a emergir experiências de projetos urbanos ditos estratégicos e parcerias público-privadas para viabilizá-los. Novas centralidades, agora fortificadas no lote, como shoppings centers, aparecem enfraquecendo e degradando os centros urbanos tradicionais. O preço da terra continua subindo, a inflação comendo e a renda caindo. Isso também aumenta o processo de metropolização (pessoas morando fora das cidades onde trabalham).

Neste contexto emergem novas formas de fragmentação e dispersão urbana, agora com a periferização de pessoas de rendas alta e média morando em condomínios horizontais plugados no sistema rodoviário. Uma urbanização do tipo plug and play, enclaves fortificados sem cidade.

No tocante às políticas macroeconômicas, a onda neoliberal chegaria como um tsunami na América Latina pós-ditaduras. O receituário do Consenso de Whashington (NOGUEIRA, 1994), que propagava uma brusca austeridade fiscal, uma política de open doors sem contrapartidas que beneficiassem os interesses nacionais, um enxugamento da estrutura estatal e privatizações para ampliar a "regulação" pelo mercado, teve impactos devastadores na estrutura social, econômica e urbana desses países periféricos, inclusive o Brasil, concentrando ainda mais a renda e maximizando o passivo urbano e social.

No Brasil o neoliberalismo desenvolveu-se mais claramente entre 1991 e 2003, nos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso. A estabilização monetária e inflacionária trazida pelo Plano Real foi necessária e teve efeitos positivos. Mas, como não foi articulada às políticas sociais e de desenvolvimento, a concentração de renda continuou e o desemprego aumentou passando de 8,4% em 1995 para 12,6% em 2002, com apenas 28,7% dos assalariados com empregos formais e 70% do salário mínimo consumido na aquisição da cesta básica.

Concentração de Renda no Brasil

POPULAÇÃO	RENDA	
	1981	1995
50% mais pobres	14,5%	13,3%
10% mais ricos	44,9%	47,1%
1% mais rico	13,4%	14,4%

Fonte: Dieese. Apud Maricato, 1996.

ca. (IBGE).

O balanço das privatizações mostra que o Brasil mais perdeu que ganhou em números. Isto sem falar da perda de gerenciamento de

setores estratégicos da economia fundamentado no interesse público e de faturamento que somam cerca de R\$ 300 bilhões anuais. O governo "arrecadou" cerca de US\$ 91,1 bilhões com a venda de mais de 100 estatais, majoritariamente dos setores elétrico, telecomunicações, siderurgia, mineração e gás (BNDES, 2003). Nas contas de Aloysio Biondi (1999), 95% do pagamento foi feito com títulos desvalorizados (moedas podres). Descontados os investimentos pré-privatização, as dívidas e despesas com demissões em massa (cerca de 70% dos funcionários) assumidas pelo tesouro, o dinheiro que saiu das contas do governo totalizariam R\$ 87,6 bilhões (até 1998). Ou seja, o discurso de encher os cofres para conter o rombo das contas públicas não se sustenta quando analisadas as contas e as formas de pagamento. O objetivo era mesmo entregar à iniciativa privada empresas construídas com os impostos e trabalho de milhares de brasileiros. Que o estado precisa ser eficiente, isso não há dúvidas. Tratemos então de eleger pessoas qualificadas pra isso. Mas ele não precisa ser burro! Mas será que foi burrice ou ignorância, ineficácia, ingenuidade? Não, esta foi a estratégia mesmo. O Estado estava nas mãos das elites e do empresário, democraticamente eleito pelo povo. Só que será que o povo sabia e sabe disso? Aposto que não, pois a mídia e os marqueteiros só contam o que interessa ou o que vai colar... Além disso, as privatizações foram responsáveis por acelerar o processo de terceirização e precarização das relações de trabalho, aumentando o desemprego e diminuindo a renda dos assalariados.

Em suma, a política neoliberal no Brasil não beneficiou nem o trabalhador, nem a indústria nacional, mas as elites e o mercado financeiro. Não por acaso a taxa média de juros fixada pela Celic nos oito anos de FHC foi de 26,6% (che-

gou a 42% em 1997). Todavia, três bons acontecimentos não devem ser esquecidos: o controle da inflação (que tirou cerca de 9 milhões da extrema pobreza) e a aprovação das leis de Responsabilidade Fiscal e do Estatuto da Cidade 2001.

Algo importante a se lembrar é que os empréstimos que financiaram o milagre aumentaram a dívida externa de US\$ 2,5 bilhões em 1964 para US\$ 105 bilhões em 1985, de 26% para 48,2% do PIB. E para atrair e manter capital estrangeiro, o Brasil passou sua dívida interna de R\$ 62 bilhões em 1994 para R\$ 432 bilhões em 2000 (Gonçalves & Pomar, 2000). Até hoje, embora tenhamos pagado muitos juros e amortizações, nossa dívida come metade do nosso PIB. Na verdade, é isso que interessa aos credores (bancos e grandes detentores de títulos): a política de dependência para rodar a moeda da financeirização do capital. Este sistema que gera mais e mais concentração de renda. Em função disto, temos hoje no mundo 50% das riquezas na mão de 1% da população, mais precisamente de 80 bilionários, dos quais metade são norte-americanos. E esta concentração continua aumentando a cada ano (em 2010 tínhamos 388 bilionários, por exemplo), segundo dados da Oxfam, Forbes, entre outros. Ou seja, o sistema capitalista liberal é demasiadamente concentrador de riqueza. Não há regulação pelo mercado, nunca houve na história, em nenhum lugar. Quando houve, resultaram de políticas de regulação pelo Estado, de políticas praticadas nos fundamentos do social democracia keynesiana ou do socialismo/comunismo.

Diante dos péssimos números da economia, do desastre social e dos problemas urbanos que se agravavam, associado à crise cambial que fez o dólar bater na casa dos 4 reais, o discurso neoliberal não conseguia mais se sustentar. Desta forma, em 2003 a "esperança vence o medo". Lula,

o primeiro operário-presidente, cuja trajetória é de inegável luta e liderança, assume o governo e inicia o social-desenvolvimentismo, se comprometendo a manter a estabilidade financeira. Políticas continuadas por sua sucessora, Dilma Rousseff, primeira presidenta do Brasil.

A retomada do desenvolvimento econômico é conduzida por grandes investimentos em infraestrutura e equipamentos com o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. Investimentos em setores estratégicos da economia, em logística e saneamento, garfaram 1,62% do PIB em 2006 e 3,27% em 2010. O desenvolvimento social e a melhor distribuição de renda foram ancoradas no aumento real do salário mínimo, de US\$ 86,21 em 2002 para US\$ 305 em 2014, 72,31% descontada a inflação (Dieese, 2015) o que implicou no aumento de cerca de 60% da chamada classe C (de 65,9 para 118 milhões de pessoas entre 2003 e 2014). O Programa Bolsa Família estava atendendo, em 2016, 13,8 milhões de famílias (R\$ 24 bilhões equivalente a 0,5% do PIB). Foi responsável também pela redução da mortalidade infantil (2002 - 25,3/1000 2012 - 12,9/1000), da taxa de pobreza (2002 - 34% 2012 - 15%), da taxa de extrema pobreza (2003 - 15% 2012 - 5,2%) retirando 22 milhões da miséria.

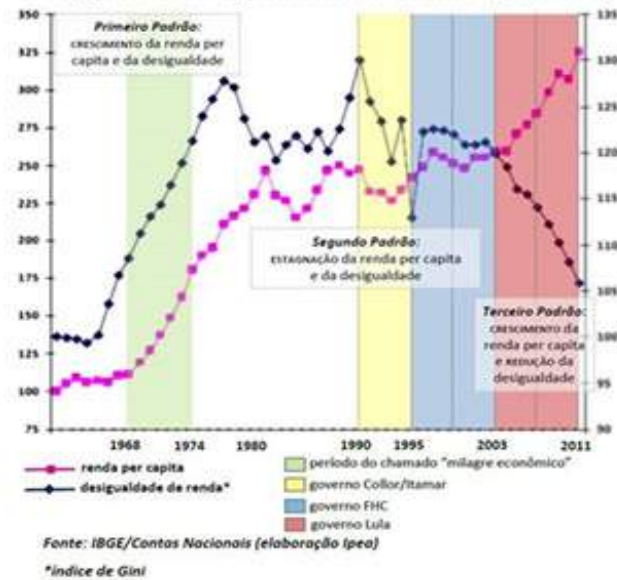
Foram ampliados os investimentos em todas as áreas sociais, especialmente em educação, de R\$ 17 para R\$ 94 bilhões (553%) entre 2002 e 2013. Programas como o PROUNI (cerca de 1,2 milhões de bolsas em 2013), o FIES (2,1 milhões de financiamentos entre 2010 e 2015), o PRONATEC (6 milhões de estudantes), o Ciência sem Fronteiras (110 mil bolsas no exterior), a ampliação de universidades (108,2% privadas e 71% públicas entre 2000 e 2013, 2.090 IES privadas e 301 públicas) fizeram elevar o número de concluintes do ensino superior de 4,4% em 2000 para 7,9% em 2010 (IBGE). Ainda

pouco, mas relevante diante da história de um país que construiu o acesso ao ensino superior apenas para as elites, as burguesias e parte restrita da classe média.

Todos estes investimentos aumentaram o poder de consumo da população mais pobre e, juntamente com o crescimento dos setores da construção civil, educação, indústria, comércio e serviços geraram empregos fazendo o PIB subir a 7,5% em 2010, o desemprego cair a 5,4% em 2013, com destaque para a construção civil, caindo de 9,8% em 2002 para 2,7% em 2012 (IBGE/FGV/PNAD). O índice de Gini no gráfico a seguir revela o aumento da distribuição de renda, pela primeira vez, no Brasil.

Relevante sublinhar a nova inserção geopolítica do Brasil no mundo, priorizando o Mercosul e capitaneando as relações Sul-Sul assim como a importante participação nos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Dado o acúmulo de capitais em razão do crescimento brasileiro e as decisões políticas tomadas, o BNDES passa a financiar também o desenvolvimento fora do país. Em 2006, a descoberta de petróleo no pré-sal acaba por modificar a geopolítica mundial. Imediatamente o governo suspende leilões de concessão em

BRASIL: evolução dos índices da renda per capita nacional e do grau de desigualdade da renda* (1960 = 100)



andamento. Em 2008 tem início a exploração na Bacia de Campos e em 2010 é aprovada a nova lei da partilha que aumenta a cobrança de royalties de 10 para 15% destinada aos governos federal, estadual e municipal e cria o FS – Fundo Social (que em 2013 destina 75% para financiar a educação e 25% para a saúde). O Brasil passa de 15º para 8º país com as maiores reservas, de 14 bilhões de barris para 60 bilhões, podendo chegar a 300 bilhões, a maior do mundo. Em 2014 a Petrobrás supera a americana ExxonMobil (2 milhões de barris/dia, contra 2,2 milhões/dia) e o valor da empresa sobe de 15,4 bilhões de reais em 2003 para 214 bilhões em 2013, passando de 13ª a 4ª maior do ramo. Obviamente tudo isso incomoda muito o setor petrolífero internacional e, particularmente, as nações que dependem

2. Centro de Políticas Sociais da FGV a partir de microdados do IBGE e PNAD.

3. Estes dados estão disponíveis em documentos do IPEA, IBGE e SEADE.

4. O PIB cresceu de R\$ 1,491 trilhão em 2002 para R\$ 5,521 trilhões em 2014 (370%) e o Brasil passou de 13ª para 7ª economia mundial no mesmo período. Em dólares foi de US\$ 508.918,88 para US\$ 2.345.378,73 no mesmo período (IBGE, SEADE, IPEA, FGV, 2015).

5. Dados do Mapa do Ensino Superior no Brasil, SEMESP, 2015.

6. A ONU registrou queda de 0,542 (2002) para 0,459 (2013) no índice de Gini brasileiro. Quanto mais próximo de 0, maior a igualdade de renda.

muito desta fonte de energia, como os EUA, que tem cerca de 60% de sua economia dependente.

São encampados também os preceitos dos movimentos da Reforma Urbana, com a criação do Ministério das Cidades e investimentos para a promoção de novos planos diretores participativos, agora norteados pela função social da cidade e da propriedade e a participação social, bases do Estatuto da Cidade. O Programa MCMV – Minha Casa Minha Vida, de financiamento habitacional, desmembrado do PAC em 2009, foi uma das providências do governo para evitar que a crise dos subprimes americanos, ou do sistema de crédito internacional, solapasse o Brasil. Até 2015 foram produzidas cerca de 2,7 milhões de moradias em todo o Brasil, e mais 1 milhão estão contratadas. Em seis anos foram quase 10 milhões de pessoas beneficiadas, R\$ 139,6 bilhões em financiamentos e o governo ainda investiu R\$ 114,9 bilhões em subsídios para famílias de menor renda. Números historicamente inquestionáveis quanto às políticas de provisão estatal. Porém, a maior parte da inserção urbana destes novos empreendimentos ou bairros instigam o debate por estarem, muitas vezes, longe da cidade consolidada e favorecendo a lógica da especulação imobiliária. Entretanto, não podemos desconsiderar que a própria Constituição garante



Lula repete o gesto de Getúlio em 1952 encampando claramente o lema: " O Pré-sal é Nosso!"

a autonomia dos municípios quanto à política urbana que deve ser definida pelos planos diretores com participação da sociedade.

Resumidamente, o que fez o governo Lula, e Dilma continuou, foi política keynesiana, uma reedição do New Deal Americano.

Em dose menor, menos estrutural e menos duradoura, é verdade. O que detém a atenção é que nunca chamaram Roosevelt de "comunista", mesmo ele tendo feito mudanças mais radicais de controle econômico e distribuição social. Talvez, naquela época, as pessoas soubessem diferenciar melhor as coisas... Hoje, outros tempos... Vivemos num mundo com bem mais informação, porém, ao que tudo indica, com menos conhecimento e numa sociedade e numa democracia com bem mais tons de cinza...

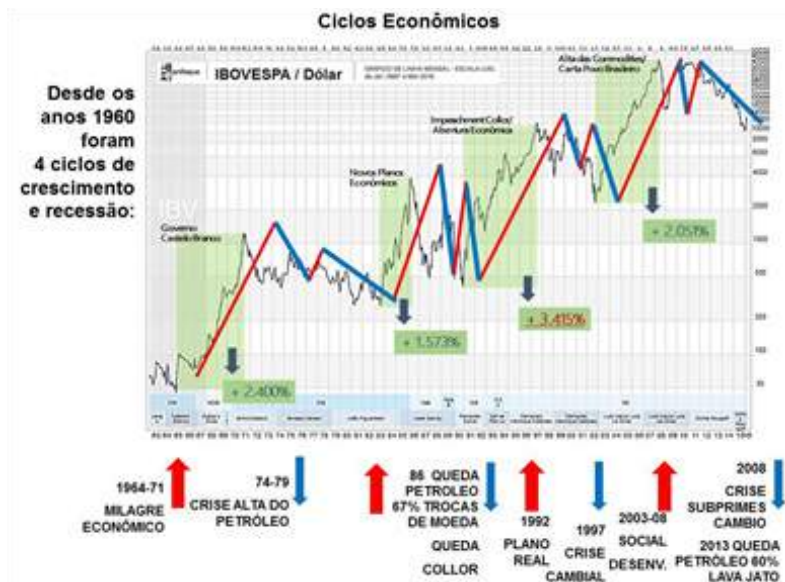
Os ciclos históricos de crescimento e recessão econômica e suas estreitas relações com as alternâncias políticas.

Inicialmente, devemos recordar que nossa primeira grande crise internacional, a grande depressão de 1929, fez sucumbir a república do café e emergir Vargas com as novas políticas sociais e de investimentos do Estado em infraestrutura e no desenvolvimento econômico.

O crescimento econômico gerado no pós-guerra, o iminente crescimento da América Latina,

em particular do Brasil, associado ao temor do crescimento de novos modos de produção e organização social ensaiados por governos socialistas e comunistas, culminou com o suicídio de Vargas e o golpe de 1964. Hoje sabidamente patrocinado pelos EUA (que queriam garantir controle econômico, financeiro e político) em parceria com as multinacionais (que queriam expandir mercados), com as elites locais (que queriam se garantir), com as instituições militares e a mídia (sempre braço forte das elites locais e internacionais). O Milagre Econômico viabilizado por empréstimos internacionais sustentou os anos dourados do desenvolvimentismo do período militar. As crises de alta do petróleo de 74 e 79 ajudaram muito o esgotamento deste modelo e a consequente transição ao regime democrático.

O gráfico abaixo, da movimentação do IBOVESP em volume de negócios em dólar, confirma os grandes ciclos de crescimento e recessão brasileiros, que caminham pari passu às crises do capitalismo internacional. Desde 1960, foram



quatro grandes ciclos (quatro "Ms"). Todos conjugando crise econômica com alternâncias políticas. Não por acaso.

O ciclo de crescimento que se sucedeu na redemocratização beneficiou-se do primeiro momento positivo do caixa acumulado pela

7. Dados do Ministério das Cidades, 2016.

8. Só pra termos uma ideia, no Oriente Médio, esta parcela chega a 80%. Acho que não precisamos explicar porque houve e há ainda tantas guerras naquele lugar.

9. Dados do Sinduscon de 2015 e 2016 confirmam o fato.

financeirização do capital internacional gerado pelas políticas neoliberais na Europa e EUA nos anos 1980. No entanto, no Brasil, foi o ciclo de maior instabilidade em razão do descontrole monetário, inflacionário, dos vários planos e trocas de moedas não bem sucedidas que solapou com a queda do petróleo em 1986 e as trapalhadas de Collor na economia. A empolgação do povo no movimento anticorrupção do Fora Collor, os cara-pintadas dos quais eu mesma fiz parte, foi apenas o mise en scène necessário para manobrar a opinião pública pelo impeachment. Tal como aconteceu com Dilma, mas em contexto e por motivações distintas. Não que a corrupção não existisse. É sabido que ela é uma senhora antiga, desde o "varre, varre vassourinha" de Jânio Quadros, desde o Brasil-Colônia, desde sempre. Enraizada em nossa sociedade a ponto de termos que fazer uma lei de nota fiscal paulista para que os comerciantes declarem seu faturamento. Mas o que desanima é que as instituições responsáveis pela fiscalização e punição e a própria sociedade não mudaram e a senhora, de mãos dadas com muitos senhores, continua solta por aí garfando os bolsos públicos e privados. Sim! A corrupção, a sonegação, os desvios de contabilidade no setor privado também existem.

A estabilidade monetária e financeira trazida pelo Plano Real rendeu o crescimento que vemos registrado nestes indicadores do IBOVESPA entre 1992 e 1999. Entretanto, como não houve investimento no desenvolvimento econômico, nem políticas sociais, nem geração de empregos, etc, como já apresentamos, as políticas neoliberais deste período fizeram durar pouco esta subida. Associada a crise cambial que fez o dólar bater na casa dos quatro reais, FHC caiu e Lula finalmente é eleito, depois de quatro disputas. Começa então a política social desenvolvimentista já descrita aqui. A crise internacional

de 2008 gera queda intensa e faz o PIB não crescer em 2009. As políticas anticíclicas adotadas pelo governo (como MVMV e redução do IPI) associadas ao ambiente de desenvolvimento do mercado interno (por causa dos investimentos desenvolvimentistas, das políticas sociais e de distribuição de renda) dão um respiro. Porém, quando a desaceleração atinge a China e ocorre a super queda do petróleo (cerca de 60%) e descontrole cambial que gerou a desvalorização do real, articulada à Operação Lava-Jato que atinge a Petrobrás e o mercado da construção civil, o PIB começa a cair (0,1% em 2014 e - 3,8% em 2015) e a inflação e o desemprego a sobem, girando em torno de 11% em 2016. Com a queda do PIB ocorre a queda de arrecadação de impostos, as porcentagens da dívida/PIB aumentam relativamente e conseqüentemente os investimentos dos governos também caem reforçando a crise.

Este ambiente econômico desfavorável associado ao quadro político da (des)governabilidade e a um "gigante" que resolveu acordar do nada em junho de 2013, levaram à destituição golpista de Dilma por meio de um impeachment fundamentado numa tese jurídica de crime de responsabilidade bastante frágil. Frágil porque muitos outros governantes cometeram os mesmos atos e não foram afastados por isso.

É preciso entender então a (des)governabilidade. Ela foi gerada a partir do confronto entre dois projetos políticos distintos eleitos por nós, brasileiros. Um progressista e voltado à inclusão social para o poder Executivo e outro conservador e neoliberal para o Legislativo. De acordo com o Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) e a própria Folha de S.Paulo, o atual congresso brasileiro é o mais conservador desde 1964. Foi composto por menos parlamentares ligados às causas sociais, ambientais, dos direitos humanos e das

reformas urbana e agrária, e mais representantes sustentados pelos setores do boi (agronegócio), da bala (militares e policiais), da bíblia (em especial de alguns setores da igreja evangélica), da bola, alguns astros ou palhaços do mundo mídia, do mercado financeiro e imobiliário e, inclusive, do tráfico de drogas. Estas peças do jogo político são basicamente definidas pelo voto. Isso mesmo. O voto empodera e eles decidem por todos nós os rumos do Brasil e de nossas vidas!

É notório o avanço global das elites e dos segmentos conservadores da sociedade que trabalham a favor da contenção das crises fiscais a custo de retrocessos nas políticas públicas, ameaçando diversas conquistas sociais, oportunidades e até direitos fundamentais. Mas, por que isso? Porque estão preocupados em salvarem a própria pele. Afinal, o desequilíbrio concentrador do sistema capitalista também recai sobre eles. Nos últimos cinco anos, tivemos 61 bilionários a menos no planeta. E, sendo assim, melhor a bomba desmoronar sobre aqueles que sempre pagaram a conta. Só que esta parcela da sociedade paga com a sua casa, com a sua fome, com a sua vida! É muito cruel!

É isso que está acontecendo nas canetadas cotidianas deste governo: extinção do Minha Casa, Minha Vida Entidades; cortes no Bolsa Família atendendo apenas a faixa da extrema pobreza; alteração da definição de trabalho escravo; redução da maioria penal; Lei da

10.O judiciário sempre foi conservador, embora nos últimos anos parecesse mais avançado, ao menos no que toca algumas decisões sobre gênero e família. Deveria e parecia ser neutro politicamente, mas estamos vendo que não está sendo, ao contrário, está desempenhando peça fundamental neste processo. Torçemos para que os fatos que ainda virão desconstruam os fatos registrados até o momento que nos fazem chegar a estas conclusões.

11.É importante lembrar que os governos petistas foram os que mais pagaram a dívida externa (em dólar), embora a interna (em real) tenha aumentado em razão, sobretudo, do aumento do endividamento dos estados e municípios e do refinanciamento de dívidas em real visando controlar melhor os juros e os desequilíbrios cambiais.

Terceirização (acabando com direitos trabalhistas); reforma da previdência sem debate social; flexibilização do licenciamento ambiental; retirada do "T" dos transgênicos das embalagens; entrega do pré-sal e, se der, da própria Petrobrás às petrolíferas estrangeiras; privatizações, inclusive do aquífero guarani, entre outros retrocessos e barbáries que, se não estão aprovadas, tramitam. A pauta da PEC 241 é jogar a conta na contenção desproporcional das políticas sociais, especialmente em educação e saúde que tem verbas mínimas carimbadas desde a Carta Magna de 88, não por acaso chamada de Constituição Cidadã. Com esta PEC o SUS sangrará ainda mais e a meta do Plano Nacional de Educação de chegar a 10% do PIB jamais será cumprida. Hoje investimos 6,6% em educação, lembrando que pagamos quase 50% com o serviço das dívidas públicas. Por que não dividimos a conta equilibrando os impostos pagos por ricos e pobres no Brasil, onerando mais a propriedade e a renda que o consumo e os salários como fazem há muito os norte-americanos e baixando os juros que imediatamente fazem baixar as dívidas públicas e privadas? Esta "ponte pro futuro"

nos atolará em nosso passado mais vergonhoso.

É neste sentido que a destituição de Dilma e do PT foi um golpe, pois não elegemos para o Executivo este plano de governo. As urgentes e necessárias operações anticorrupção viraram um mote para sustentar um golpe contra a democracia. Um golpe parlamentar articulado conjuntamente com o vice Temer, a mídia, as elites locais, os interesses internacionais e com anuência do judiciário garantindo a aparente legalidade do processo. Aos mais novos é bom ressaltar que no impeachment de Collor a esquerda e direita estavam juntas e Itamar Franco, o vice sucessor, não participou das articulações e deu continuidade à agenda neoliberal e de reformas econômicas eleita. Situação muito distinta se desenvolveu agora. Onde o que está em disputa não é apenas a governabilidade, mas dois projetos de Brasil e muitos interesses de poder internos e mercantis e geopolíticos internacionais.

Muitos já estão percebendo os rumos deste governo, cujo presidente não tem sequer legitimidade para fazer aparições públicas sem ser hostilizado, inclusive pelas classes de maior poder aquisitivo. Em 80

anos tivemos 18 presidentes, apenas oito eleitos democraticamente, dos quais quatro não cumpriram seus mandatos. Se há algo de errado com a nossa democracia, precisamos consertá-la. Se há algo de errado com nossa classe política, precisamos consertá-la. Isso não se faz sem consciência, sobretudo consciência histórica, social e política, com uma dose alta de outridade e dialógica. Esta polaridade do ódio que estamos experimentando é assustadora, é destruidora. Não existe democracia sem diálogo. Mais, não existe civilização sem diálogo!

E então, para onde vamos? Esta é uma escolha que teremos de fazer, não somente agora, mas sempre!

Profa. Dra. Vanessa Gayego Bello Figueiredo, docente da FAU PUC-Campinas, ex-subprefeita de Paranapiacaba em Santo André.



Referências Bibliográficas

- BRASIL (Ministério das Cidades). Política Nacional de Habitação. Governo Federal: Brasília, 2003.
- BIONDI, Aloysio. O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado. Fundação Perseu Abramo, 1999.
- DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli (orgs). O Processo de Urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp, 1999.
- ESPING-ANDERSEN, G. As Três Economias Políticas do Welfare State, in Revista Lua Nova, nº 24, setembro, 1991.
- GONÇALVES, Reinaldo e POMAR, Valter. O Brasil endividado. Fundação Perseu Abramo, 2000.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censos 2000 e 2010. Governo Federal: Brasília, 2010.
- MARICATO, Ermínia. Metrópole na Periferia do Capitalismo. São Paulo: Hucitec, 1996.
- NOGUEIRA, Paulo Batista. O Consenso de Washington, in cadernos da Dívida Externa, número 06, 1994.
- REIS FILHO, Nestor G. Urbanização e urbanismo no Brasil 1. Cadernos do LAP, n.19. FAUUSP, 1997.
- VILLAÇA, Flávio. Uma Contribuição para a História do Planejamento Urbano no Brasil. In: Déak, Csaba e Schiffer, Sueli (orgs). O Processo de urbanização no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1999.

201 / 202 / 203 / 204 ↖
101 / 102 / 103 / 104 →
01 / 01A / 01B ↙
↑↑





porque é urgente discutirmos a questão do ensino no Brasil

Claudio Manetti¹

Jonathas Magalhães Pereira da Silva²

Tudo que é estrutural merece urgente compreensão para seu enfrentamento. Falamos aqui de profundas transformações. Trata-se da construção de uma ética nacional. Para começarmos a compreender quem somos de fato, o brasileiro e as suas consequências, precisaremos quebrar os filtros. Nossa crise é histórica, pois inerente ao formato de Nação que o mundo, afinal, assim definiu. Todas as nossas ambições coletivas, os desejos das classes sociais, o padrão das instituições, o "mercado" e as perspectivas sociais e políticas, reafirmam constantemente a versão de que somos um país cujo futuro depende dos desejos do mundo. A verdade é que acumulamos crises históricas que, por trás das manobras, constantes perdas se somaram como um gradual mosaico de

brechas e rupturas sem resgate ou retomadas de correção de rumos. O Brasil é um país com donos. Poucos donos. Que distribuem favores visando manter uma sofisticada relação de poder (SCHWARZ, 2009). Está na hora de dizermos se concordamos e queremos isso daqui para a frente.

Estamos vivendo um momento peculiar da educação superior no Brasil, quando – após o surgimento de um grande número de instituições de ensino superior nas últimas duas décadas do século XX – assiste-se a uma crescente demanda pela graduação e a uma corrida pela capacitação na pós-graduação, proporcionada pela recente obrigatoriedade de capacitação do corpo docente.

Esse processo é resultado de uma série de políticas e posturas

perante a educação no Brasil, pelas quais a restrição de acesso ao ensino superior passa a ter um importante papel na manutenção da elite. Ao mesmo tempo, na história da educação brasileira, predomina a ausência de valorização da formação técnico-profissional e quando ela existe é para atender minimamente a uma demanda de mercado a curto prazo (CHAUI, 2001).

A história de educação superior no Brasil apenas reafirma o fato de que vivemos em uma sociedade desigual, onde se reduzem as possibilidades, tanto do formato institucional da educação quanto da contribuição individual ou de grupos para o desenvolvimento econômico, social e cultural do país.

O ensino, especialmente na área das ciências humanas, é uma forma de condução social na qual

as práticas pedagógicas surgem com enraizamento sociopolítico, carregando intrinsecamente uma visão de mundo. A ausência do questionamento social no desenvolvimento do ensino pode transformar essa condução em controle social. Em outras palavras, o ensino que herdamos hoje no Brasil foi moldado segundo os interesses do Estado, ressaltando-se que os instrumentos deflagradores do debate na sociedade que se quer formar são recentes. Portanto não há discussão sobre o ensino que não questione as relações entre o Estado e a Nação, sendo o Estado constituído pelo conjunto de instituições e organizações que o representam e a Nação constituída por seus cidadãos (SANTOS, 1996).

Logo após a queda do Estado Novo, surgem os primeiros cursos dedicados exclusivamente ao estudo da arquitetura e do urbanismo: em 1945, no Rio de Janeiro, a Faculdade Nacional de Arquitetura; em 1947, o Curso de Arquitetura do Mackenzie e, em 1948, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Deve-se considerar ainda que, durante o Estado Novo, com o patrocínio do poder público, a Arquitetura Moderna desenvolvida no Brasil tem um maior reconhecimento nacional e internacional, o que acaba por contribuir para que os cursos de Arquitetura e Urbanismo se tornassem independentes dos cursos das Escolas Politécnicas e de Belas Artes.

Para entender o aumento da demanda pelo ensino superior nas décadas de 1950 e 60, deve-se lembrar que a política educacional do Estado Novo estava marcada pelo ensino propedêutico para as "elites condutoras" e o ensino profissional para as "classes menos favorecidas", criando uma concepção marcadamente discriminatória de educação.

Entre 1950 e 1954, com o retorno de Vargas à presidência,

foram tomadas medidas pelo governo federal para criar uma equivalência dos cursos profissionais em nível secundário. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961, ampliou esse esforço, garantindo a equivalência dos cursos de grau médio. A expansão das condições de escolarização no ensino secundário e a equivalência dos cursos médios ao secundário aumentaram a demanda pelos cursos superiores.

Se hoje o país tem grande dificuldade para garantir a qualidade de ensino, depois do grande número de escolas privadas que surgiu nas duas últimas décadas, ou para assegurar recursos para a rede federal, certamente deve-se considerar o fato de que, no Brasil, no encontro de forças contraditórias ocorrido na discussão entre os defensores do ensino público e do privado, levou vantagens esse último, a partir das alterações propostas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1961.

Dois grupos se formaram nessa época. O grupo de Florestan Fernandes, que junto a intelectuais como Sergio Buarque de Holanda, Anísio Teixeira, Darci Ribeiro, Caio Prado Junior, Cecília Meirelles e outros promove uma campanha cívica em todo o país, com a finalidade de divulgar os pontos que garantam o ensino público na LDBEN de 61. O outro grupo, liderado por Carlos Lacerda, apresenta o projeto e faz aprová-lo rapidamente, em fim de legislatura, impondo os pontos essenciais do privatismo escolar sob a bandeira de uma "liberdade" no ensino.

A questão colocada pelos que defendiam a "liberdade de ensino", isto é, o direito à privatização do ensino, era a necessidade de se ter a "liberdade de pensamento": acreditava-se que era impossível usufruir dessa liberdade em um sistema onde o Estado "conduz" o ensino. Fortes grupos econômicos lutavam por esse pensamento.

O país inteiro, em todos os níveis da educação, sofre as consequências da lei aprovada em 1961. Serão necessários, entretanto, cerca de vinte anos para a consolidação dos grupos econômicos que vão "investir" no ensino superior agora sim com uma visão contábil, com a preocupação de garantir o mínimo no desenvolvimento do corpo docente ou da pesquisa, ficando essa carga toda para o Estado e suas instituições de fomento à pesquisa (SILVA, 2005).

Ao discutirmos o Ensino, necessariamente deveremos discutir a estrutura de formação como um todo. É assim que se conseguirá aliar forma e conteúdo, num processo de entendimento das razões culturais que fundamentam a Educação: formar seres políticos com prerrogativas de autonomia, capazes de atender as necessidades da sociedade, amplamente.

Nesse sentido duas questões se mostram hoje: a formação como um necessário processo de reversão dos rumos que ditam as verdades e as competências; e a formação que aponta para as respostas às demandas nacionais (ou mesmo mundiais) quanto aos problemas existentes. Esses caminhos foram constantemente corrompidos por ilusões de perspectivas de futuro que incutem um modelo de competência pela concorrência, aponta para focos de amplitudes mundiais e esvaziam a capacidade crítica e política da sociedade. Somos torpedeados constantemente por banalidades que deslocam as possibilidades de aprofundamento e desvelamento das reais complexidades que operam ao nosso lado. Nesse cenário, ser um profissional de sucesso é ser um profissional do mercado, ainda que míope e surdo diante da totalidade dos fatos.

Para uma reforma estrutural do ensino no Brasil, é necessário que se pense uma estrutural ruptura nos rumos da história brasileira. Sem exageros ou apologias, é fundamental compreender que a raiz

do problema está nas forças que preferem um país potencialmente frágil, e isso explica tudo, desde o tamanho das instituições corrompidas, as grandes corporações que comandam as regras do jogo, as gerações de alienados, as novas gerações de candidatos à alienados, a ausência de perspectivas nos discursos e a fragmentação das correntes pelas implicações do manejo das redes sociais como um universo de fuga das efetivas lutas frontais e presenciais. Não será simplesmente adotando um determinado método que iremos reestruturar o ensino. Não é importando padrões ou procedimentos que organizaremos a linha direcional para colocar o país nos eixos. Não é confrontando estatísticas com países do mundo que faremos uma reforma institucional aproximativa. Não será somente com as novas modas que formaremos os brasileiros com capacidade de influir nas estruturas históricas.

Por onde começamos, então?

Começamos pelas discussões atuais crescentes nas universidades.

Se formos estabelecer comparações, então que o façamos no âmbito das possibilidades diretas. Temos um país imenso, com imensas possibilidades de investigação e matéria prima para mudanças estruturais desejáveis. Podemos nos permitir a comparações ou métodos avaliativos entre escolas e entre países.

Peguemos as iniciativas que emergem gradualmente dos pântanos escorregadios e lamacentos como que indicando novas possibilidades de respostas.

Pelo que lutam as universidades brasileiras? Por quem lutam e como deveria ser a constituição formadora desse lutador? Tais perguntas percorrem constantemente os sonhos dos universitários que,

num dado momento de suas vidas, se questionam para que serve o esforço desprendido. Os que vão mais além, enfrentam conflitos internos ainda maiores e se defrontam com enigmas ainda mais perigosos: afinal de contas, que país estamos construindo se o esforço se converte em quase nada?

Edgar Morin (1921), antropólogo, sociólogo e filósofo francês, escreveu *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro* (2002). Esse trabalho, quase um relatório reflexivo sobre a estrutura da formação, está organizado segundo os seguintes "eixos", pela ordem:

- As Cegueiras do Conhecimento: O Erro e a Ilusão
- Os Princípios do Conhecimento Pertinente
- Ensinar a Condição Humana
- Ensinar a Identidade Terrena
- Enfrentar as Incertezas
- Ensinar a Compreensão
- A Ética do Gênero Humano

Dentre as questões que traz como contribuição inexorável e perturbadora, é a noção sobre a essência do "ser" como princípio contributivo, em reconhecer-se diante de sua humanidade para compreender seu papel no mundo.

O ser humano é a um só tempo físico, biológico, psíquico, cultural, social, histórico. Esta unidade complexa da natureza humana é totalmente desintegrada na educação por meio das disciplinas, tendo-se tomado impossível aprender o que significa ser humano. É preciso restaurá-la, de modo que cada um, onde quer que se encontre, tome conhecimento e consciência, ao mesmo tempo, de sua identidade complexa e de sua identidade comum a todos os outros humanos.

Desse modo, a condição humana deveria ser o objeto essencial de todo o ensino. (MORIN, 2002, pág. 15)

Essa condição é universal. A característica de sua abrangência





dimensional deveria nos provocar a compreender mais de nós mesmos, nossa existência que tanto depende das relações coletivas, na contramão das concorrências competentes - parâmetros do pacote que nos foi vendido como ideal de futuro global. A questão de Morin é a pertinência da Educação como realimento humano, pois estabelece a condição da compreensão das forças que foram sucessivamente apagadas, substituídas pelos modelos de esvaziamento, de alienação e de fragmentação. Isso explica porque não temos apego ao país como um lugar de existência cultural que nos coloca como participantes diretos do mundo. Explica porque as gerações foram deformadas pelos desejos exóticos que apagaram sucessivamente todas as possibilidades de reação. Explica porque as instituições cederam ao capital como sintoma de modernidade, na onda da empregabilidade sem questionamentos críticos.

Possibilidades

Algumas coisas estão acontecendo, porém.

As escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil tem história e em seus ciclos de maturação, para baixo ou para cima, contaram com propostas e possibilidades de reformas e mudanças. A quantidade de trabalhos, ensaios, teses, Trabalhos Finais de Graduação TFG e demais discussões e tentativas de experimentação sobre a questão do formato das escolas de Arquitetura e Urbanismo é grande. Entretanto, cabe aqui uma ponderação que talvez possa contribuir de outra maneira para as novas frentes. Alunos da PUC Campinas e de outras escolas vêm discutindo a necessidade de trazer para os conteúdos programáticos temáticas e práticas voltadas para os reais problemas nacionais. Os alunos propuseram, na pauta em curso para discus-

são aberta, temáticas de interesse como Habitação - a precarização das habitações, a desigualdade, formalidade e informalidade, e produção das cidades brasileiras.

O que se assiste no curso de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica PUC de Campinas, é um prenúncio significativo. Nos próximos meses a partir de agosto deste ano ocorrerá uma sucessão de fóruns e discussões para a rediscussão da grade curricular da escola.

O Grupo da Anhembi Morumbi, por sua vez, trabalha para a constituição de uma rede de escolas para o estímulo e compartilhamento das experiências das escolas brasileiras.

A questão é, se há um descontentamento geral sobre o processo de formação e seus conteúdos, como contribuir com senso crítico na avaliação interna das grades curriculares e demais atributos [horas aula professor/alunos, suportes de pesquisa e constituição do sentido de reflexão perante a realidade] e exercer concretamente essa atitude no âmbito das instituições dentro e fora delas?

Outras escolas começam a seguir essa tendência. A proposta em curso é, primeiramente, fortalecer a linha de reconhecimento da estrutura dos cursos pelos alunos da escola. Em seguida consolidar as potencialidades de revisão gradual e constante das possibilidades de ajustes, adequação e até mesmo de radical mudança nos rumos de aprendizado, voltando-se firmemente para a contribuição dessas instituições para os problemas nacionais. É evidente que esse processo político de tomada de decisão poderá configurar uma oportunidade de questionamentos quanto aos efeitos que a atual dinâmica de cursos no Brasil, balizada pela importação das práticas internacionais de "eficiência e qualidade", tem causado nas nossas gerações. É evidente que há um esvaziamento contundente e em

expansão, acumulando perdas que refletem na ausência dessas gerações na ocupação do espaço político e na relação de respostas efetivas à sociedade.

Algo indica que essas ações de maior consistência começam a ditar as ambições de grupos de alunos que se anteciparam às discussões e seus desdobramentos. Duas vertentes estruturadoras já se colocam: 1) sobre a necessidade de rediscussão das questões internas de cada instituição, no tocante aos preceitos estruturadores das temáticas de investigação e conhecimento no âmbito das grades curriculares; 2) sobre a necessidade de recuperação das relações entre escolas afinadas aos mesmos preceitos, constituindo oportunidades de conexão política e trocas de experiências institucionais generalizadas.

Parece ser interessante que antes das escolas buscarem mudanças na forma, discutam arduamente a realidade brasileira como matéria prima das reflexões sobre o tratamento das possibilidades de transformação, e, portanto, seu conteúdo determinante. A questão habitacional aparece como um pano de fundo atraente para os alunos das escolas de arquitetura e urbanismo, capaz de reconverter as questões que seriam necessárias para a retomada da capacidade de observar o mundo a nossa volta com iniciativas de enfrentamento. Os desdobramentos dessa temática como aprofundamento estabelece um imenso quadro de possibilidades de conhecimento, reflexão e visão crítica, e por sua vez, permite capturar outras temáticas de igual dimensão.

Mas, mais que estabelecer a rede de correspondência entre problemáticas e provocações pelo conhecimento, tais questões se remetem a uma outra vertente, ainda de maior interesse: a libertação da lógica de dependência do aluno das regras da escola clássica, onde ele é refém das prerrogativas

da avaliação contra a entrega de tarefas. Essa mudança nas estruturas de formação dando a atribuição de autoridade aos alunos como que se libertando das amarras do controle didático pedagógico arbitrário, por uma perspectiva de autonomia responsável diante dos problemas do mundo, pode ser um passo importante na formação. Somente com essa perspectiva de autonomia convicta se poderá garantir as possibilidades de continuidade do saber por escolha e não por submissão.

Essa quebra ou passagem, da incapacidade de ruptura por meios próprios [o conforto da dependência paternalista] para os níveis de consciência plena de suas atribuições futuras [a primazia da escolha pela convicção], é o ponto de inflexão da formação, e isso poderá se dar pelas vias da investigação, maturação, reflexão e produção de respostas aos problemas concretamente postos.

Outra questão fundamental é a gradual consolidação da noção de liberdade democrática. É confusa e, obviamente incentivada, a visão de que a conquista do arbítrio se deu, ou já se consagrou, pela livre iniciativa de mercado, substituindo decisivamente, aos olhos de todos, a condição da democracia como ordenamento político e social. Há, nesse sentido, convergências de manobras que dão a ilusão de liberdade e de futuro para quem se submeter aos ditames do mercado sem a necessária reflexão crítica e, portanto, ao eventual enfrentamento de suas armadilhas.

As primeiras discussões em curso nas escolas que participam do início de uma rede de interesses comuns, ainda que com amplitudes próprias, é conhecer-se. É preciso dominar as condicionantes estruturadoras para estabelecer as prerrogativas de discussão e eventuais mudanças desejadas. Depois, consolidar constantemente, pela prática das discussões abertas e cada vez mais amplas, a reflexão das gran-

des temáticas. Gradativamente, implementar ações de atuação dentro e fora das universidades mudando sobremaneira a conduta das repercussões provenientes da geração de conhecimento e potenciais formas de devolução social. Diante desse processo, imaginar que essa dinâmica venha a sistematizar um ritmo de efervescência continuada de reação histórica.

Além da questão habitacional, que parece ter tocado mais contundentemente alunos de diversas escolas, outras variáveis se juntam. Embora hoje já discutamos mais, ainda necessitamos de maior abrangência sobre a revelação dos princípios ambientais e as capacidades territoriais. Outras questões podem ser atraídas para o mesmo debate, tais como os conflitos nacionais, uma maior aproximação com os problemas latino-americanos, as amplitudes ecossistêmicas, a retomada das raízes culturais, o desafio das cidades, o paradoxo do campo, o papel das universidades diante da política pública, dentre todas as possibilidades que permitiriam a efervescência das razões da formação.

Comecemos, pois.
O país urge.

¹ Arquiteto e urbanista pela Universidade de Guarulhos (UnG), mestre e doutorando em Urbanismo no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (POSURB), Centro de Ciências Exatas, Ambientais e Tecnológicas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas – CEATEC – PUC. Professor da Faculdade de Arquitetura Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas PUC-Campinas e Universidade Anhembi-Morumbi.

² Arquiteto e urbanista, mestre e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), Posdoc no PROARQ, Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ. Professor do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (POSURB), Centro de Ciências Exatas, Ambientais e Tecnológicas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas – CEATEC – PUC. Professor da Faculdade de Arquitetura Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas PUC-Campinas

hoje eu me atrevo

conexão sp

Rafael Sandrini

A retomada do centro

Os últimos anos trouxeram uma série de eventos e políticas público-privadas que têm aproximado as pessoas com o centro histórico de São Paulo. Viradas culturais, carnavais de rua, cultura da mais diversas e ruas para pessoas - o perigoso deu lugar ao prazer, e as decorações de aniversário da 25 de Março, que antes viajavam quilômetros, passaram a ser vestidas no espaço público.

O centro é história - mas que tal ser presente?

O centro de São Paulo apresenta uma infraestrutura de mobilidade das mais completas - o plano radial da cidade de transportes faz com que os modais viários tenham seu ápice lá, o núcleo de tudo. Para completar, a maior cobertura metroviária se dá no centro também.

No entanto, as últimas décadas caracterizavam um centro esvaziado. O centro econômico transferiu-se gradualmente para a Zona Sul, as ruas passaram a ser ociosas durante os finais de semana, e as mo-



Contrastes: O fervilhão da 25 de Março em dias de semana e o esvaziamento completo de outras ruas no final de semana

radias, esvaziando-se, com a falta de atividades e consequente insegurança nas ruas.

Apenas o comércio de rua, em sítios específicos, como o raio da Santa Ifigênia e a Rua 25 de Março mantinham-se fervilhantes; o horário de vida, então, entre as 9 da manhã e as 5 da tarde, o tal "horário comercial". Se atrever a passear as oito da noite? *Eu não!*





foto: Everton Ballard



Foto: Emerson Ballardin

Largo São Francisco, reurbanizado, sob uma sessão de cinema: sucesso

Políticas, público e o privado

Em um meio urbano com tendências de espraiamento e uma infra-estrutura viária saturada, como potencializar as condicionantes? Enquanto bairros da zona oeste tornaram-se de grife, como centros de serviços, e os assentamentos irregulares, as "favelas", cresceram vertiginosamente nas extremas zona sul e leste, o centro andava fora dos holofotes. Esvaziamento, degradação e alugueis à preços baixos: como ignorar um prato cheio para um empreendimento? Segundo o IBGE, São Paulo quintuplicou sua população entre as décadas de 1950 à 2000, estando em 2016 com mais de 11 milhões em seu município. A magnitude é inquestionável - e a dificuldade de gestão, idem. São Paulo é um organismo com vida própria.

Por meio de políticas públicas, iniciativas foram tomando forma no território paulistano; dentre elas,

os parklets foram trazidos ao Brasil. Os parklets surgiram em 2010, primeiramente implementados na cidade de San Francisco, Califórnia. Em uma síntese, são vagas de automóveis que foram convertidas em espaço de convivência, por meio de uma estrutura leve aportada por mobiliário e comodidades. As abordagens são as mais diversas, com focos relacionados à vegetação, apoio às bicicletas ou mesinhas que complementam o comércio adjacente.

Em São Paulo, a regulamentação se deu na gestão de Fernando Haddad, em acordo com Lincoln Paiva, do Instituto Mobilidade Verde, em 2014. Além dos parklets, espaços foram revitalizados e reentregues ao público, como a Praça Roosevelt, na Rua da Consolação, e o Largo São Francisco, que abrigou novo mobiliário e até sessões de cinema ao ar livre.

O Largo São Francisco foi alvo de estudos do workshop "Centro – Diálogo Aberto", que trouxe análises para o eixo do Anhangabaú e República, com a participação de graduandos de diversas faculdades de arquitetura e profissionais renomados da área. As proposições, trouxeram a importância da diversidade de usos no espaço público como elemento de ativação; Gehl Architects, escritório com trabalho reverenciado em espaços urbanos, elaborou propostas e diretrizes para o eixo do Anhangabaú. Um dos projetos de revitalização, o do Largo São Francisco, foi executado e o sucesso, instantâneo.

Mais emblemático foi o caso da Praça Roosevelt, situada sobre um túnel; a anterior arquitetura conformava um espaço público com características modernistas que atrapalhavam em aspectos triviais de uma praça: insolação e

continuidade visual. Por diversos ângulos, a laje que encobria o espaço sequer permitia o visitante ver o céu. *Saio de casa para ver outra laje?*

A reurbanização, pelo projeto do escritório de arquitetura Borrelli e Me

rigo, trouxe um espaço que aproveita as perspectivas incríveis do lo-

cal, podendo-se avistar os prédios escalonados da praça, a Igreja da Consolação, o Copan, de Oscar Niemeyer, e o icônico Hilton Hotel. Sem contar a infra-estrutura viária: em um dos lados vê-se o Elevado João Goulart, e pelo outro, a Radial Leste. O mobiliário e a iluminação são básicos (mas competentes!) e as árvores podem não apresentar

a sombra desejada, até o momento. Mas ela permite uma gama de atividades: transpassar, contemplar, ou apropriar-se pelo skate; permite que possamos nos reunir e, principalmente, permanecer.

Hoje, é possível sentir-se seguro à meia-noite em um dos poucos espaços públicos não-murados da cidade (com Wi-Fi Livre!).



A antiga conformação da Praça Roosevelt: muito concreto, pouca vida



Praça Roosevelt, atualmente: ativada dia e noite

E com a certeza de que os skatistas ainda ficarão lá por algumas horas, acompanhados pelos artistas dos teatros locais.

Na zona oeste, o Largo da Batata é outro exemplo em destaque. Antes da implantação da estação Faria Lima do Metrô, o Largo possuía uma vida social ativa, com "forrós" e espaços de apropriação cultural do Nordeste. A reurbanização do espaço, ocorrida entre os

anos 2002, ano de anúncio dos vencedores do concurso de projetos, até 2013, gerou um espaço vasto, sem sombras, ou mobiliário. Os comércios de outrora, substituídos por empreendimentos corporativos – a gentrificação ficou em evidência, e a permanência tornou-se passagem.

Mas a nossa metrópole se faz tão rica em vivências pela diversidade de pensamentos – há

quem conforme, há quem reclame e há quem transforme! David Harvey, sobre a cidade, diz "não é simplesmente o direito ao que já existe na cidade, mas é o direito de transformar a cidade em algo radicalmente diferente". O Largo da Batata vem sendo reativado pelas positivas intervenções do coletivo "A batata precisa de você", idealizado por Laura Sobral, urbanista formada pela Universidade de São Paulo.

Mobiliário feito em oficina pelo BatataLab, colaborativo





Largo da Batata e a militância pelo espaço público.

O coletivo possui profissionais não apenas da arquitetura e urbanismo, mas de diversas áreas – a interdisciplinaridade, com certeza, é um fator que faz as discussões urbanas se enriquecerem com mais pontos de vista. Nos últimos anos, o coletivo, junto ao grupo de voluntários, animam eventos, geram discussões abertas e intervenções das mais incríveis em mobiliário urbano. Um exemplo concreto e recente foram os mobiliários elaborados pelo BatataLab, colaborativos.

O urbanismo são as pessoas - a retomada da cidade

Os coletivos e instituições que produzem intervenções urbanas ou discussões sobre o espaço público são diversos – sejam intervenções habitáveis, artísticas

ou interativas. Talvez as pessoas queiram mais do que shopping centers e núcleos de ar condicionado. Muitos já passam o dia trabalhando sob ar condicionado, aparelhos eletrônicos e sem luz natural – porque passar as horas de descompressão em um lugar tão semelhante?

Habitar o espaço público nos faz aprender sobre cidadania. "A educação cidadã, que com o rompimento da inércia cotidiana, abre os olhos das pessoas para possibilidades de mudança, para sua autonomia, para sua força transformadora em relação a cidade", afirma a urbanista Laura Sobral, enquanto comenta sobre o Largo, um motivo de orgulho.

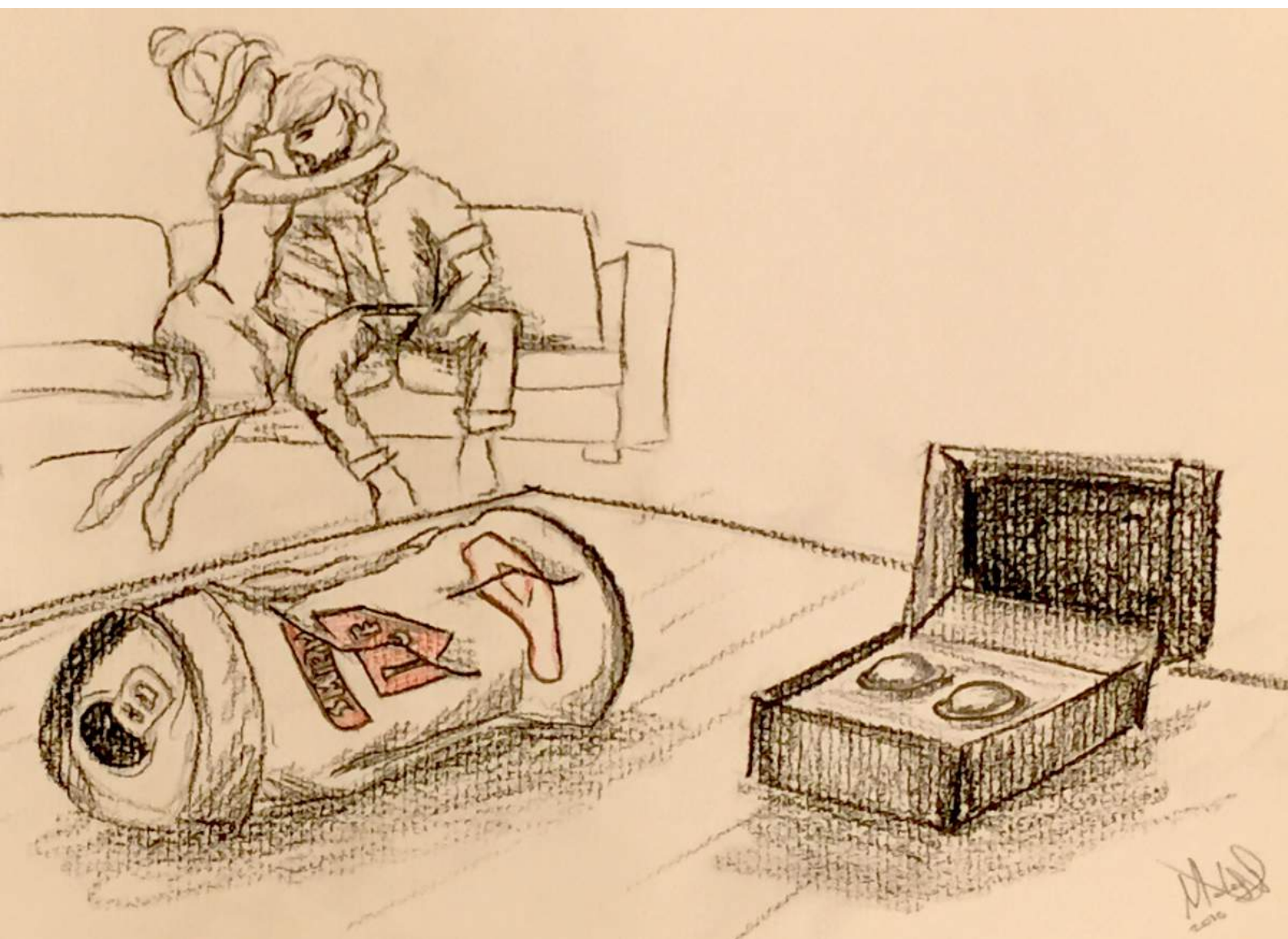
Reconhecer o outro nos faz cidadãos; conviver, compartilhar são ações que nos fazem lembrar que somos parte de um coletivo maior, sejamos alguns mais interativos, outros mais compenetrados. A chave para cidades mais seguras e respeitadas pode estar pela interação que se tem com os espaços públicos: o melhor vigilante e mantenedor não é uma empresa-com-serviços-especializados-limitada, mas

um cidadão que se identifica e se apropria do espaço público. A sua cidade é passagem ou permanência? Você pode sonhar enquanto se senta com um café na praça? O palco das nossas vidas é a cidade – então, por favor, vamos fazer dela um espetáculo de plateia cheia.'

Rafael Sandrini é estudante do 9º semestre da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Mackenzie e atualmente estagia em um instituto de pesquisa em mobilidade e cidades para pessoas (MM). Quase formado em arquitetura, sempre gostou de escrever e adora ir ao centro da cidade – um desses loucos por São Paulo. Acredita que a mudança surge no olhar: onde alguns vêem problema, podemos encontrar oportunidade.

abotoaduras de camisa

Marcela Ferro Agulhão



Mateus Trevisan de Souza

O apartamento era pequeno. Prático e funcional, como ele. Não havia nada lá que não fosse necessário, tudo tinha uma função e um porquê. Tudo organizado. Numa escala cromática que variava entre branco, preto ou tonalidades de cinzas, apenas a luz led que contornava o espelho sobre a pia da cozinha americana destoava desse ambiente sóbrio. Havia garrafas de bebida como decoração, além de um único porta-retrato na parte central da estante com a foto de sua família. Sóbrio, elegante, com detalhes ébrios. Nenhum outro ambiente lhe serviria tão bem.

Ele me perguntou o que eu gostaria de beber e me ofereceu alguma daquelas garrafas fechadas que repousavam na estante. Tequila, mezcal, whisky, vodca. Cada uma trazia uma história diferente, histórias de viagens, assunto que ele não se cansava de contar, e fazia questão de falar dos lugares mais incríveis nos quais já estivera, com uma alegria que me fazia ter vontade de conhecer cada centímetro pelo qual ele já passara. Mas para mim, o local mais incrível era aquele apartamento. Eu não quis abrir nenhuma daquelas garrafas históricas e deixar minha marca. Bebi uma lata de Smirnoff Ice que estava na geladeira. Descartável.

Sentamo-nos em seu sofá grande e macio, que estava coberto por uma capa branca, e me lembro que logo suas mãos deslizavam em minhas costas, enquanto uma delas descia o zíper do meu vestido. Ele me beijava e dizia que roupas femininas são muito complicadas, de se vestir, ou se tirar, enquanto que o mais complicado do vestuário masculino são as abotoaduras de camisa. Eu não sabia o que eram essas abotoaduras. Na verdade, naquele momento isso não me importava. Só me importava que ele terminasse de tirar o meu vestido e me tomasse como se eu fosse um shot de alguma bebida forte de suas garrafas na estante, de uma só vez, com vontade de repetir, e repetir. E assim ele o fez. Maravilhosamente, como as minhas expectativas imaginavam. Minhas expectativas, que em geral saem armadas e fazem interrogatórios sem darem chance de o suspeito responder e poder se defender, dessa vez foram feitas de reféns por ele.

Em seus braços, entre um suspiro e outro, entre um sonho e outro, lembrei-me das abotoaduras de camisa, que ele havia comentado anteriormente. Ele abriu uma caixinha sobre sua estante e me mostrou como elas eram, pequenos e valiosos objetos dourados de metal, com uma diminuta haste fixa, presa numa parte arredondada, e uma outra haste móvel, presa na primeira haste, que servem para prender o punho de certas camisas. Disse-me que as estava usando no dia em que me conheceu. Ah, o dia em que nos conhecemos... Era uma festa de gala, num dia quente de janeiro, um salão grande, com muitas e muitas pessoas. Ele me encontrou e me olhou de longe, eu logo percebi seus olhares sobre mim, percebi quando se aproximava, e percebi também quando me encantei com ele. Mas nesse dia eu não havia reparado no brilho das abotoaduras, reparei no brilho dos seus olhos, em como eles eram grandes e abertos e me olhavam de uma forma intensa, mas não intimidadora, era de um jeito que me deixava à vontade. Talvez fosse o seu sorriso que causava esse efeito sobre mim, um riso fácil, largo, que emanava uma energia viva e alegre, que fazia seu corpo se movimentar e me envolver da maneira mais natural possível, que me fazia entrar em seu universo, fazia-me querer ser parte dele, conviver com ele, conhecer seus gostos, seus cheiros, suas ideias, sua vida. Não havia reparado nas abotoaduras. Havia reparado nas promessas não ditas que ele me fez de acompanhá-lo nesse seu mundo fascinante, e me encantei com essa ideia, fui sugada por ela, fui cegada por ela, que não percebi que esse ambiente fantástico que ele pintava era apenas para que eu pudesse entretê-lo por alguns momentos.

Ele me mostrou como se colocava as abotoaduras no punho da camisa, que com uma mão era complicado de se colocá-las corretamente, mas que com a ajuda de alguém era muito mais fácil. Elas devem ser usadas em camisas onde os punhos não apresentam botões, que são as do tipo francês e, normalmente, são usadas em eventos formais. Requentadas peças de joalheria e eu nunca soube que elas existiam. Ele era um portal para um mundo novo, que me fazia entrar em um ambiente com classe e elegância, um mundo feito de garrafas de bebidas caras, viagens, abotoaduras e lofts caros e bem decorados.

Eu me encantei por esse universo dele. Queria mergulhar e me afogar, mas ele não me convidou para permanecer. Então não restava mais nada a fazer, a não ser me vestir e ir embora. Subi o zíper do meu vestido e chamei um táxi. Despedi-me em silêncio de seu sofá branco e de seu corpo, mas com uma vontade enorme de ficar. Olhei pela última vez para a caixinha que continha as abotoaduras, saí do apartamento cinza, desci pelo elevador, sozinha, e imaginei como seria a próxima vez que eu voltasse. Mas ela não existiu, eu não voltei, pois ele não voltou a me procurar. E conforme os dias se passaram, percebi que eu era como a lata de bebida barata, e não a garrafa cara na estante. Eu era como a camiseta surrada do dia-a-dia, e não a camisa de punho francês que leva uma abotoadura. Eu era um passeio até a esquina, e não uma viagem cara a Europa. Eu era uma qualquer que ele conheceu numa festa, disse qualquer besteira encantadora e que veria mais uma ou duas vezes, e não alguém para ficar. O apartamento cinza apagou o colorido em que ele uma vez havia me envolvido. E assim eu percebi que sua vida fantástica não me era acessível e que os portões do seu mundo estavam fechados para mim. Entendi que essas peças de roupa complicadas de se vestir são como a vida: é muito mais fácil se ajustar com a ajuda de alguém. Entendi também que eu ainda teria que continuar a fazer malabarismos para conseguir fechar o zíper do meu vestido e colocar as abotoaduras da minha vida sozinha.

fevereiro sombrio

Luis Felipe Fussi Esteves

Não é comum as noites de fevereiro serem frias, mas essa noite em particular estava mais fria que uma noite de inverno. Às 2:40 da madrugada a maioria das pessoas estaria dormindo, mas o detetive de 37 anos Antônio Gomez não conseguia pregar o olho, atormentado pelas mesmas imagens que o perseguiram a 3 semanas durante o sono: um homem que se abaixava ao ouvido de uma criança e sussurrava palavras indistinguíveis, um desenho feito a tinta vermelha que lembrava uma pessoa deitada e um corredor estreito com várias portas. O homem se afastava em direção a uma saída enquanto um grito agudo cortava o ar, fazendo o detetive acordar com o susto. Isso se repetia ao menos duas vezes por noite. Gomez estava exausto pelas noites mal dormidas o que atrapalhava suas investigações.

— Só uma noite de sono, é tudo que eu peço - resmungava o detetive.

Olhou novamente o relógio. 2:43. Encontrou seu sonífero no criado mudo, tomou um gole de água e virou-se na cama para tentar dormir mais uma vez. O sono veio rápido e Gomez já estava sonhando, agora com algo mais tranquilo.

Olhos se abriram na noite, mas não se enxergavam estrelas nem mesmo a lua. O velho estava vendado, deitado sobre a grama com suas costas nuas e as mãos e pés amarrados. Um cheiro pútrido pairava no ar enquanto o ar gelado da noite o envolvia. — O que está acontecendo!? esbravejou o velho. — Onde estou? Ouviu passos na grama. Alguém se aproximava.

— Quem está aí? Me ajude!

— Calma, meu velho. Tudo vai acabar logo – disse uma voz rouca e ameaçadora.

A venda foi tirada de seus olhos, mas o velho não conseguia distinguir a figura que estava a sua frente. O homem tinha suas costas iluminadas pela lua o que encobria seu rosto. Era possível ver somente a tatuagem em seu ombro esquerdo.

— Quem é você?! - Perguntou o velho assustado - o que vai fazer?

— Não fique nervoso - disse o homem – Você devia se último.

— Do que está falando? Quem é você?

— Não interessa quem sou. Meu trabalho está chegando ao fim. Logo será a vez de outro. Mas você... você será meu último.

Agora o velho pode perceber o objeto que estava nas mãos de seu sequestrador.

— O que é isto??

O homem levantou o objeto e a lua iluminou a silhueta reluzente de um grande machado que pairava acima da cabeça do velho. Não ouve grito, nem mesmo um pedido de misericórdia. O machado rasgou o ar e atingiu seu alvo com precisão. Dessa vez não era um sonho. O detetive Gomez ainda dormia quando recebeu um telefonema da delegacia as 10:30 da manhã. O assassino que procurava a anos atacara novamente.

Charles Denali Dantas, conhecido como maníaco do machado e famoso por cometer crimes sem deixar qualquer rastro de seu paradeiro. A anos a polícia procurava seu esconderijo, mas tudo indicava que Dantas nunca permanecia num mesmo local. Perito em disfarces era difícil de ser localizado mesmo com sua identidade já conhecida pelos policiais. Estima-se que Dantas tenha matado mais de 40 pessoas em 16 anos. Gomez foi colocado no caso por ser o melhor detetive da época. Foi responsável por prender criminosos de extrema periculosidade.

Às 11:10 da manhã, o detetive gomes chegou ao local onde o corpo estava, no campus da Unicamp em Campinas. Ao menos, boa parte do corpo estava ali.

— Oficial Marconi. Bom dia. - cumprimentou o detetive ao chegar.

— Bom dia senhor. Respondeu o policial.

— Pois bem, qual é a situação?

— Homem, branco, de mais ou menos 60 anos, 1,64 de altura. Ferimento a machado grave na região do pescoço resultando na decapitação da vítima. Não há sinal da cabeça senhor.

— Interessante. Não é muito comum que Dantas leve a cabeça da vítima. Geralmente...

— O corpo é levado. Sim senhor, notamos isso também. Completou o oficial.

— Verificaram qualquer outra anormalidade na vítima? Perguntou Gomez com tom áspero.

— Não senhor. Estamos esperando a perícia chegar.

— É só usar os olhos oficial, disparou Gomez - Veja bem o pescoço da vítima. Para onde foi o sangue? Um golpe de machado no pescoço de uma pessoa tira todo o sangue em 5 minutos. Esse homem não morreu aqui. O corpo foi deixado aqui.

O oficial Marconi ficou estático. Como pode não perceber algo tão nítido?

— Foi um descuido meu senhor. Mas... Por que Dantas faria isso? Não faz o "estilo" dele desovar um corpo.

— Eu também estou tentando entender, respondeu Gomez

A perícia chegou logo ao local enquanto a polícia dispersava os alunos que se aglomeravam para ver o que acontecia. O sol naquele momento era intenso mesmo com o vento que começava a soprar mais forte. Gomez não compreendia a intensão de Dantas. Por que deixar o corpo de uma vítima num local público? Ele nunca havia feito isso antes. Havia algo que eles deixaram passar? Dantas estaria tentando lhes dizer alguma coisa? O desenho com tinta vermelha de repente invadiu a mente do detetive.

"O que é isso? Sonhando acordado? Concentre-se!" pensou Gomez. Olhou novamente para o corpo que jazia no chão. Sua posição no asfalto não lhe era estranha.

— "Mas o que..."

O pensamento de Gomez foi interrompido pelo chamado do oficial Luigi.

— Detetive Gomez! Talvez queira ver isso senhor. Em suas mãos estavam os documentos da vítima que a perícia encontrou. E mais do que isso, um bilhete escrito por ninguém menos que Charles Dantas. "Rua Sampaio Ferraz, 679, 12º andar". Estaria Dantas fazendo um convite aberto para que o capturassem? O detetive Gomez ficou atônito.

— Não pode ser tão simples assim! Disse Gomez com a respiração mais acelerada.

— Pode ser uma armadilha. - Indagou o oficial Luigi – Esse cara é maluco!

— Pode ser, mas talvez possamos perder uma chance de ouro. Chame os policiais, vamos até essa rua. Deixe a perícia terminar o trabalho, Disse Gomez.

Luigi reuniu oficiais em quatro viaturas. Gomez entrou em seu carro e partiram para onde o bilhete apontava. Talvez fosse a única chance de prender o bandido que tanto caçavam.

Dantas esbanjava um sorriso debochado, recostado numa banheira de marfim, aparentemente satisfeito. Naquele momento sua mente estava tranquila. Sabia que tudo estava correndo conforme o planejado. — "Tudo está chegando ao fim" pensava o bandido que continuava com o sorriso rude no rosto. Não havia nada com o que se preocupar, logo estaria longe e seu legado permaneceria. Dantas se levantou da banheira e caminhou até um quarto. Ainda faltava uma última coisa a ser feita, então poderia partir e sua tarefa estaria concluída. Contava com que tudo pudesse ser compreendido sem nenhuma dificuldade. Pegou um canetão e retornou ao banheiro. — "Espero ainda me lembrar" — pensou. Com traços rápidos começou a desenhar no espelho. Traços rudes e sem precisão. Apenas a mensagem importava.

— Está pronto. Finalmente chegou ao fim – disse Dantas, orgulhoso de sua criação. Seu sorriso mais debochado que nunca. Enfim poderia partir.

O sol que antes estava forte agora era ofuscado por algumas nuvens. O detetive estava a poucos minutos do endereço quando uma sensação estranha o atingiu. Charles Dantas fugiu durante tanto tempo, por que iria se entregar tão facilmente agora? O que estaria planejando? Não pode ser tudo tão simples assim. O desenho em vermelho invadiu novamente sua mente.

— “Pare com isso! Nunca aconteceu com você acordado!” - Pensou com raiva. Mas havia algo mais. Dessa vez não era somente o desenho que a criança segurava. Em sua outra mão havia outro objeto, mais denso mas que Gomez não podia identificar e pela primeira vez em semanas, as palavras do homem que sussurrava ficaram claras. “Lembre-se”. Foi tudo o que Gomez pode ouvir enquanto chegava ao endereço as 13:30. Um edifício de luxo, localizado num dos bairros de alto padrão de Campinas ao que o bilhete indicava, deveria ser a cobertura. A torre tinha exatos 12 andares e, para sua sorte, um apartamento por andar. Os oficiais saíram das viaturas e Gomez deu as ordens.

— Quero 4 homens comigo. 4 ficam aqui e não deixem ninguém entrar ou sair. O restante vasculha o prédio.

Os homens entraram rapidamente no edifício e tomaram o elevador. O Detetive Gomez esperava surpreender o bandido antes que pudesse escapar ou tentar reagir. Mas o pensamento do sonho que o atormentava não saía de sua cabeça. Do que o menino deveria se lembrar? O elevador subiu veloz e alcançou a cobertura. Os homens se posicionaram e esperaram o comando de Gomez.

— Ao meu sinal. - Disse o detetive.

Com as armas em mãos, os policiais invadiram o apartamento. Foram rápidos ao anunciar a invasão e revistarem a sala de estar. Vazia. Não havia vestígios de Dantas no apartamento. A única coisa estranha era a sala revirada.

— Não é possível! - Esbravejou o detetive. Tomou o rádio de um dos oficiais e disse ao oficial que estava de plantão no térreo: - Não viram ninguém sair do prédio?

— Não senhor. – respondeu o oficial. – ninguém saiu. Nos disseram que não há nada nos outros andares também.

— Chequem novamente. E tragam cães farejadores. Talvez encontremos o rastro desse cretino.

— Sim senhor. – respondeu o oficial desligando o rádio.

“Não vai escapar tão fácil.” – pensou o detetive — “qual é o seu jogo?”

Não demorou muito para que os cães chegassem ao apartamento. Logo que chegaram começaram sua busca frenética por pistas e odores que pudessem ser reconhecidos de Charles Dantas. O detetive Antônio Gomez resolveu fazer sua própria busca pelo local. Talvez conseguisse encontrar pistas de Dantas, mas quanto mais procurava, mais estranho

lhe parecia o apartamento.

Não tinha características de um covil de assassino. Tudo estava arrumado demais com exceção da sala. "Talvez uma cena de crime", pensou Gomez. Suas suspeitas foram confirmadas quando o rádio tocou. Era o oficial Marconi.

— Senhor, acho que temos más notícias. O porteiro nos informou que o apartamento pertence a Nelson Muller. A descrição dele bate com a da vítima, mas o porteiro disse que não viu se mais alguém saiu do local. Talvez ele nem esteja mais ai.

Gomez não podia acreditar. Não podia ter perdido a pista do assassino.

— Aquele maldito! Deve haver algo aqui que não vimos. Vamos continuar procurando! Vociferou Gomez.

— O senhor que manda. — Disse o oficial Marconi.

Antônio Gomez agora se dirigia ao banheiro do apartamento. Por que Dantas o traria a cena do crime? O que ele estava querendo? Gomez abriu a porta do banheiro e novamente não encontrou nada ao percorrer o cômodo com os olhos, mas ao se deparar com o espelho ficou paralisado. Desenhado em vermelho estava o mesmo desenho que atormentava suas noites a 3 semanas. As linhas vermelhas do desenho escorriam pelo espelho dando-lhe aparência mais macabra. Em escala maior, parecia-se muito mais com um corpo. Um calafrio subiu pela espinha de Gomez.

"Como ele sabe desse desenho?!" pensou Gomez com certo terror. A imagem da criança voltou a sua mente, mais forte do que nunca. O desenho, o homem que sussurrava, um grito cortante. "Quem é essa criança?" Pensava, mas algo mais falou aos pensamentos de Gomez: "ela está relacionada comigo?"

O Oficial Luigi chamou o detetive Gomez, tirando-o do transe de terror. — Encontramos alguma coisa! — dizia ele. Ao chegar na sala Gomez foi encarado pelos policiais.

— Senhor, você está bem? Está meio pálido. — disse um deles.

— Estou bem, não se preocupe. respondeu — Verifique o banheiro dos fundos e tire algumas conclusões sobre o que está lá.

— Sim senhor. O oficial se retirou.

— Então, o que encontraram? — perguntou Gomez.

— Encontramos uma folha com um desenho. Parece uma planta de uma casa.

— Deixe-me ver. — Gomez pegou o desenho e o analisou. Não era muito nítido o que estava ali, mas de fato era uma planta de uma casa. Pelo estilo parecia ser antiga. O desenho mostrava além da casa uma rua na frente.

"Sem gracinhas dessa vez Dantas" — Pensou o detetive. Ao olhar mais uma vez para o desenho e identificar o nome da rua, sua memória de criança o recordou. "Talvez você seja mais maluco do que pensei. Quem está perseguindo quem afinal?" Engolindo um seco, disse:

— Eu conheço essa casa!

O vento soprava mais forte e nuvens cinzentas tomaram o lugar do sol da tarde. Às 14:40 o detetive Gomes e os policiais chegaram ao novo endereço no distrito de Campo Grande, próximo a campinas. A casa em estilo eclético era um sobrado grande com a porta de entrada na lateral e grandes janelas marcadas por bandeiras de ferro além do entablamento que escondia o telhado. Para a idade da casa estava em perfeitas condições aos olhos do detetive Gomez, ainda mais para um covil de assassino. "É este o lugar. Só pode ser. Agora te pegamos Dantas." Pensou.

Gomes saiu de seu carro e deu as ordens aos seus companheiros. Queria se assegurar que tudo desse certo. Não podia deixar que Charles Dantas escapasse novamente. Posicionou os homens e mandou que revistassem os fundos da casa.

— O que o senhor vai fazer? – perguntou o oficial Luigi.

— Vou verificar a casa. Farei isso sozinho. Quero surpreendê-lo se estiver lá. – respondeu Gomez. Marconi o repreendeu:

— Senhor, não há necessidade.

— Eu sei o que estou fazendo, confie em mim. Vai dar tudo certo.

Gomez se dirigiu até a escada que levava à porta de entrada. Um trovão ecoou pelo céu anunciando a chuva que vinha. Lentamente chegou até a porta. Destrancada. Abriu a porta e se viu em um corredor longo com papel de parede verde claro e assoalho de madeira com várias portas que davam a diferentes cômodos, assim como em seu sonho. "Por que não estou surpreso?" pensou Gomez debochando da situação. Passos se aproximavam e o detetive só teve tempo de apontar a arma.

— Por favor, não atire! – implorou uma voz feminina. Gomez se assustou. Ele não esperava por isso. A mulher era jovem, aparentava 20 anos e estava vestida de forma muito elegante com roupas de época.

— Desculpe, não quis assustá-la. – disse Gomez guardando a arma. – Sou o detetive Antônio Gomez da polícia. Estou investigando um assassinato e tenho a suspeita de que este possa ser o esconderijo do criminoso.

— Não é possível. Morei aqui minha vida toda. Nunca sofremos com nada do tipo.

— Entendo. – Gomez estava cauteloso – Há mais alguém na casa?

— Sim. Estou com alguns convidados na verdade. Venha!

O detetive não estava entendendo. Estaria no endereço correto? Porque Dantas o mandaria para uma casa ocupada? Se de fato esta era a casa certa, o que essa mulher estaria fazendo ali? Ao ir mais para o fundo da casa pode ouvir o som da música que tocava. Na sala para onde a mulher o conduziu dezenas de pessoas dançavam com roupas de época ao som de Vivaldi. A sala era iluminada pela luz que entrava pelas janelas e acima um grande lustre de cristal.

— Festa à fantasia? perguntou Gomez.

— Como disse? questionou a mulher.

— Esqueça. Escute, estou com um caso de assassinato nas mãos, e é provável que essas pessoas possam estar correndo risco de vida. Vou ter que pedir que saiam enquanto meus homens vasculham o local.

— Acalme-se. Não há com o que se preocupar.

“Não há com o que se preocupar? Pois sim.” Pensou Gomez ficando irritado. — Você tem um, banheiro?

— É claro. Fica logo ali a direita. Respondeu a mulher com um sorriso.

Gomez entrou no banheiro e trancou a porta. “Essa mulher só pode estar louca” — pensou — “um assassino a solta e ela resolve fazer uma festa à fantasia. Como vou tirar essa gente daqui sem me revelar?” Enquanto lavava o rosto seu rádio tocou com Marconi na linha.

— Senhor, o que está fazendo ai dentro?

Antes que pudesse atender ao rádio, sua atenção foi desviada para um pequeno papel amassado no chão contendo um desenho em vermelho.

— Não é possível! — Exclamou Gomez enquanto recolhia o papel velho. O desenho de fato existia. Sua mente foi invadida novamente pelo sonho. Agora a criança segurava além do papel uma faca com sangue. O detetive perdeu a paciência pela primeira vez. A mulher então sabia mais do que aparentava. A criança de alguma forma ligava Dantas à Gomez. Já era hora de obter respostas.

— Tudo bem, eu fui muito bonzinho com você, mas já é hora de me dar algumas respostas. O que significa este desenho e como voc...

Não pode terminar a frase. O detetive parou de súbito. A sala agora estava vazia mas a música continuava a tocar. No meio da sala estava a mulher que o recebeu sentada em uma cadeira olhando pela janela. Algo de muito estranho estava acontecendo ali. Gomez se aproximou lentamente e se pôs ao lado da mulher. Sua expressão era a da mais profunda tristeza o que fez com que o detetive sentisse um novo arrepio. Com a maior tranquilidade do mundo, Gomez refez a pergunta.

— Por favor, poderia me dizer o que este desenho significa? O que ele faz aqui?

A mulher não respondeu de imediato. Gomez puxou uma cadeira e se sentou ao lado da moça. Refez a pergunta. Dessa vez ela o encarou com seu olhar triste e disse.

— Você não podia ter vindo aqui.

— O quê? — Perguntou Gomez espantado.

— Ele queria que viesse. Ele estava te esperando. Sabia que iria vir aqui.

O que Gomez havia pensado anteriormente era realidade. Dantas planejava uma emboscada para ele. Talvez estivesse esperando o momento exato para atacar. Que fim teriam levado seus companheiros lá fora? Com a arma de prontidão Gomez perguntou:

— Ele te forçou a isso?

— Não, respondeu a mulher.

— Como sabe que ele está me esperando? A mulher começou a falar mais baixo.

— Ele sussurra. Está sempre esperando por você. Há 30 anos espera por você. 30 anos. Aquilo atingiu Gomez como um soco e o deu enjoos. Então ele o perseguia a mais tempo do que imaginava. Ele se levantou atônito. Deu alguns passos e depois parou. Não conseguia pensar direito. Sua cabeça girava. O que Dantas fez? O que significava o desenho? O que o homem sussurrava? O que a casa tinha a ver com Dantas?

— Ele usa a casa? Como covil? – foi tudo o que Gomez conseguiu perguntar. A resposta da moça foi tão assustadora quanto o que ela havia dito antes:

— Sim. Ele nos guarda.

Ela não disse aguardar. Ele ouviu bem. "Ele nos guarda". Ela disse no plural. Havia outros. Guardava como se fossem objetos. Como se ela estivesse...

— Morta... Você está...

O vento frio penetrou pela janela que agora estava quebrada arrepiando os cabelos de Gomez. A música parou de tocar. O silêncio tomou conta da sala que se tornou ameaçadoramente escura e fria. O lustre de cristal jazia no chão em mil pedaços e as paredes estavam descascadas pela umidade. A luz que vinha de fora agora era esverdeada devido a tempestade que se aproximava e as cortinas vermelhas que enfeitavam as janelas balançavam de forma fantasmagórica com o vento encobrindo a figura da mulher que se tornou acinzentada. Sua expressão não era mais de tristeza e sim desolação. O espectro se levantou e encarou Gomez nos olhos fazendo-o recuar de pavor. Com os olhos arregalados ele gaguejou:

— O que-que e-ele fez?

— Ele me levou Gomez! - disse a mulher. — Ele me levou junto com outros 150! E ele quer você! – ao dizer isso ela se desfez como vapor e desapareceu para sempre enquanto a sala era consumida pela sombra e pelo tempo. Gomez correu para a porta com o coração aos pulos mas ela não estava mais lá, consumida pelo tempo. Ao sair pode perceber o que sua mente não havia visto no início. A casa estava em ruínas. Não haviam mais janelas intactas, a umidade devorara as paredes brancas, o ferro estava retorcido e enferrujado, plantas cresciam por qualquer buraco da casa e o telhado da lateral a muito não existia. Tentava compreender o que havia presenciado quando Marconi o chamou novamente pelo rádio.

— Onde você está?

— Estou do lado de fora da casa. — Disse retomando o folego — Você tinha razão. Não havia necessidade de entrar na casa.

— É claro que não. Ela estava abandonada a décadas. O que queria fazer lá?
Gomez pensou muito antes de responder a essa pergunta. Já não tinha certeza de mais nada

— Respostas.

— Se quer respostas, é melhor vir até os fundos da casa.

O comentário veio de forma nervosa, como se algo de ruim tivesse acontecido. Tudo o que Gomez não precisava naquele momento era de mais surpresas. Ele deu a volta pela casa e chegou aos fundos onde Marconi e Luigi estavam, estáticos. Nada poderia preparar o policial para a visão aterradora que estava nos fundos da casa. Ossos, membros, corpos semienterrados ou expostos na grama que exalava um cheiro pútrido. Dezenas seriam poucos a quantidade de corpos mutilados que estavam no jardim manchado de sangue. A mulher não havia mentido.

150. Foi o número que ela disse dos que foram levados. Dantas havia feito pior do que qualquer um havia imaginado. E Gomez seria o número 151.

— Nem em meus piores pesadelos eu imaginaria algo tão terrível assim, disse Luigi.

Gomez não falava, talvez sequer respirasse. Tentava imaginar como sua morte viria. Mas sua atenção era fixa na cabeça mais bem preservada. Nelson Muller, o velho da Unicamp. Gomez se aproximou relutante. Temia que a qualquer momento Dantas saltaria da pilha de corpos e arrancaria sua cabeça. As primeiras gotas de chuva começaram a cair. O vento uivava em seus ouvidos. Marconi e Luigi tentavam pensar no que fazer enquanto o detetive mais bem sucedido da região se abaixava para ver a cabeça de Nelson Miller. Gomez percebeu uma incisão.

— O que encontrou? Perguntou Marconi.

— Espere! Exclamou Gomez.

Antônio Gomez forçou um pouco e abriu a cabeça do velho. Ali, o que jamais esperava. Reluzindo com a fraca luz do dia acinzentado. Sua mente clareou, clara como cristal. A criança segurava uma faca de caçador. Com ela, riscava um papel, desenhando o que estava em sua frente. Dois corpos. Um homem e uma mulher. Se divertia com a situação. Alguém surgia dizendo. "Então você fez mesmo?". Ele se abaixava e sussurrava para a criança. "Não queria que chegasse a esse ponto. Nunca acreditarão no que você fez e não posso carregar seu fardo para sempre. Quando chegar a hora, LEMBRE-SE do que você fez." A criança apenas sorria. O homem se levantou e saiu da sala. A criança o seguiu até um corredor com várias portas. O homem avançava contra uma mulher jovem e um grito agudo ecoava pelas paredes.

— Senhor?! Chamou Marconi. — O que devemos fazer?

— Diga para Luigi buscar ajuda. Vamos precisar de muito pessoal para limpar isso.

Disse Gomez abafando um sorriso amarelo.

— Faça o que ele disse. Disse Marconi para o parceiro.

Luigi subiu para a rua para chamar reforços. Marconi se virou e viu o detetive Gomez se aproximando. Parecia realizado com as mãos para trás e risonho.

— Está tudo bem senhor? Perguntou Marconi.

— Claro oficial. Eu sei como resolver isso. Vou terminar o que comecei e tudo ficará bem — Respondeu o detetive com um leve sorriso.

— Isso é ótimo! Direi aos outros que poderemos resolver o caso.

— Eu não disse que vamos resolver o caso.

O oficial Marconi ficou confuso.

— Como assim senhor?

— Eu disse que vou terminar o que comecei.

Antônio Gomez levantou sua mão direita, revelando uma faca de caçador reluzente com as iniciais AG. Tão rápido quanto a levantou, sua mão abaixou para o peito do policial. A chuva caía forte e o vento soprava furioso na tempestade no final de tarde.

Raphael Scentinela de Góes

Quando te conheci, um coração torto
desses que já sofreu algumas
disse: Vai, Raphael! ser poesia em vida.

As casas ainda espiam os homens
que ainda correm atrás de mulheres.
A tarde é outra vez azul,
não houvessem tantos desejos.

A vida passa meio as pressas:
pressa branda, erma e sem dar trela.
Pra quê tanta pressa, meu Deus, pergunta meu coração.
Porém meu olhos
não dizem nada.

Você menina, que nem tem bigode,
também é séria, simples e forte.
Toda me desconversa.
Tem meus muitos raros minutos,
você mulher, sem óculos e nem bigode.

Meu Deus, por que me presenteaste
se sabias que eu não era Deus
se sabias que eu era fraco.

Mundo mundo vasto mundo,
se eu me chamasse Raimundo
seria uma rima não seria uma solução.
Mundo mundo vasto mundo,
mais vasto é meu coração.

Faz tempo que eu queria lhe dizer
mas aquela lua
aquele conhaque
me fizeram como o diabo.

Poema de sete a um impasses

Raphael Scintinela de Góes é aluno do terceiro ano da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas e membro do centro acadêmico da mesma, o CAFAU.





TRABALHOS FINAIS DE GRADUAÇÃO

brás, belém e pari

a costura da diversidade

Ana Cecília de Arruda Campos

Brenda Borges, Bruna Nogueira, Cyntia Alexandrino, Debora Cavalcante, Leticia Porto, Mariana Marques, Renan Mattos, Victoria Lanzi.

O presente trabalho de conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo apresenta um estudo desenvolvido nos bairros do Belém, Brás e Pari da cidade de São Paulo. Através de análise urbana e arquitetônica, compreendeu-se também seu desenvolvimento histórico, cultural, social e econômico, de forma que os projetos propostos fossem elaborados com a máxima de evidenciar suas características atuais, potencializando a área e trazendo em evidência a vida cotidiana e seus habitantes.

Com uma histórica atividade fabril e atualmente uma expressiva atividade comercial majoritariamente voltada à produção têxtil, essas características foram incorporadas ao projeto ao trazer valorização dos edifícios históricos e vilas ligadas ao início destas atividades no bairro, e também ao requalificar suas ruas e polos comerciais, que possuem grande importância não só para o bairro ou a cidade em si, mas para toda a área macrometropolitana e

até nacional.

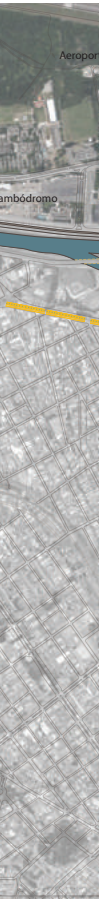
A área também apresenta características inerentes aos bairros centrais de ocupação operária, com mão de obra pouco qualificada formada nas últimas décadas, intensificada por indivíduos vindos de diferentes partes do país e do mundo em busca de refúgio ou melhores qualidades de vida, e que formaram uma forte identidade cultural no bairro hoje, se organizando inclusive em Associações e se apropriando de espaços públicos, como ruas e praças de forma a expressarem sua cultura e se reunirem com seus conterrâneos.

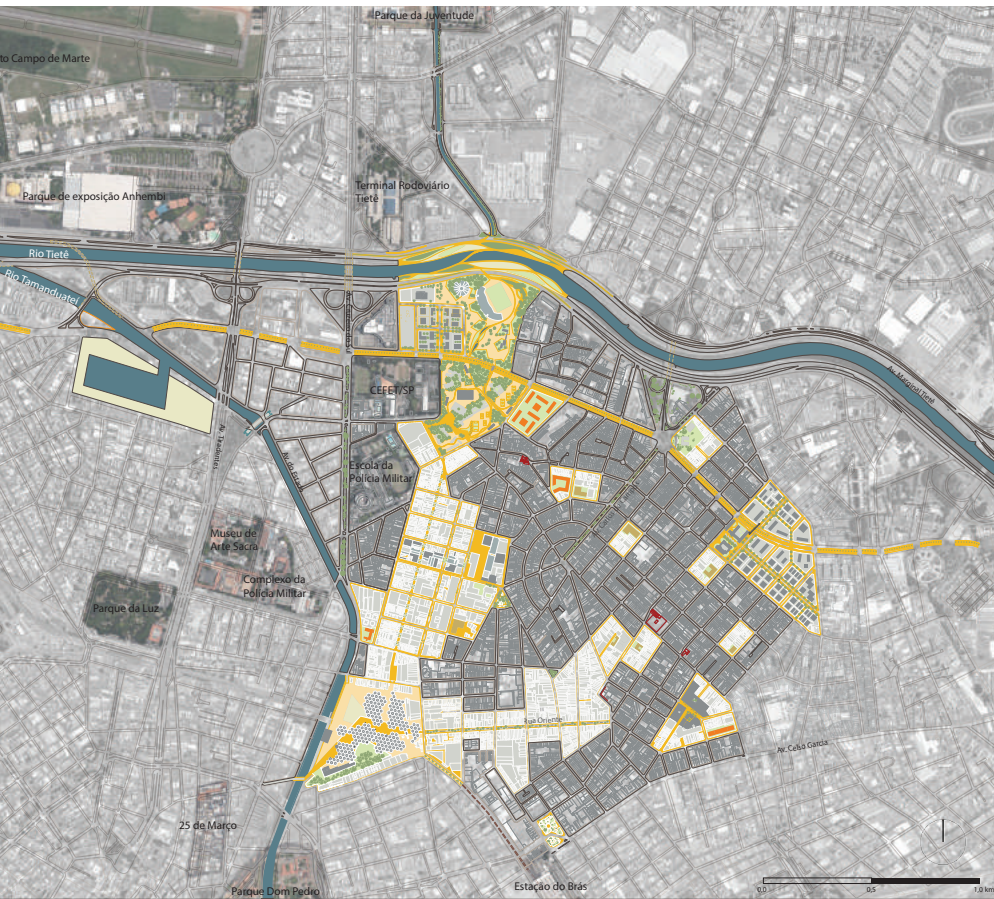
Hoje, este cenário se apresenta um tanto caótico pela forma como os imigrantes têm habitado – ou deixado de habitar – a cidade, na qual na maioria dos casos estas pessoas não estão legalizadas no país, morando e trabalhando de forma bastante precária, principalmente em oficinas de confecção, não sendo incomum a analogia ao

regime de escravidão.

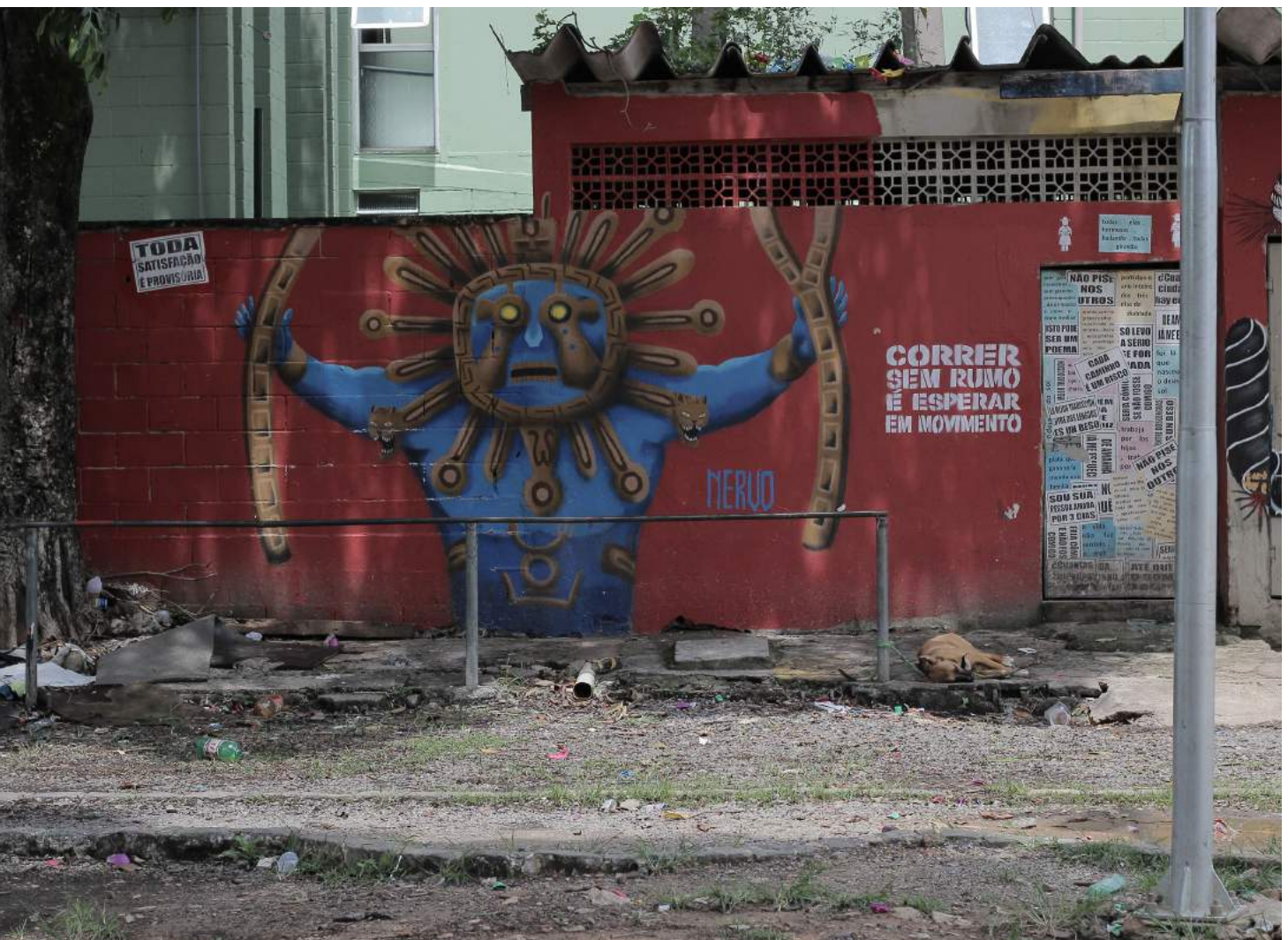
Além desses tópicos, a área de intervenção, por estar próxima de importantes eixos viários, como a Marginal Tietê e Avenida Cruzeiro do Sul, recebe grande fluxo e está bem localizada na cidade, sendo delimitada também por dois importantes rios, o Tietê e o Tamanduateí, além da proximidade de grandes equipamentos, como o aeroporto Campo de Marte, o Parque da Juventude, o Parque Anhembi, o Parque da Luz, o Instituto Federal de Tecnologia e o Pátio do Pari, onde ocorre diariamente a famosa feira da madrugada. Apresenta, porém, baixa densidade habitacional e populacional, devido à sua localização no centro expandido, abrangido pelo uso comercial e de serviços. A integração da área com outros setores urbanos e a valorização dos cursos d'água também foram consideradas na proposta.

O trabalho surge, portanto, da vontade de uma cidade melhor,





mais receptiva à escala humana, aos moradores que possuem tantas e diferentes histórias antes de chegarem aqui. A complexidade da vida humana não pode ser ignorada no desenho da cidade, e por isso a proposição de um desenho urbano que considere o indivíduo, o valor histórico de seus edifícios, o contexto comercial tão dinâmico, os elementos naturais presentes e o meio ambiente, além do sistema de espaços livres, articulador de todos estes pontos estudados. A integração entre as diversas funções das atividades humanas, a diversidade cultural, os valores afetivos e simbólicos e as inter-relações pessoais são fundamentais, sendo o grande motivo da escolha da área do trabalho e sua temática. Através da leitura de suas características, buscou-se uma articulação entre todas elas, a fim de evidenciar sua riqueza urbana, arquitetônica e humana.



projeto fundão

profs. Antônio Fabiano Jr., Vera Luz e seus orientandos de 2016



REQUALIFICAR

Proporcionar qualidade aos espaços da favela, se contrapondo a lógica brasileira de urbanização. Considerando cada pedaço como grande potencial de transformação.



O PROJETO FUNDÃO anseia por um lugar onde o espaço respeite a vida, e assim a comunidade possa evoluir lado a lado com a natureza, como irmãos. Baseado no tripé da Requalificação, Recriação e Resignificação o projeto dá início uma série de ações projetuais voltadas a transformação local, ações estabelecidas dentro de PACTOS da equipe com o território e suas particularidades.

O FUNDÃO do Jardim Ângela está localizado no extremo sul da cidade de São Paulo, a área é abraçada pela represa Guarapiranga e tem cerca de 20mil hectares e 134mil pessoas.

A área é praticamente ilhada e conta com um único acesso oficial pela Avenida M'Boi Mirim.



RECRIAR

Mostrar, através de ações que podemos recriar todos os dias nossa vida, nossos espaços, nossa comunidade, usando a criatividade como ferramenta na busca pelo melhor caminho.

RESIGNIFICAR

- A favela é um lugar ruim pra se viver?
- Depende amigo, a minha é maravilhosa!



programa de urbanização integrada dois sobre três

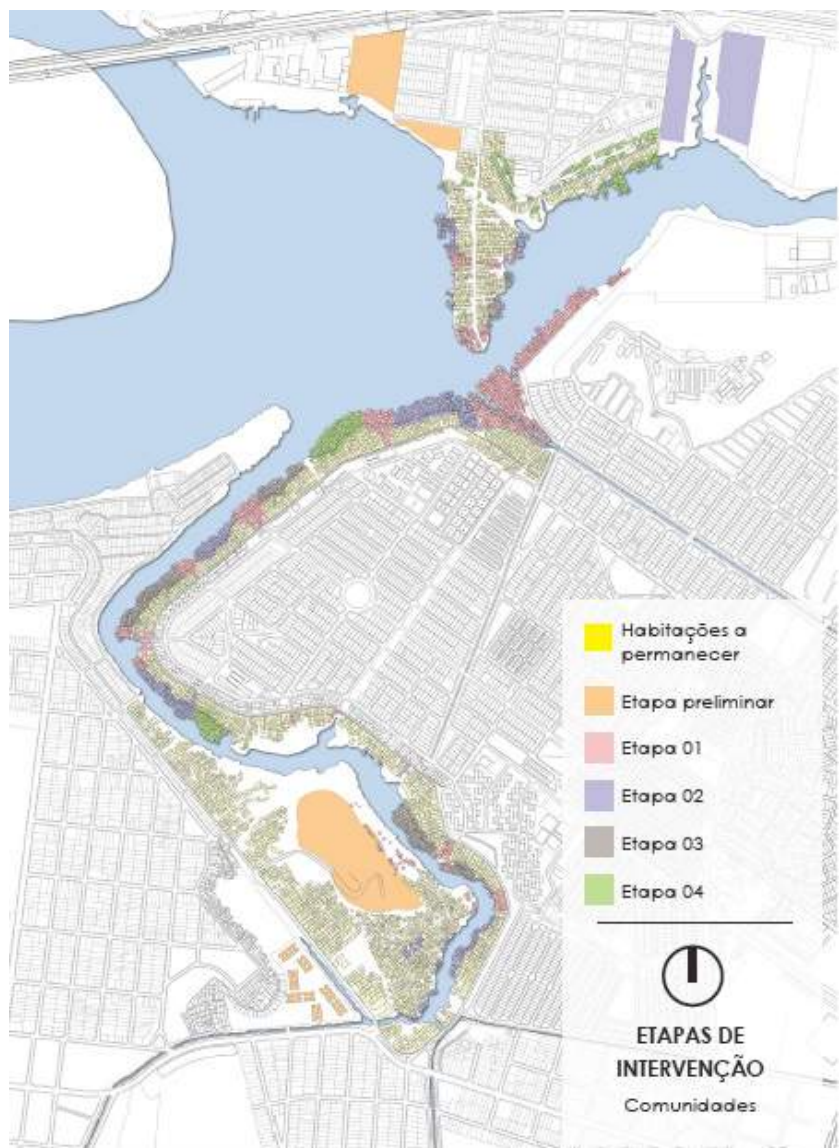
2
S O B R E
3

Luis Amaral Pereira Pinto

Alberto Nagib, Ana Carolina Pereira, Camila Beijo Figueiredo, Gabriella Valente Camillo, Giovanna Fiorante Pizzol, Gunnar Stenger, Luana Mediani Pires, Viviane Bestane Bartolo

A divisa entre os territórios de Santos e São Vicente possui um histórico de tratamento secundário quando comparado às suas áreas centrais. A princípio, a região, envolta e costurada por cursos hídricos, apresentava significativa vegetação nativa, constituindo uma das principais reservas de manguezais do estado de São Paulo. Conforme adquiria caráter portuário, industrial e turístico, a região testemunhou grande migração de trabalhadores e consequente aumento populacional. Nesse cenário, foi necessário, assim, destinar novas áreas para habitação e, em meados de 1950, surgem os bairros Jardim São Manoel e Rádio Clube abrigando as populações menos favorecidas, distantes do foco das administrações públicas.

Conforme o aglomerado subnormal crescia sem qualquer previsão de infraestrutura, a cultura vegetal reduzia. O aumento da comunidade, somado às problemáticas ambientais de caráter local e regional, culminou no maior complexo de palafitas do Brasil e em uma das áreas de maiores precariedades ambientais da região. Apesar de ser



rica em cultura e sociabilidade, entre barracos, palafitas, vias precárias e passarelas de madeira, vive uma comunidade carente de recursos urbanos, justificando-se, assim, o desenvolvimento do Programa de Urbanização Integrada Dois Sobre Três. O trabalho vislumbra a proposição de um projeto integrado que admite como principais objetivos a elaboração de um projeto de regeneração urbana e um programa de inclusão social.

Após estudo aprofundado da área, que parte de um levantamento histórico de Santos e São Vicente e finda numa leitura in loco das dinâmicas internas da comunidade, desenvolve-se um exercício de análise e diagnóstico e estabelecem-se as principais diretrizes de projeto embasadas em um plano de gestão. Como componentes estruturadores para a requalificação urbana da área, destacam-se o fornecimento de condições adequadas à habitabilidade, uma proposta de requalificação ambien-

tal, a reconfiguração do sistema de mobilidade e a elaboração de um plano de gestão, além de medidas de infraestrutura, regularização, drenagem, entre outras.

As intervenções, então, incluem diversas medidas de requalificação e um processo de realocação de moradores a partir de critérios, aproveitando-se, ao máximo, de toda infraestrutura existente na região. Por fim, desenvolve-se a implantação de novos equipamentos e habitações quando, usufruindo da liberdade acadêmica, surge o caráter experimental do trabalho, propondo-se, inclusive, novas habitações sobre a água. Tal proposta surge como um ensaio experimental estimulado pela cultura de ocupação local. As habitações flutuantes caracterizam a paisagem do projeto proposto e, uma vez que extrapolam a ideia de território ao utilizar a superfície aquática como espaço de ocupação, fornecem o título do trabalho.



operação distrito industrial

Pedro Paulo

Ana Clara Recanelli, Anita Rezende, Bruna Bazziche, Bruna Omeles, Camila Pupo, Jessica van der Geest, Juliana Gonzales, Mariana Lotrário.





O projeto se localiza na periferia de Campinas, próximo ao aeroporto de Viracopos e entre o bairro Ouro Verde e o distrito industrial. É uma área residencial, com comércio e serviço de pequeno porte.

A intenção do projeto é criar um novo centro linear que ligue o Ouro Verde ao Distrito industrial. Aproveitamos das áreas de várzea do Rio Capivari para criar um parque

linear, e ao entorno deste, criamos uma "Avenida Parque" que seria o principal fluxo viário do projeto. No entorno disso e ligado ao parque propusemos comércio e serviço junto a instituições necessárias.

Para diminuir o problema existente com o meio de transporte coletivo, propusemos o VLT no parque. Nos pontos principais vinculados a instituições criamos trincheiras, onde a avenida desce para

o nível do subsolo e o pedestre ganha espaço para atravessar do parque às instituições.

Ao projetar as quadras, analisamos os fluxos de pedestre entre as principais instituições e priorizamos que estes se dessem no interior das quadras. Criando quadras abertas que se conectassem com o parque.

triângulo histórico sé

paralimpsestos na paisagem cultural

Vanessa Gayego Bello Figueiredo

Alice Bressane, Ana Clara Ferreira, Bianca Bertoni, Fernanda Marinho, Luccas Galves, Luciana Bandeira, Marina Cyrino e Nathalia Rubim..

Há três anos temos trabalhado planos de reabilitação urbana em áreas com grandes valores culturais, mas muito degradadas. Os estudos abordam estas áreas a partir do conceito de paisagem cultural, olhando a articulação entre a urbanização e os patrimônios naturais, materiais e imateriais, considerando o passado, o presente e o futuro. A partir da compreensão de diversas características como relevo, hidrografia, morfologia, patrimônios, espaços livres, densidades, gabaritos, usos, vilas, cortiços, mobilidade, problemas e potencialidades, são identificadas as unidades de paisagem e elaboradas as diretrizes e projetos estratégicos de intervenção. Estes trabalhos tem rendido frutos externos à atividade do TFG, como apresentação em congressos e nas comunidades onde o trabalho se desenvolve, como foi o caso do trabalho de 2015 desenvolvido no Bixiga em São Paulo.

Em 2016 estamos desenvolvendo o trabalho no centro de São Paulo, no Distrito Sé ou "Cen-

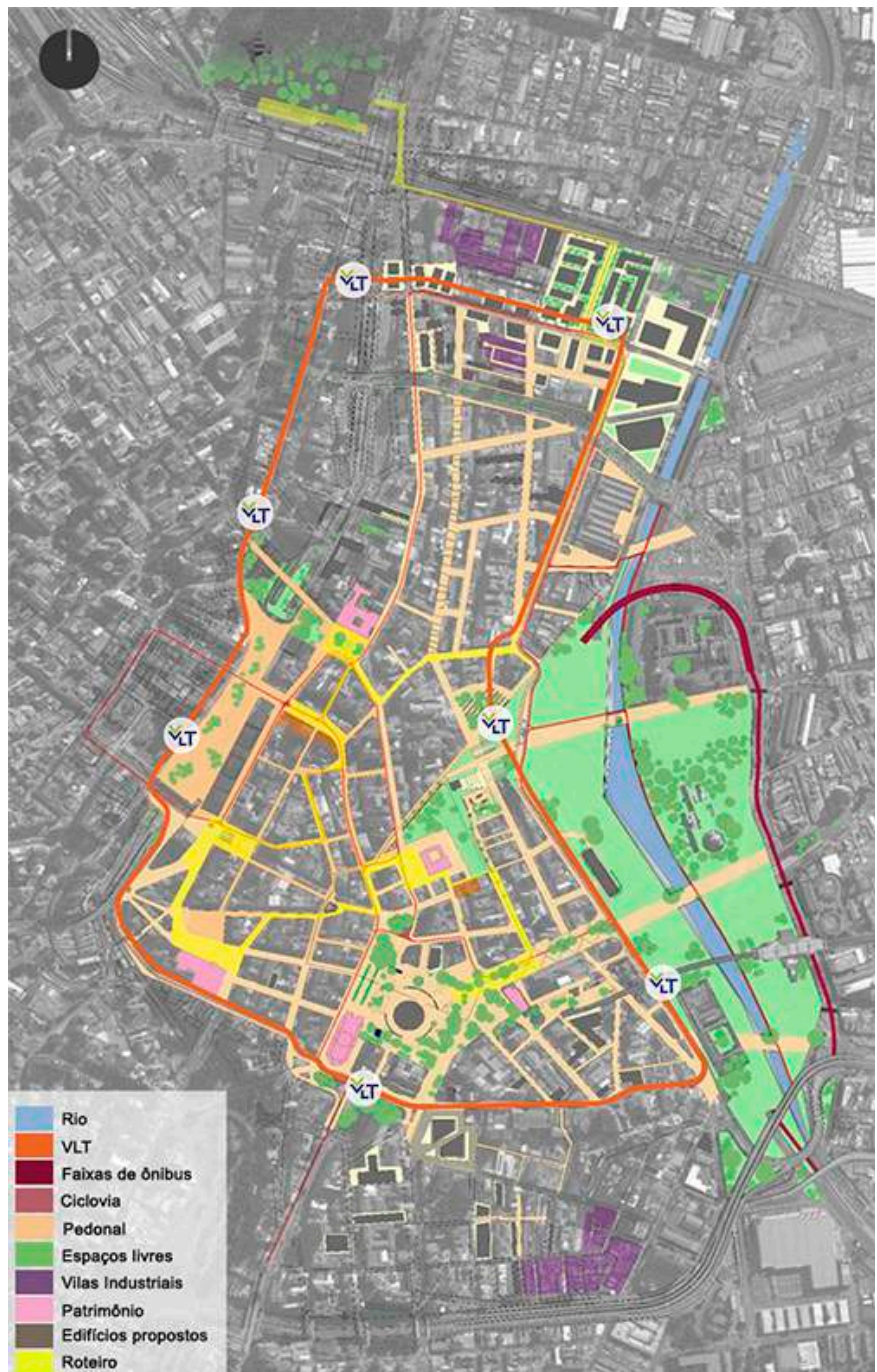
tro Velho", ocupação mais antiga da cidade, formada a partir do Triângulo Histórico Sé (igrejas coloniais como vértices) e cercada pelos rios Anhangabaú e Tamanduateí. Caracterizado por usos e ocupações heterogêneas, predominantemente comerciais, resulta de diferentes momentos da urbanização, culturas e patrimônios.

A construção voraz da cidade desfavoreceu a permanência e uso dos espaços livres, verdes e rios. Com a criação de novas centralidades (República, Paulista, Berrini), a área se degradou e sofreu perda populacional. Bastante articulada pelo sistema de transporte coletivo e viário, sofre com o tráfego de passagem e os conflitos entre pedestres e veículos durante o dia, mesmo com parte de suas vias pedonais. Porém, à noite, sem esse fluxo e com apenas 102 habitantes/ha, o local se torna inseguro.

O plano objetiva a reabilitação do centro velho considerando

a importância da gestão. Parte da integração entre políticas socioeconômicas, de preservação, mobilidade, de recuperação de espaços livres e adensamento. Desta forma, propõe-se a ampliação de ciclovias e pedonais circundadas por um VLT; a demolição de viadutos que geram o indesejado tráfego de passagem; a implantação do Memorial Peabiru, invocando a perda memória do índio no lugar e reabilitando a Praça da Sé para o uso voltado às grandes manifestações públicas; a retomada do Pq.D.Pedro como parque público, homenageando a história e tradições do povo afrodescendente com a proposição do Pq. Dandara; a requalificação da Rua 25 de Março com cobertura, redesenho e valorização dos espaços públicos; a implantação da Casa dos Erasmos para moradores de rua. Propõe-se o Ecomuseu Triângulo Histórico Sé, desenvolvido em cinco dimensões: a cognitiva, informando o cidadão sobre a arquitetura, a morfologia urbana e espaços museológicos; a perceptiva, promovendo a percepção da paisagem e suas sensações ópticas (Gordon Cullen); a vivencial, voltada à experiência do patrimônio imaterial, como eventos, música, dança, teatro, arte e gastronomia; a virtual, disponibilizando aplicativos com auxílio à deficientes visuais e auditivos e a técnica, visando melhorar a infraestrutura. O adensamento e a habitação social são promovidos por um novo zoneamento, instrumentos urbanísticos e programas como o Viva no Patrimônio, PopuLAR (aluguel social) e Casa Nova.

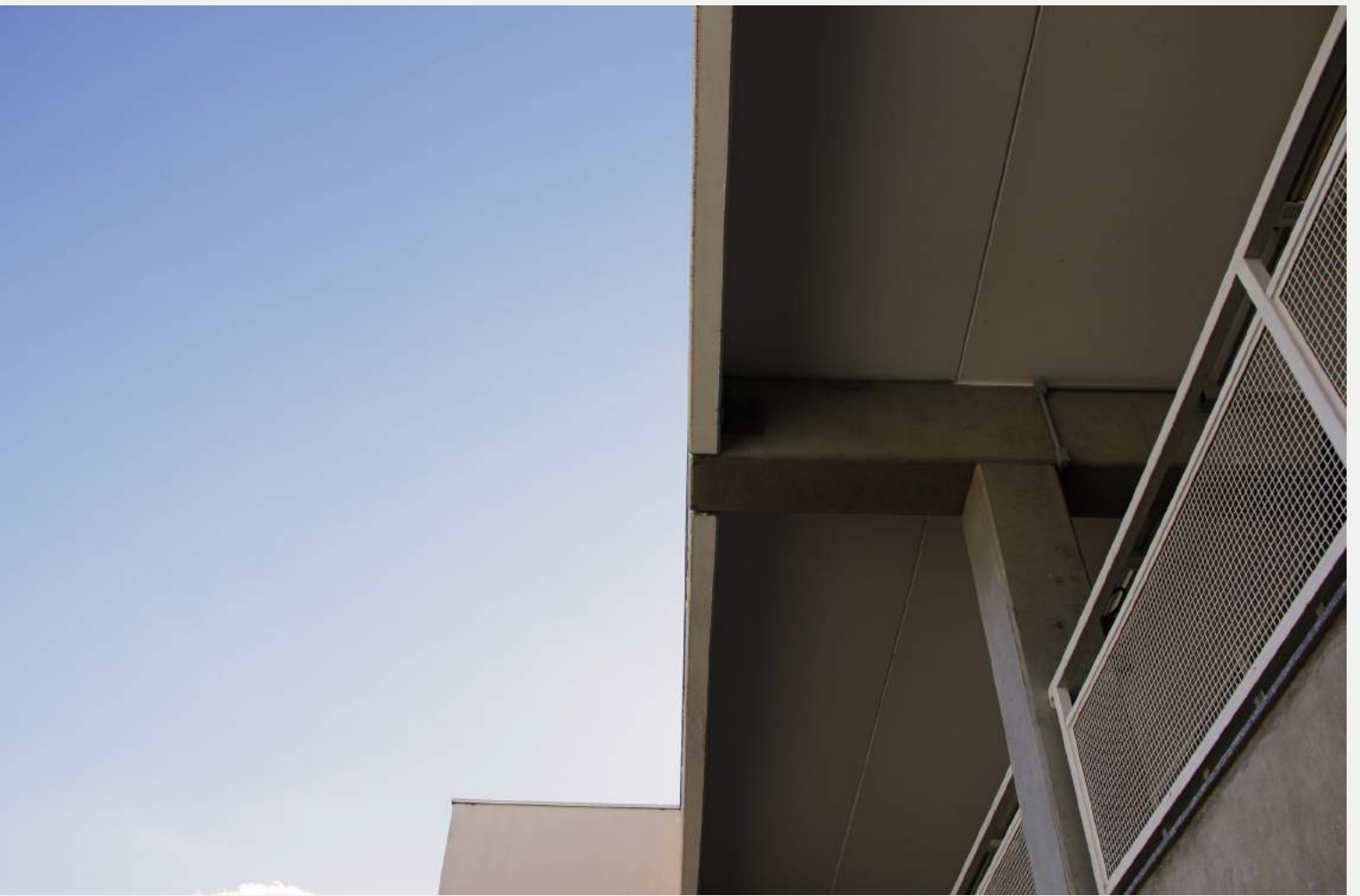
O objetivo é fomentar o desenvolvimento com preservação, valorizando a paisagem e ações de educação patrimonial que incentivem o conhecimento histórico e apropriação da cidade contemporânea, especialmente dos espaços livres, criando relação de pertencimento com os patrimônios e o lugar, desde a cultura indígena, evitando assim a degradação pelo esquecimento e pelo desuso.





The image shows a dark, cluttered interior space, possibly a room in a state of disrepair. The ceiling is made of wooden beams and is partially collapsed, with debris hanging down. Light streams in from a doorway or window in the center, creating a strong contrast between the dark interior and the bright exterior. The walls are textured and appear to be made of a rough material like adobe or plaster. The overall mood is one of decay and neglect.

ENSAIOS GRÁFICOS

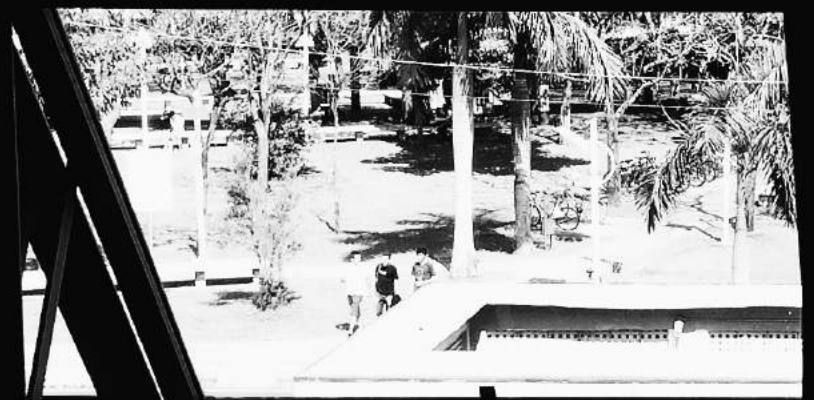
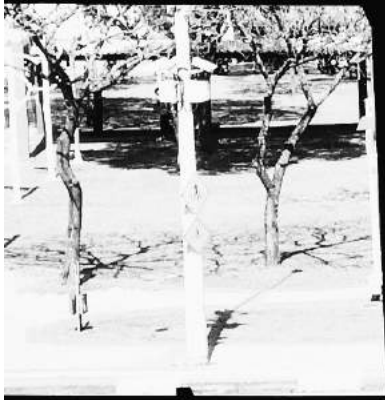


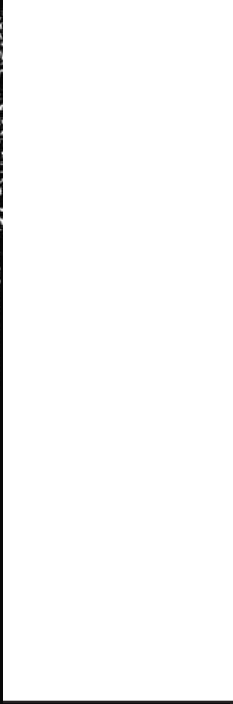
José Camilo

















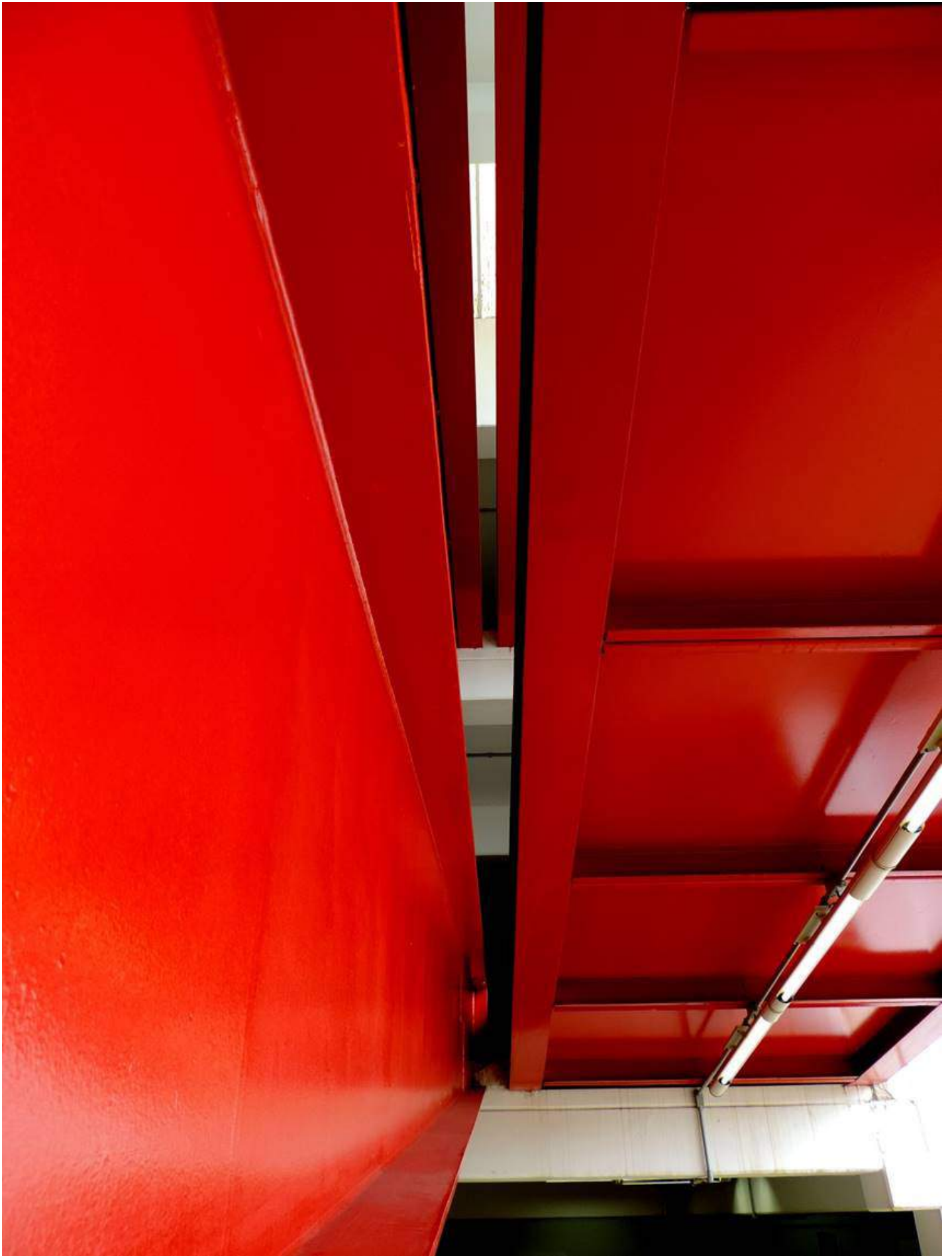




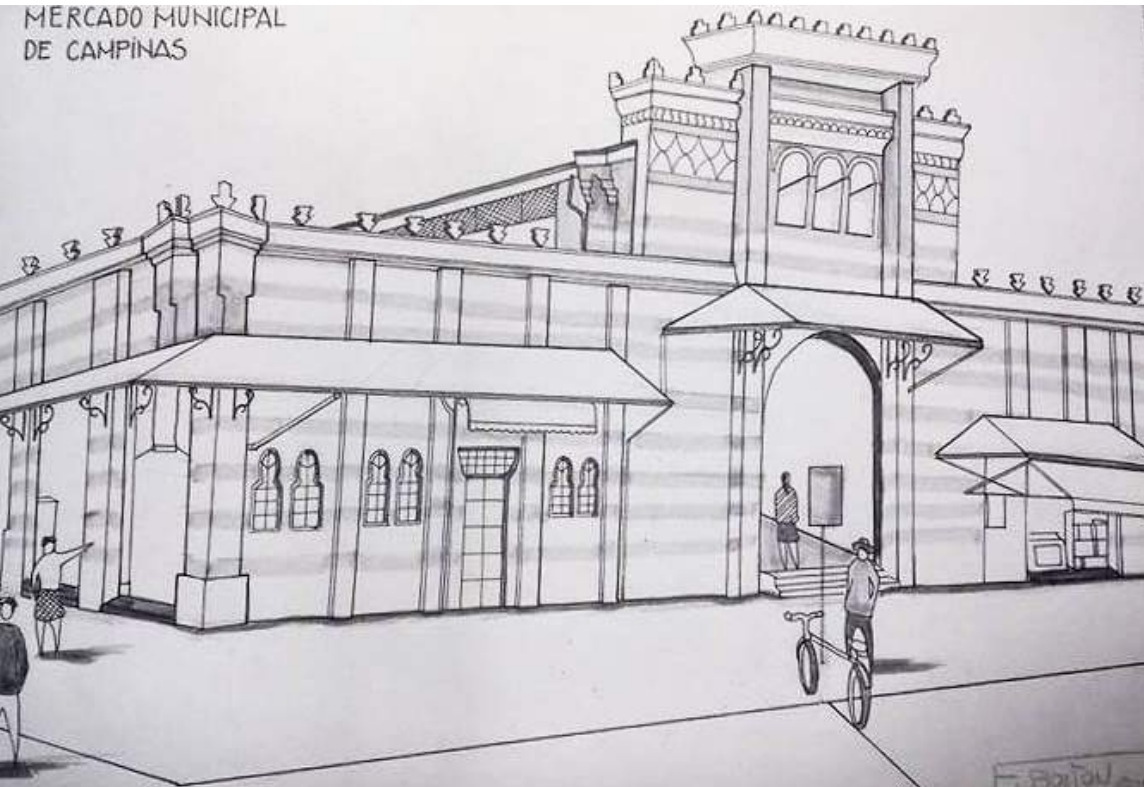




Letícia Papa



MERCADO MUNICIPAL DE CAMPINAS



• PADARIA ALEMÃ - BARÃO GERALDO
CAMPINAS









EXPERIÊNCIAS

sevilla, suas tentações e tradições

Marjolijn Kathelijne Vrolijk

Vamos começar a falar dessa maravilhosa cidade pelo contexto histórico, igual a análise da área projeto, aquele primeiro power point de dados necessários, na qual nem os professores prestam muita atenção, vamos ver se dessa vez dá mais certo.

Sevilla é a capital da comunidade autónoma Andaluzia. Este nome provém do nome "Al-Andalus", dado pelos mouros a todo território conquistado da península ibérica. O sul foi a última região a ser deixada pelos mouros e por isso acabou ficando o nome. Porém a origem de Sevilla vai muito além disso. Segundo os mitos gregos a cidade foi fundada por Hércules e fez parte da região Tartesso, denominada pelos gregos como a "primeira civilização do oriente". Também é dito que Hércules na verdade era o comerciante fenício Melkart que foi considerado um semideus. Portanto fenícios e cartagenos dominaram a cidade que sempre teve um caráter comercial, devido ao rio Guadalquivir. 206 anos A.C. os Romanos entram em cena e dão continuidade ao caráter comercial e romanizam a região.

Isto durou até a invasão dos germânicos, como os vândalos, suevos e por fim os visigodos. Esta época teve fim quando os Mouros atravessaram o Estreito de Gibraltar, ou as Colunas de Hércules, como era chamado na antiguidade. O domínio dos mouros perdurou por 5 séculos, transformando Sevilla na cidade de maior importância para todo Al-Andalus. No fim do período de ocupação a cidade foi regida pelos mouros almorávidas e almôadas, responsáveis pela forma do centro histórico da cidade e suas construções mais importantes.

Alguns destes são o Palácio Real Alcázar (onde foi gravado Game of Thrones, para os amantes), a Giralda, um minarete que hoje é torre da catedral gótica de Sevilla e a Torre de Ouro, que fica ao lado do rio e era responsável pelas mercadorias que chegavam à cidade na época das grandes navegações. Em 1248 Sevilla foi "reconquistada" pelo rei católico Fernando III e os muçulmanos são expulsos. Começou então a forte tradição cristã que existe até hoje, que também levou à expulsão dos judeus cujo legado é o labiríntico e





mágico bairro de Santa Cruz.

Acho que nesse resumo da história (talvez um pouco mais longo que o powerpoint obrigatório) é possível ver como Sevilla passou por inúmeras culturas, transições e foi palco para grandes acontecimentos históricos. Isso ainda pode ser percebido a cada passo dado naquela cidade.

Lendo a página sobre Sevilla na Wikipédia (quem nunca, gente?) e falando com algumas veteranas (obrigada gente!) antes de partir para as desconhecidas terras do sul da Espanha, descobri algumas coisas. Que eu queria morar nesse maravilhoso centro histórico e que o espanhol andalus é de difícil compreensão até para os espanhóis de outras regiões.

Bom, considerando que essa cidade de 696.676 habitantes tem o maior "casco antiguo" da Europa, não foi tão difícil achar moradia ali. Devido à gente que conheci nos grupos de intercambistas em

redes sociais acabei encontrando um apartamento no bairro Alameda, situado ao lado da praça Alameda de Hércules. Tadaaaaam lá começam os primeiros confrontos históricos no dia a dia. As colunas gregas da praça foram colocadas ali pelo próprio Hércules. Mais tarde escutei que as colunas eram romanas e foram trazidas de outro bairro séculos depois e algumas ainda quebraram no meio do caminho, mas esse fato a gente abafa porque legal mesmo é ter mitologia grega na porta de casa.

É incrível ver como os andaluzes se mantêm fiéis às suas tradições, algumas mais controversias, outras abertamente abraçadas por todos. Suponho que todos vocês já escutaram falar da "siesta" (senão, acorda gente, literalmente hehe). Bom, o ato de parar de trabalhar por algumas horas para tirar uma soneca e depois voltar ao trabalho é bastante comum ali. Porém há quem prefere gastar essas horinhas

ou parte delas para tomar uma caña (pequeno chopp). Dormir ou tomar uma breja, eu acho ambos lindos porque além de ser uma maneira de fugir do calorão, vejo isso como uma forma bacana de encarar o trabalho. Isso é minha interpretação, mas veja bem, você pode optar a matar o coelho numa cajadada só, e falar pro querido prof ou profa não dar intervalo para que a aula acabe mais cedo. Ou você aceita que as obrigações fazem parte e trabalha um pouco, faz outra coisa e volta a trabalhar, deixando o dia mais equilibrado. Lembro bem a primeira vez que fui ao supermercado e passei em frente ao bar e pensei que estava acontecendo algum evento, só que não! Eram espanhóis celebrando a vida! Achei maravilhoso!

Creio que é senso comum que maravilhas da vida e comidinhas andam de mãos dadas, logo é desnecessário dizer que a caña nunca vem desacompanhada. Além de comer umas azeitonas e altramu-

ces (joguem no google hehe) não é uma má ideia pedir umas tapas ao sair em Sevilla. É muito comum, ao sair para jantar, pedir pequenas porções de diferentes comidas em vez de um prato único. Dessa maneira consegui provar muita comida espanhola em um tempo limitado hehe, já que como intercambista as vezes dá desespero de que você não poderá provar tudo. Ok, refletindo aqui acho que só eu pensava nisso. Bom, na verdade na metade do intercâmbio desenvolvi um vício por croquetes e passei sempre a pedir uma tapa de croquetes com algo hehe.



Bom, apesar desses momentos de descontração os sevillanos podem ser muito sérios e dedicados. Antes da Páscoa temos a Semana Santa que é celebrada intensamente. Durante toda a semana há procissões enormes por toda a cidade, pessoas vestidas de nazarenos, outros carregando cruzes durante toda a madrugada. Nesta semana a cidade toma um ar muito especial e muito esquisito ao mesmo tempo. Pessoas passam horas na calçada para ver sua "hermandad" passando e não levantam por nada (cheguei a passar por cima de alguns pra sair da minha rua hehehe). Algumas procissões são silenciosas já outras tocam músicas capazes de arrepiar até os mais insensíveis.

A seriedade da Semana Santa se esquece algumas semanas depois quando começa a Feria de Abril, um espetáculo de festa que dura uma semana, onde todos se dedicam a suas tradições e começa um verdadeiro desfile de moda de trajes flamencos. Cada família ou grupo de amigos faz a sua própria "casseta", uma barraquinha com palco, bar e cozinha e festejam entre si por uma semana, regado a muito sprite e vinho branco. Quem é de fora precisa de bons contatos pra entrar porque tem até segurança na entrada.

Deixei aqui pra vocês um pouco da cultura sevillana. Relendo assim não tem muita conclusão (tipo o powerpoint de levantamento da área que já tinha que ter propostas iniciais mas você ~não estava sabendo~). Porém acho que ficou claro que essa cidade tem muito a oferecer para qualquer um, independentemente do que busca ali para sua visita. Desenvolvi muito respeito pelo amor e tradição que os andaluzes cultivam pela sua história e seus legados.

Marjolijn Vrolijk é estudante de Arquitetura e Urbanismo, do 8º semestre da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

irlanda



Letícia Camargo

Devo dizer que a experiência de viver e estudar em outro país é algo que lhe faz crescer como pessoa e abre seus olhos para uma outra realidade, que no fim, alterará a sua própria. O acúmulo de informações e momentos em um intercâmbio nos revela caminhos e nos faz pensar em novas possibilidades, tanto na vida, como na carreira.

Morei por um ano no interior da Irlanda, no campus da University of Limerick, que além de ser o centro universitário da região, era um parque, centro gastronômico, cultural e de esportes, tudo dentro do campus. A Irlanda é um país único e com uma cultura e paisagens riquíssimas e um povo alegre e que se orgulha de duas raízes.

A quantidade de bagagem cultural que tive com essa experiência, foi imensa, porém, irei focar na nossa área: arquitetura e urbanismo. O que percebi em minhas aulas na universidade, a grande preocupação que os europeus vêm enfrentando é em relação ao meio ambiente: os projetos sempre são pensados em relação à sustentabilidade, usando materiais recicláveis e de produção limpa, além de sempre haver o maior aprovei-

tamento energético possível. Outra curiosidade que enfrentei durante as aulas, foi a preocupação com a natalidade, que vem caindo nos países da Europa, portanto, quando vamos projetar uma residência, eles sempre pensam no número de filhos que uma família pode ter naquela região e a partir disso, eles procuram projetar uma residência que estimule a vontade de um casal ter filhos. Por exemplo: tamanho da área livre, número de quartos (sempre um quarto por filho) e tamanho do terreno.

Também tive a oportunidade de viajar muito e conhecer várias cidades e vivenciar o que havia estudado aqui no Brasil. E o que me chamou a atenção, foi o grande aproveitamento de espaços públicos pela população e como isso traz vida e nos faz sentir mais seguros e à vontade para explorar aquele lugar. A maioria dos edifícios possuem uso misto, tanto os novos, como outros mais antigos, porém restaurados e em bom estado. Nota-se que a população não se sente desconfortável em andar na rua, deitar na grama ou simplesmente fazer nada em alguma praça: tanto os espaços como as atitudes das pessoas

tomam cada lugar convidativo e aconchegante.

Entretanto, percebi que o Brasil é um país muito melhor e possui muito mais potencial do que eu pensava antes dessa experiência no exterior. Foi vivendo uma outra realidade que notei o quanto nosso país é rico em sua cultura e pessoas e, que nada que foi visto lá não possa ser implantado aqui, pois todos os lugares possuem problemas de transporte, logística urbana e segurança. A diferença, é que esses não eram ignorados e sim, enfrentados. Muitas vezes, com alternativas simples, porém com grande impacto na cidade e na vida da população.

Para mim, todo o intercâmbio, incluindo as aulas, as viagens, as novas amizades e o diferente cotidiano potencializaram tudo que eu havia visto, em teoria, na universidade no Brasil. Pude sentir a diferença que um bom planejamento e uma boa arquitetura tem na vida das pessoas.

Letícia Camargo é estudante de Arquitetura e Urbanismo, do 6º semestre da Pontifícia Universidade Católica de Campinas







Pavilhão de Portugal, 1998, Álvaro Siza

zaragoza, espanha

Mariana Beneduzzi

Quando entrei para a Universidade, carregava dois sonhos que almejava muito alcançar. Objetivos que fariam da minha graduação uma experiência completa, e um deles era viver um intercâmbio. Um sonho que foi passando com o tempo e com a correria com as coisas da própria universidade.

No terceiro ano, quando tomei mais conhecimento sobre o Programa de Intercâmbio Ciência sem Fronteiras do Governo Federal, e vivi junto à vários amigos que haviam se inscrito naquele edital, é que despertei o grande sonho que havia adormecido dentro de mim.

Em 2015 me inscrevi para o edital. Foram diversas etapas, dentre elas o teste de proficiência.

Em junho de 2015 foi lançado o resultado final do processo e eu havia sido aprovada, e no dia 26 de Agosto estava eu no aeroporto de Guarulhos em São Paulo, sozinha, com minha malas nas mãos, entrando em um avião pela primeira vez para viver o meu grande sonho. Se eu senti medo? Se eu pensei em desistir? O entusiasmo e as expectativas eram tão grandes que não coube espaço para estes sentimentos.

A primeira semana era tudo maravilhoso! Fazendo novas amizades com um grupo de Brasileiros que estavam chegando também, fazendo amizades com outros grupos de estudantes de intercâmbio de todas as partes do mundo. Encontrar lugar para morar não foi problema, as cida-

des europeias estão acostumadas com número de pessoas de outras partes que circulam por ali para estudar e trabalhar.

Encontrei um pouco de dificuldades quando iniciaram as aulas na universidade. No início, é um pouco complicado acompanhar as aulas porque mesmo tendo estudado a língua no Brasil, a prática no país é bem diferente. Também a adaptação e recepção à universidade quebraram um pouco minhas expectativas; alguns professores deixavam bem explícito algum tipo de Pré-Conceito com relação aos estudantes brasileiros e latino-americanos, porém não eram todos. Outros professores acolhiam aos de intercâmbio todos iguais e se dedicavam mais em explicar a metodologia de traba-

lho da disciplina.

No segundo semestre do intercâmbio foi tudo bem diferente, o desenvolvimento com a língua e a adaptação ao ritmo da universidade e da própria cidade, fez tudo ser mais fácil e consegui obter um rendimento muito melhor nas disciplinas.

Durante os 11 meses que estive nesta experiência me dediquei ao máximo em absorver o máximo de coisas boas possíveis. Planejei diferentes viagens que seguiam um roteiro arquitetônico com projetos que havia estudado aqui no Brasil e que jamais imaginava poder conhecê-los pessoalmente. Viagens onde além de arquitetura, entrava em contato com diferentes culturas, tradições e formas de organização da sociedade. Para mim era incrível analisar, como estando todos tão perto,

os países eram tão diferentes em questão de cruzar uma fronteira.

A prática de diferentes línguas também foi enriquecedor. Além do espanhol foi possível praticar e aprender mais o inglês e o italiano que eram línguas que eu havia tido contato no Brasil, porém nunca praticado.

O contato com pessoas de todo o mundo também é sem dúvida tão enriquecedor quanto todas as outras coisas que citei. A troca de conhecimentos, educação, gastronomia, cultura, religião, que resultam no final em uma expansão da nossa mente, e em amizades que posso carregar para toda a vida.

É impossível ir para uma experiência como esta e voltar sendo a mesma pessoa.

A minha conclusão desta experiência de intercâmbio é que ao

contrário do que eu mais ouvi antes de ir, "de que iria perder um ano para me formar" é de que vivi neste um ano, o que provavelmente eu levaria uma vida para viver, e que hoje posso terminar minha graduação com outra mente e outra visão do mundo, que sem dúvida me ajudarão como profissional no futuro.

Aos que pensam na ideia de fazer intercâmbio o meu conselho é: "Se joguem de cabeça na oportunidade que tiverem, e aproveitem tudo ao máximo, porque não irão se arrepender".

Mariana Beneduzzi, estudante de Arquitetura e Urbanismo do 8º semestre da Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Pavilhão de Barcelona, 1929, Mies van der Rohe

bosch + fau puc campinas

Lucas Jansen e Priscilla Franco

O workshop proposto pela Bosch, em parceria com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC Campinas, compõe o ciclo da 17ª Semana Integrada do CEATEC, onde são realizadas palestras e atividades sobre diversos temas que contribuem para o aprendizado acadêmico e profissional dos alunos, possibilitando integração e interdisciplinaridade entre os cursos.

Com a duração de 4 dias (do dia 14 ao 19 de Setembro/2015) e sob a orientação dos professores Caio de Souza Ferreira e Wilson Barbosa Neto, os alunos deram início às etapas de desenvolvimento do projeto para o novo espaço de Showroom e Centro de Treinamento – CT/PT da Bosch, situado na Bahia, o qual incorpora três áreas de treinamento (teórico, técnico e prático), em uma metragem única de 70m² (7,0m x 10,0m – área de mezanino).

No primeiro dia os alunos fizeram uma visita técnica de "briefing" de projeto in loco nas dependências da Bosch, em Campinas (Rodovia Anhangueira), sob a supervisão e orien-

tação da equipe da empresa. Nesta, houve a apresentação e reconhecimento dos 3 espaços-síntese característicos da proposta: o primeiro destinado ao treinamento teórico (composto por cadeiras, mesas, display de ferramentas e projetor de imagens); o segundo compreende a parte técnica (com bancadas leves para reparo de ferramentas); e, por fim, o terceiro espaço destinado ao treinamento prático (com bancadas mais robustas e porta materiais). Hoje, cada tipo de treinamento acontece em sua respectiva sala e, se somados, compreendem uma área total de 280m².

O desafio articula, portanto, a capacidade dos alunos em trabalharem com a compactação de três segmentos distintos dentro de um mesmo espaço, garantindo, contudo, a funciona-

lidade e a qualidade dos treinamentos. Uma vez que os cursos não serão ministrados simultaneamente, o resultado teve como meta atender ao maior número possível de pessoas em cada treinamento num ambiente reversível, composto por bancadas e prateleiras retráteis, capazes de serem recolhidas ou expandidas, conforme a necessidade das aulas. Assim, o partido adotado teve como referência um canivete: objeto capaz de integrar conceitos como multifuncionalidade, otimização, compactação e praticidade. Seguindo este raciocínio, o projeto resumiu-se, portanto, em uma única unidade móvel, a qual sintetiza e articula três distintas bancadas necessárias nos três tipos de treinamentos.

Treinamento teórico: o tempo vermelho, de acabamento mais



Espaço de treinamento teórico



Espaço de treinamento técnico

PROCESSO DE MONTAGEM

delicado, indica a bancada para treinamentos teóricos; em suas laterais estão compartimentos especiais para acomodar duas cadeiras utilizadas neste tipo de treinamento e, por serem retráteis, possibilitam dinamicidade e rapidez na montagem e desmontagem do espaço.

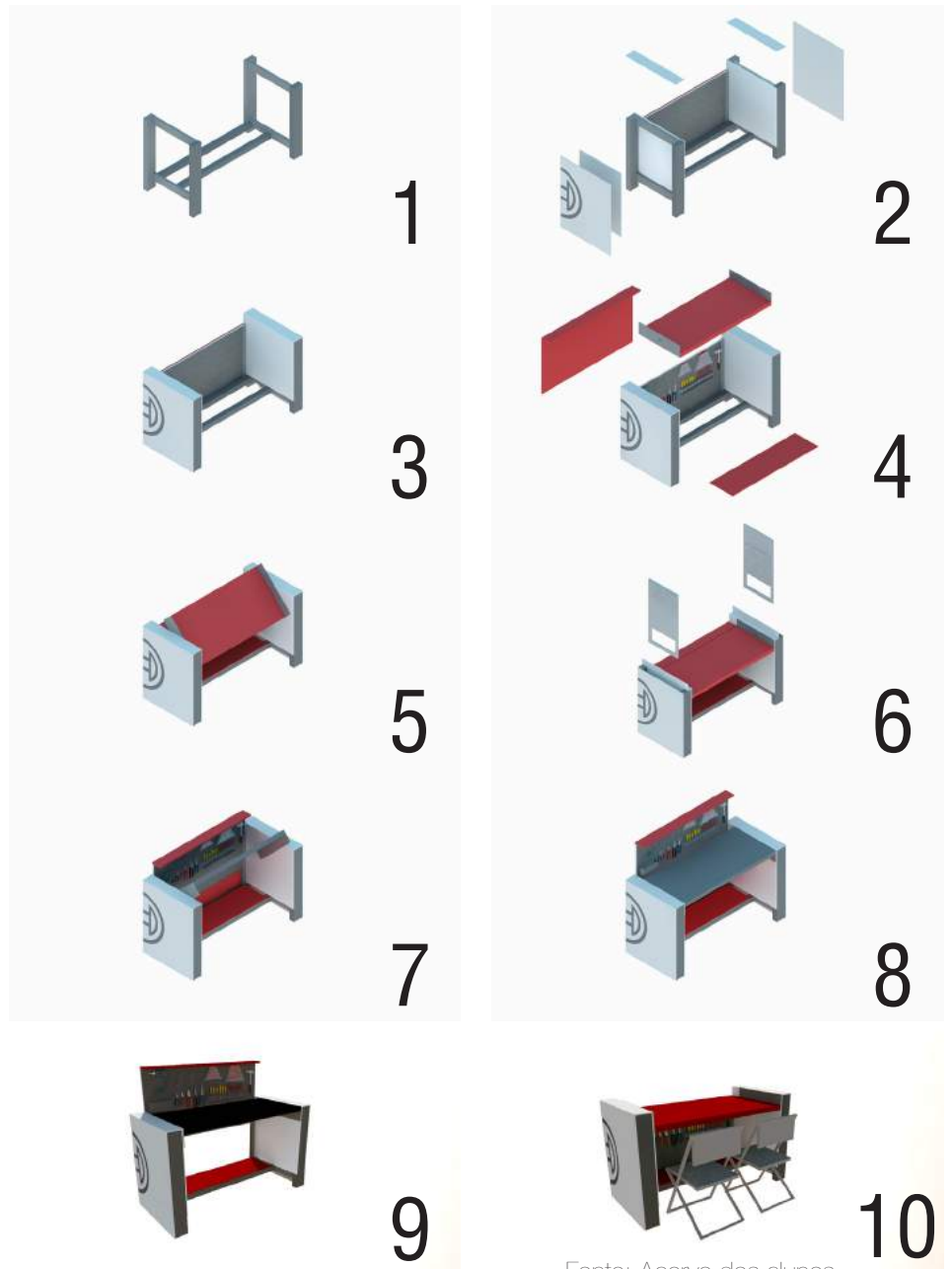
Treinamento técnico: a partir desta conformação ao rotacionar, simplesmente, o tampo em seu próprio eixo (agora com a face preta) e levantando o compartimento de ferramentas, tem-se a mesa para aulas técnicas; o giro dá-se por um pivô localizado no interior do tampo da mesa.

Treinamento prático: mantendo o tampo preto e abaixando o nicho de ferramentas, obtém-se a mesa para aulas práticas: uma vez que a plataforma de trabalho na cor preta é revestida por um material mais resistente e robusto, o mesmo permite grandes impactos.

Vale ressaltar, também, que houve a preocupação em relação à altura da mesa, que difere nos respectivos treinamentos. Na sua configuração para as aulas teóricas, a altura é equivalente a 80 cm, compatível a uma mesa de estudos, já que os estudantes estão sentados. Nas conformações técnicas e práticas, a mesa passa de 80 para 90 cm,



Espaço de treinamento prático



Fonte: Acervo dos alunos.

proporcionando maior conforto aos usuários, uma vez que estes passarão a trabalhar em pé.

O segundo e terceiro dias foram de intensa produção, onde os alunos uniram-se em um grande grupo e o trabalho foi sendo distribuído segundo seus domínios e especialidades. No quarto e último dia, com o projeto finalizado, houve uma apresentação técnica para os representantes da Bosch que vieram para campus da PUC avaliar o resultado, que foi satisfatório. Os participantes, além de terem sido contemplados com produtos da

marca, compartilharam experiências e ideias, uma vez que o grupo era composto por alunos de diferentes anos e cursos, sendo alguns recém-chegados de intercâmbio. Em suma, o aprendizado final possibilitou uma rica troca de conhecimentos ao longo do processo, aprimorando o senso crítico e ampliando a visão de mundo.

Lucas Jansen é estudante de Arquitetura e Urbanismo, do 6º semestre da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Priscila Franco é estudante de Arquitetura e Urbanismo, do 8º semestre da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.



AGENDA





CONVOCATÓRIA PARA UM MOBILIÁRIO
BRASILEIRO JONATHAS DE ANDRADE
2.9.2016 - 29.1.2017

A MÃO DO POVO BRASILEIRO, 1969/2016
2.8.2016 - 29.1.2017

PORTINARI POPULAR
12.8.2016 - 15.11.2016

ONDE

**MASP - Museu de Arte de São Paulo Assis
Chateaubriand
Avenida Paulista, 1578 São Paulo SP Brasil
Metrô Trianon MASP**

CALDER E A ARTE BRASILEIRA
até domingo 23 de outubro

**Itaú Cultural
Avenida Paulista, 149 São Paulo SP Brasil**

"PORTUGAL PORTUGUESES - Arte
Contemporânea"
Data: 9.9.2016 - 8.1.2017
Terça a domingo, das 10h às 17h

**Museu Afro Brasil
Avenida Pedro Álvares Cabral, Portão 10, Parque
Ibirapuera, São Paulo - SP**

"GAUDÍ, BARCELONA 1990"
19.11.2016 - 5.2.2016

Instituto Tomie Ohtake

32ª BIENAL DE SÃO PAULO -
INCERTEZA VIVA
7.9.2016 - 11.12.2016

Ter, Qua, Sex, Dom e Feriados: 9H - 19H
(Entrada até 18H)
Qui, Sáb: 9H - 22H (Entrada até 21H)

**Parque Ibirapuera - Av. Pedro Álvares Cabral, s/n -
Ibirapuera, São Paulo - SP**

"Lina Bo Bardi: Together"
12.10.2016 - 11.12.2016

**SESC Pompeia
R. Clélia, 93 - Pompeia, São Paulo**

"O ÚTERO DO MUNDO"
06.09.2016 – 18.12.2016

Terça a sexta, das 10h às 17h30h

MAM SP | Museu de Arte Moderno de São Paulo
Parque Ibirapuera

"CALHAU - DA INFORMAÇÃO À ALIENAÇÃO"
19.08.2016 A 11.12.2016

Ter, Qua, Qui E Sex das 10:00 ÀS 21:00h
Sáb e Dom das 10:00 às 18:00h

SESC Santanta
Av. Luiz Dumont Villares, 579 - Santana, São Paulo

FOLCLORE DIGITAL
12.10.2016 a 04.12.2016

Terças a Domingo das 09:00 às 19:00h

Caixa Cultural São Paulo
Praça da Sé, 111 - Centro - São Paulo

"1ª MOSTRA DE ARTE URBANA DE ITAQUERA"
22.10.2016 A 13.11.2016
HORÁRIOS: DAS 17:30 ÀS 23:00H
OKUPAÇÃO CULTURAL CORAGEM

Okupação Cultural Coragem
R. Vicente Avelar, 53 - Conj. Res. Jose Bonifacio, São Paulo

FRIDA KAHLO – SUAS FOTOS
03.09.2016 A 20.11.2016

Terça a Sábado das 12:00 às 20:00h
Domingos das 11:00 às 19:00h

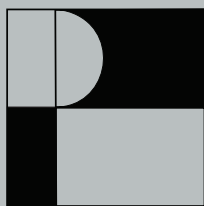
MIS | Museu da Imagem e do Som de São Paulo
Av. Europa, 158 - Jardim Europa, São Paulo

FRIDA KAHLO – SUAS FOTOS |
OLHARES SOBRE O MÉXICO
03.09.2016 A 20.11.2016

Terça a Sábado das 10:00 às 19:00
Domingos das 10:00 às 17:00

Espaço Cultural Porto Seguro
Alameda Barão de Piracicaba, 610 - Campos Elíseos, São Paulo





ARQUITETURA E URBANISMO